Diário de Lisboa

Agosto 1979
Quarta-feira

ANO 59.º
N.º 20 020
10$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

O "DL" abre para os leitores o "Pacote da Informação"

O «DL» inicia hoje uma série de artigos em que se analisa o chamado «Pacote de Informação». Uma comunicação mais independente e responsável é o resultado da «breve noite pintista», caracterizada pelo uso abusivo do Poder dos «media». A Assembleia da República não terminou o seu mandato sem legar aos portugueses cinco importantes diplomas inovadores e democráticos.

Pág. 2

Eanes empossou o V Governo em cerimónia realizada no Palácio da Ajuda

Governo tomou posse

O Presidente da República deu posse ao começo da tarde ao V Governo Constitucional. Presentes à cerimónia, para além de todos os membros do Governo, numerosas personalidades do universo político português. O CDS e o PSD não se fizeram representar. O PS e o PCP estiveram presentes através de, respectivamente, Salgado Zenha e Tito de Morais e José Vitorino e Vítor Louro. Pela ASDI participou o dr. Vilhena de Carvalho. Curiosamente, quando tomava posse o último ministro, o major João Figueiredo (Comunicação Social), a televisão falhava a imagem.

Ao dar posse ao V Governo, o Presidente da República afirmou, designadamente:

A crise continuada que a Democracia atravessa em Portugal exige de todos – responsáveis políticos e cidadãos – uma posição de serenidade e firmeza (...)

A crise é, no essencial, resultante da inexistência de uma maioria política estável e um desajustamento da organização da actividade económica e da distribuição do produto nacional.

Infelizmente, não foi possível encontrar, num mesmo momento, as condições de colaboração interpartidária, e entre os partidos políticos e o Presidente da República, que teriam permitido, com os menores custos, atingir aquele objectivo, indispensável à consolidação da Democracia.

(...) A constituição do Governo e o seu programa obedecem ao objectivo de isenção e de independência que, num contexto pré-eleitoral, são valores essenciais a garantir para que os partidos políticos possam desenvolver a suas campanhas eleitorais em total liberdade e em clima de paz social.

Mas a acção política deste Governo, embora condicionada pelo tempo da sua vivência, não se esgotará no objectivo principal de realizar eleições.

Cabe-lhe, também, a gestão corrente da Administração Pública e a previsão, planeamento e execução de todas as acções de Governo impostas pelos problemas da crise nacional e internacional.

Desejo manifestar a minha esperança de que o processo

Continua na pág. 24

Ameaça de bomba fez parar o "Expresso" Lisboa-Paris

Chegaram já a Paris os passageiros do «Sud-Express» que partiu às 16 e 15 de ontem em direcção à capital francesa e esteve retido esta madrugada, durante cerca de três horas, na estação dos caminhos-de-ferro de Vitória, entre Burgos e San Sebastian, por as autoridades espanholas terem sido informadas de que haveria uma bomba na linha ao sul do País Basco.

A comunicação não se confirmou, pelo que após aquele período de interrupção o «Sud» n.º 317, que de Santa Apolónia havia arrancado com desdobramento, pôde continuar a sua marcha para Hendaya, já depois da Guarda Civil e a Polícia espanhola terem inspeccionado todo o sector da via férrea de Villafranca de Ordicia, na província de Guipuzcoa, local indicado pelo informador onde poderia ocorrer o rebentamento.

Muitos dos viajantes, em estado de pânico, preferiram deixar o combóio logo que souberam do alarme, e dirigiram-se para a fronteira franco-espanhola em carros alugados. A maior parte dos passageiros eram trabalhadores portugueses que regressavam de férias. Todos tiveram tempo de seguir, em Hendaya, para os seus destinos, no combóio da SNACF (Caminhos-de-Ferro Franceses) que vai para Paris.

Ontem ainda, o inspector -agente da CP em Hendaya havia informado, ao fim da noite, os competentes serviços dos Caminhos-de-Ferro Portugueses de que o «Sud» se encontrava retido na região basca por razões que desconhecia.

DESVIO DE PONTOS DE EXAME

Identificado um dos autores

A Polícia Judiciária já conseguiu a identificação de um dos indivíduos implicados no desvio de pontos de exames do ensino secundário e propedêutico, esperando-se para breve a identificação dos restantes, o esclarecimento das circunstâncias que rodearam a fraude e a extensão das respectivas consequências.

Foi ontem que o ministro cessante da pasta da Justiça, dr. Eduardo Correia, afirmou no último Conselho de Ministros, que a PJ havia já obtido êxito naquela investigação.

Lembra-se que foi precisamente a questão do desvio de pontos que esteve na origem do desentendimento entre o ministro e o director-geral daquela polícia, provocando a demissão deste último, dr. Lourenço Martins, acompanhado na demissão, num gesto de solidariedade, por toda a equipa directiva. O ministro teria considerado haver falta de operacionalidade por parte da PJ nalgumas investigações, entre as quais as dos pontos de exame.

• O papel para os jornais: um problema que é necessário resolver
• Quem detém unidade gráfica no Ministério do Tabalho?

Págs. 12-13

GREVE DOS MÉDICOS

Ordem pressiona Eanes para destruir o SNS

De forma a pressionar o Presidente da República a promulgar o Estatuto da classe, a Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos, mantinha esta manhã a decisão de suspender todas as actividades médicas, à excepção dos serviços de urgência, a partir de amanhã e até ao próximo sábado (inclusive), numa atitude denunciada como ilegal pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul, na medida em que a Lei da Greve em vigor obriga a que esta forma de luta seja decretada exclusivamente por associações sindicais o que não é o caso da Ordem.

Aquele Sindicato considera ainda a posição da Ordem como uma forma velada de ataque ao Serviço Nacional de Saúde.

Numa conferência de Imprensa ontem realizada, o Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos definiria, entretanto, as principais aspirações consignadas no Estatuto: «Garantia de continuidade de emprego em serviços públicos, desde que terminada a fase obrigatória de exercício tutelado, os médicos neles ingressem; o aumento de duas letras com o

Continua na pág. 24

RELAÇÕES COM ÁFRICA

• Moçambique denuncia espírito neocolonial do Governo de Mota Pinto

• Loureiro dos Santos fala da NATO a ministro da Defesa de São Tomé

Págs. 7 e 14

Futebol: Sporting começa sem treinador

Pág. 21

NESTA EDIÇÃO MESA REDONDA SOBRE

O ensino do Magistério Primário

CONCURSO DL • ENVIE AS SUAS COLECÇÕES • INDICAÇÕES NA PÁG. 2

PACOTE DE INFORMAÇÃO — 1

Uma Radiodifusão democrática, uma RDP pública e independente

O «Pacote da Informação», não é um conjunto de leis que premeia os jornalistas, mas uma conquista importante de todos os portugueses. Portugal adquiriu um estatuto adulto no sector da Comunicação. Conceptualmente estamos agora ao nível das mais avançadas democracias europeias. Queiram os gestores organizar as empresas de acordo com os grandes princípios definidos e os «mediadores» estar à altura dos legisladores... As leis aprovadas, como veremos numa curta série de artigos, não são perfeitas, mas consagram um amadurecimento exemplar da mentilidade democrática. Os partidos políticos portugueses designadamente o PS e o PCP que consultaram vários sectores profissionais antes de passarem a letra de forma o «pacote», assumiram com frontalidade um problema vital das sociedades modernas: a Comunicação.

O dia 27 de Julho de 1979 não marca apenas o termo da terceira sessão legislativa da I Legislatura da Assembleia da República mas, perdoe-se-nos o julgamento histórico, consagra também, a aprovação de um conjunto de leis fundamentais para a Comunicação em Portugal. Como frequentemente acontece não foi o objecto da lei que provocou o seu aparecimento, mas uma situação anómala. No entanto a Lei da Rádio, a da Televisão ou o Estatuto da RDP não são documentos novos, apesar de inovadores. A novidade foi o IV Governo e a sua política de agressividade abusiva e dominadora dos centros nevrálgicos da Comunicação.

Desde 1976 que se encontra rascunhada a actual Lei da Televisão, como delineada se encontrava a da Rádio. O que impediu então a sua apresentação? Nada de concreto. A actividade política moveu-se por outros caminhos, a situação nos «media» era normal, correspondendo melhor que pior aos objectivos mais latos e admissíveis. Curiosamente houve quem previsse estas dificuldades surgidas com o IV Governo e insistisse para a estabilização do sector em tempo. A prática veio dar razão a quem dizia que não era por haver um governo tolerante em relação às críticas que se podia tranquilamente repousar na tolerância «ad eternum». Mas, o leite derramado não constitui um bom motivo para estas linhas, tanto mais que o leite derramado nos últimos 7 meses azedou bastante.

O «Pacote da Informação», assim se crismou o conjunto de leis aprovadas na semana passada pelo Parlamento, veio pôr fim ao «macartismo» extemporâneo que acabaria por ser elogiado pelo MIRN, após ter sido admirado pelo PCP-ml, pelo CDS e pelo PSD, este último, diga-se, viria a arrepender-se dos elogios expendidos e criticará o ministro do sector remetendo-se em seguida a um papel de indiferença. Estas referências aos partidos pretendem apenas significar que, para além de questões técnicas ou teóricas, o componente **político** continua a preponderar.

NOVIDADES NA RADIODIFUSÃO

Comecemos por ver de que modo se colocou a Rádio numa posição de independência face ao poder político, no plano formal.

A Lei da Rádio e o Estatuto da RDP é um conjunto de dois diplomas homogéneos que cumprem duas tarefas. Regulamentar a actividade da Radiodifusão, quer a RDP quer as emissoras do sector privado (R. Renascença, R. Clube Angra, Emissora das Beiras, etc.) e fornecer à RDP um modelo moderno de Comunicação. Pela Lei da Rádio se consagram vários princípios: a soberania da sua programação, exceptuados os casos específicos expressos, o direito de acesso das forças políticas e sociais organizadas, incluindo minorias e o direito de resposta. Para além de resolver estas questões basilares, a lei protege devidamente a actividade do sector público, ao isentá-lo de um importante conjunto de obrigações fiscais e ao estabelecer a precaridade das concessões às entidades privadas ou cooperativas.

Apenas nos aspectos focados, e para além da protecção responsabilizada dada aos jornalistas e trabalhadores da Rádio em geral, há que dizer o seguinte: o conceito do direito de antena às organizações políticas e sociais, com carácter periódico (que um lapso da lei não concretiza) é uma «conquista» aparentemente benévola, uma contrapartida às três horas de antena semanais que o Governo pode utilizar na RDP, mas, simultaneamente um indício de desconfiança face ao pluralismo a ser gerido unicamente pelas instituições radiofónicas, o que nos últimos tempos deixou muito a desejar na radiodifusão pública constituindo a tónica sistemática da rádio privada. Pouco pluralista. Igualmente positivo é o facto de se considerar precária a exploração radiofónica extrapública e dizer-se expressamente que, por enquanto, as emissoras (**todas**) não podem ultrapassar os limites definidos pela respectiva concessão. Ou seja, a Rádio Renascença que aproveitou os últimos dois governos para tentar lançar-se em voos mais altos, novos e superpotentes emissores de Onda Média e Onda Curta, vê cortadas as asas de tão apetecido voo.

Mas, para além destes aspectos que dizem respeito a toda a radiodifusão, foi a RDP quem mais ganhou com o «pacote». Na realidade, são vários os aspectos fundamentais que dão à rádio pública um estatuto dos mais modernos da Europa. Os seus órgãos de gestão passam a estar definidos por um afastamento marcado do Governo. Este nomeia o presidente do Conselho de Administração e um vogal, sendo o papel do Conselho de Informação determinante a partir de agora, não apenas porque elege dois membros da administração, mas porque passa a dar posse aos órgãos de gestão, tendo igualmente um papel activo noutras áreas, sendo de destacar que o CI passa a ser a sede dos recursos das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia de Opinião em matérias que não sejam de natureza financeira ou de gestão patrimonial. Outro dos avanços conseguidos diz respeito à estabilização da gestão. Não é agora possível a um governo demitir arbitrariamente os gestores que nomeou. Todos eles são nomeados por três anos, apenas podendo ser demitidos através de processo disciplinar relativo a uma grave falta. Este é porventura um dos princípios mais inovadores na actual legislação e um exemplo a seguir noutros campos, pois significa uma solidificação sensível do regime democrático e do carácter público da RDP. Os órgãos de gestão, para além do Conselho de Administração, são a Assembleia de Opinião e o Conselho Fiscal. O primeiro destes tem agora uma composição mais ligeira mantendo um tom de representatividade político-social interessante.

UM PSD CONFUSO

Face ás realidades agora consignadas na lei, e que, repete-se, nos aproximam e nalguns pontos inovam os conceitos europeus do sector, não se compreendem as reservas e a votação **contra**, quer do PSD quer do CDS. Naturalmente que a componente cristã democrática do CDS não corresponde exactamente ao conceito europeu, mais aberto e mais centrista. Mas o que dizer do PSD? O dr. Nandim de Carvalho refugia-se em argumentos frágeis para explicar uma posição do seu partido, bastante polémica e com a qual por certo não concorda, por aquilo que dele conhecemos e por não ser um analfabeto na matéria.

O PSD sabe bem que não há país na Europa além-Pirenéus, se exceptuarmos por razões conhecidas o Luxemburgo e o Mónaco, em que a radiodifusão ou a televisão não sejam públicas. Não há na Europa Ocidental que ele tanto preza, qualquer rádio privada. O único exemplo recente de tentativa de abertura à iniciativa privada vem do sr. Albrecht, ministro-presidente da Baixa Saxónia, RFA, e que até ao momento não teve eco. E, contudo, o PSD não é, neste aspecto, «europeu», mas «americano». A argumentação do PSD a este respeito é frágil, já se disse. Mais, é incoerente. Repare-se: no dia 5 de Julho o dr. Nandim de Carvalho, o «media-man» dos sociais-democratas dizia que o PSD votava «**claramente contra, porque não entendemos a sua urgência e incipiência**». Argumentando que existia, na altura, um estatuto, Nandim de Carvalho acrescentava que o então projecto de lei não resolvia as questões económico-financeiras (óbvio que não, sr. doutor) nem o estatuto do pessoal. Mas, surpresa geral, o PSD votava contra também por não terem sido ouvidos os órgãos da empresa e nomeadamente os trabalhadores. Figura parlamentar por certo, já que o argumento não resiste a uma análise mais aprofundada. No passado dia 27, Nandim de Carvalho dizia que o voto final contrário traduzia a opinião do PSD de que os estatutos são «**gratuitos e desnecessários**», para além de «**ilegais**», por violarem o princípio estabelecido na Lei da Rádio, relativo a uma lei futura sobre concessões. O expediente não é feliz, é falacioso e sobretudo, quando comparado com a declaração feita na generalidade, é contraditório. Parece-nos que a verdade reside noutro ponto. O PSD não concorda com três aspectos agora consagrados: o da RDP ser expressamente protegida (discriminada a R. Renascença, nas palavras de Nandim de Carvalho), o de se consagrar o afastamento da RDP do Governo e o de se dificultar o acesso da iniciativa privada à posse de estações emissoras. Note-se que não apontamos qualquer desgosto do PSD de natureza conjuntural, como seja o facto de o modelo Mota Pinto ser simplesmente desfeito em pedaços, derrota que prejudica o PSD na RDP, de forma bem visível.

Não cabe nestas linhas uma consideração mais detalhada sobre os efeitos práticos da nova legislação. Diga-se, contudo, que a Comissão de Programas, órgão coadjuvante da gestão encontrou uma solução particularmente feliz de funcionamento, mais ligeiro, com um secretariado permanente, mas sobretudo consignando algo de inovador: o recurso hierárquico. Os agentes da RDP (realizadores, jornalistas, etc.) podem recorrer à Comissão de Programas em assuntos específicos da sua actividade, antes de terem de se reportar ao exterior da empresa. Este recurso é um esquema novo para desbloquear conflitos internos, uma experiência nova e promissora.

O «pacote da informação» é, pelo que veremos também em próximos artigos, um bom presente para os portugueses, o último da Assembleia da República dissolvenda.

LISBOA, VERBO AMAR

O Jardim da Patriarcal conhece Darwin?

– O que é que eu faço? – Perguntou ela.

Era no jardim da Patriarcal, em Fevereiro. Cresciam nos canteiros flores em lilás, flores de que em Lisboa ninguém conhece o nome.

–Não fazes nada – respondeu ele.

–Como não faço nada? Já te disse como é o ambiente lá em casa. É de se cortar à faca. Já te disse que sabem tudo. Lá é que eu não fico.

Contornaram o reino das flores uma vez mais. Em silêncio. Era dentro de si que tudo se jogava.

Ela esperava a proposta que tanto demorava já: sais de casa, acabou-se, cá nos havemos de arranjar.

Ele não tomava muito a sério aquele drama todo. Com os seus vinte e quase nenhuns anos, a rapariga acabaria por ganhar a partida familiar.

– O melhor – disse – o melhor é deixarmos passar alguns dias, a ver em que param as modas. Depois arranjarei maneira de eu ou alguém por mim te telefonar.

Em silêncio se sentaram num banco de tábuas remendadas. Em silêncio se levantaram para mais uma volta às flores plangentes de lilás.

Ela: «Está visto. Quer-se ver livre de mim. Foi bom as palavras novas, as giestas de oiro, o leito na penumbra. Foi bom a comodidade. Diferente é dormir sobre arames farpados.»

Ele: «Em que aventura ia metê-la? Alugarem um quarto, submetê-la a todos os vexames de uma sociedade programada para destruir?»

Ela: «Julga que sou uma criança. Que faço tudo isto por birra, que não sei onde estou metida. Mas eu sei mais do que ele. Sei que ele nada perderá e que eu perderei tudo, pois o perderei a ele.»

Ele: «Habituada desde pequena a todos os mimos, só tem recebido da vida o melhor. Que resistiria do amor quando os sapatos começassem a romper-se, quando tivesse de lavar o vestido para o dia seguinte, quando a comida se tornasse monótona? Sim. É melhor para a vida dela que a claridade destes meses perdure.»

–Bom – disse ela – tenho de ir. Adeus, amor.

Beijou-o na cara, deu o último passeio lilás. Sozinha.

O que se passou desde então daria substância para outra história. Mas para os que têm o vício, mal pegam num livro, de ir ver a último página, para esses direi que Ela e Ele venceram os Trópicos, fizeram dois filhos, e se não fizeram mais não foi por culpa deles.

Recordo-os agora sentado num banco do jardim da Patriarcal. Onde, pelos modos, o passeio lilás continua a seleccionar os mais aptos.

MÁRIO CASTRIM

"The Sun" não "ilumina" os tipógrafos

O diário londrino «The Sun», a maior tiragem da Imprensa britânica com 4,2 milhões de exemplares, não sairá quarta-feira devido a um conflito que opõe a Direcção ao Sindicato dos Tipógrafos.

Segundo informações disponíveis, o conflito seria devido a uma tentativa da Direcção de furar o monopólio de contratação detido pelo Sindicato. O «Sun» já tinha perdido 2,3 milhões de exemplares ontem devido ao mesmo diferendo.

"Time" na China

O semanário «Time» aparecerá à venda na República Popular da China, esta semana, revelou a empresa editora, em Nova York.

Acrescentou esperar que as vendas aumentariam para muito mais da distribuição inicial de 1500 exemplares em Pequim, Cantão e Xangai.

"o diário" sobe de preço

O matutino «o diário» passou hoje a vender-se ao preço de dez escudos.

Deste modo, o único dos jornais diários portugueses que não acompanhara por inteiro a última subida do preço de venda ao público (de 7$50 para 10$00) coloca-se assim a par de todos os demais.

Refira-se que «o diário» custava agora oito escudos. O aumento de cinquenta centavos decidido aquando da passagem de 7$50 para 10$00 dos restantes jornais, destinou-se a garantir a mesma percentagem de lucro aos ardinas.

CONCURSO

NÃO DEIXE PARA O FIM

Envie hoje mesmo a sua colecção

Terminada que foi a repetição dos cupões da 1.ª série, feita com o objectivo de habilitar ao sorteio os nossos leitores, a quem faltava algum cupão, basta agora enviar as colecções de cupões e o boletim de identificação para o «Diário de Lisboa». Leia, por favor, as indicações seguintes, e envie hoje mesmo a sua colecção!

- **PARA SE HABILITAR AO SORTEIO** o leitor deverá juntar 30 cupões numerados de 1 a 30 (de qualquer das 2 séries) recortados pelo tracejado e tendo anexo um boletim de identificação;
- **O BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO** deverá ser totalmente preenchido com letra bem legível, e indicar o nome do concorrente (nome completo, tal como figura no bilhete de identidade) morada e telefone (se tiver) bem como (o que é facultativo mas se recomenda) o nome do vendedor ou estabelecimento onde adquire o seu jornal;
- **O TALÃO RECIBO** deverá ser igualmente preenchido no caso de o concorrente desejar a devolução do mesmo depois de numerado, para o que terá de juntar um selo de correio de 5$00. Se não o fizer, o leitor não deixa por isso de se habilitar ao sorteio: acontece apenas que não terá em seu poder a informação do número que lhe coube para o sorteio;
- **QUANTO AO ENVIO** o leitor pode enviar quantas colecções quiser, mas sempre só uma em cada envelope, e cada uma acompanhada de um boletim de identificação devidamente preenchido e de um selo de 5$00 no caso de desejar a devolução do talão recibo;
- **O PRAZO DE ENVIO** termina em 14 de Agosto de 1979 (data do carimbo do correio) e as colecções devem ser enviadas para

DIÁRIO DE LISBOA – CONCURSO
RUA LUZ SORIANO 44
1200 LISBOA

- **O ENVIO PELO CORREIO** é obrigatório nos termos do regulamento, não se aceitando em nenhum caso entregas pessoais, pois é necessário o carimbo do correio para determinar a data de recepção das colecções;
- **O APURAMENTO DAS COLECÇÕES** será feito entre 14 e 31 de Agosto de 1979, sendo esta última a data prevista para o sorteio.

O concorrente deverá indicar o nome completo tal como figura no seu bilhete de identidade

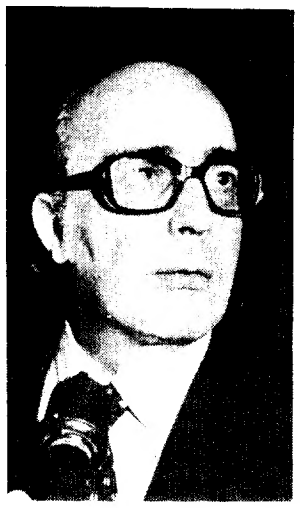
Não se esqueça de indicar o nome e endereço do vendedor ou do estabelecimento onde adquiriu o «Diário de Lisboa»

ponto a ponto

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, que ontem na Escola de Fuzileiros sublinhou não haver nada que possa desviar as Forças Armadas «do objectivo principal de consolidação da democracia pluralista, em que cada português possa exprimir livremente a sua vontade política sem subordinação nem condicionamentos», recebeu no mesmo dia, em audiência que lhe foi solicitada o secretário-geral do PS, dr. Mário Soares. O encontro teve lugar algumas horas depois da reunião conjunta da Comissão Directiva e do Secretariado do PS, destinada a discutir problemas eleitorais. À entrada para a reunião o dirigente socialista havia assinalado aos jornalistas a rapidez com que o Governo de Gestão fora formado admitindo, ao mesmo tempo, que o Executivo de Lurdes Pintasilgo poderia assegurar a realização de eleições com neutralidade e independência.

Registe-se ainda a audiência ontem concedida também por Eanes ao presidente do Conselho de Administração da Ford-Europa, Robert Lutz que visitou já Sines, em cuja área se pretenderia a implantação de uma nova fábrica daquela multinacional.

Em mensagem dirigida a Agostinho Neto, a Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola saúda a passagem do 5.º aniversário da proclamação das FAPLAS (1 de Agosto de 1974), data que assinala o levantamento dos heróicos combatentes angolanos que «souberam erguer-se contra toda a casta de inimigos, tais como os mercenários e assassinos dos grupos fantoches e as forças racistas e invasoras da soberania nacional de Angola».



O ministro da Coordenação Cultural, Cultura e Ciência, Sedas Nunes, manifestou ontem, em entrevista à ANOP, a intenção de o seu gabinete lançar novas iniciativas nos domínios da cultura e ciência. Explicando ter aceitado o cargo por ter verificado que para Lurdes Pintasilgo «os problemas da cultura são uma preocupação fundamental», Sedas Nunes acrescentaria que o novo Primeiro-Ministro «equaciona de uma maneira que me interessa as relações entre a cultura e a ciência».

EM PROL DA DIGNIDADE NACIONAL

ARMINDO RODRIGUES

Com a nomeação de um novo Primeiro-Ministro, vários actos é legítimo verberar uma vez mais do Governo de Mota Pinto, medíocre e arrrogante professor, não menos pernicioso que outro por felicidade bem morto, que também veio de Coimbra, em especial os posteriores à sua exoneração, quer dizer a partir do momento em que essa política recresceu em abusos e em crimes, pela redobrada ilegitimidade que assumiu.

Efectivamente, não é admissível que a acção de governo nacional nenhum, mesmo numa sociedade de classes como é ainda a nossa, ultrapasse os limites de uma administração mais ou menos decente, equilibrada e de defesa de interesses respeitáveis, até ao ponto de se transformar, como vergonhosamente sucedeu, numa prática que chegou à mais desaforada arbitrariedade, no respeitante aos múltiplos aspectos da Comunicação Social, ou ao mais desafiador bandoleirismo, no referente à repressão da Reforma Agrária. É preciso dizer estas coisas, totalmente e pelos seus nomes.

Investido na sua considerável posição de ministro da Agricultura, embora, sejamos justos, na sequência despudorada dos seus antecessores imediatos, Apolinário Vaz, indivíduo pouco inteligente e pouco letrado, a avaliar pelas suas paupérrimas declarações públicas e irresponsáveis notas oficiosas, mas tenaz como poucos no ódio aos trabalhadores, que tudo indica não considerar de cidadania portuguesa, nem sequer talvez da espécie humana, qualidades das quais por isso mesmo a si se exclui, não houve atropelo, pouca-vergonha, desrespeito da lei, descaroável roubo, quase sempre agravado de aparatoso assalto à mão armada, desobediência a sentenças de tribunais, perante o quê se intimidasse. O que lhe importava era destruir as Cooperativas e as Unidades Colectivas de Produção agrária e pecuária, para as dar, ou delas dar as melhores parcelas, a quantos ricaços, vadios, malandros, sabujos, fascistas há por esse Alentejo e por esse Ribatejo fora, ao sabor dos seus caprichos, dos seus delírios de déspota irresponsável, da sua retrógrada ideologia, medieval e viscosa.

Com tudo isto, tem coragem, triste coragem embora, o atrevido, pensará porventura aqui algum pacóvio. Mas nem isso. Para garantir o cumprimento das suas ordens atrabiliárias, Apolinário Vaz dá outros por si, invariavelmente se socorrendo de uma força policial, cuja função é defender a Nação, e não a avidez ultrajante e reles de um grupo de parasitas, de uma casta de parasitas, de uma pseudo-aristocracia de parasitas, a qual é a Guarda Nacional Republicana, com as suas carabinas, as suas metralhadoras, os seus carros de assalto, os seus cães-polícias e a crónica doçura de métodos vindos do fascismo, e até agora, para tristeza e repulsa nossa ainda não reformados, o que é atestado pelas já centenas de agredidos por ela, camponeses válidos mas desarmados, mulheres, velhos e crianças.

Repare o senhor general comandante da equivocada corporação que nunca camponeses nenhuns, para lavrarem nenhumas terras, pediram o auxílio dela contra os antigos patrões, latifundiários absentistas, que as não cultivavam, ao que seria, em todo o caso, mais aceitável proceder que, em proveito destes improdutivos mariolas, ao desalojamento daqueles laboriosos cidadãos. E repare mais, e não seria mau que disso instruísse os soldados, sargentos e oficiais sob o seu comando, que, além do enxovalho e do insulto, bater, em quaisquer circunstâncias, em quem não tem meios de defesa, é ilegal, é antidemocrático, e é até uma cobardia, ao invés do que alguns dos deploráveis pimpões provavelmente pensam. É preciso dizer estas coisas, totalmente e pelos seus nomes.

Na generalidade pacíficos, cordatos e abnegados no seu trabalho mal remunerado, dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos da área da Reforma Agrária só adveio, na sua ainda escassa experiência, vantagem já provada e substancial para a comunidade nacional, pelo aumento da produção, ou seja de alimentos essenciais a uma vida mais folgada da nossa população. E, com isto, são mais postos de trabalho assegurados, e passos não decisivos, mas orgulhosos, andados em direcção ao Socialismo, como a Constituição consigna ser propósito da nossa incipiente Democracia.

Ler nos nossos jornais, nos raros de séria informação, as notícias das desajudas de que tão prestante gente tem sido vítima, desde o VI Governo Provisório para cá, revolta e confrange. Com metódica impiedade, foram-se cortando às Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção os créditos bancários imprescindíveis a uma eficaz exploração, ao passo que se acabou, por decisão do fatídico Apolinário Vaz, por atribuir a cada beneficiário da sua imperial magnanimidade distributiva, um rebuçado adicional de quinhentos contos, para lhe adoçar a boca, pelo sacrifício aceite de desfrutador de uma expoliação.

Técnicos solicitaram-nos com insistência e em vão os camponeses cooperantes, cônscios da sua falta e da sua necessidade. O problema do esbulho da cor-

Continua na pág. 4

Não sabemos qual será a sorte deste Primeiro-Ministro, que a improvisação vesátil, a ponderada escolha, ou a dificuldade de escolha, do Presidente da República, passando sobre os «partidos» que estão presentes na vida parlamentar e sobre desmaiadas ilusões presidencialistas, o general Ramalho Eanes indigitou para o serviço público de dar a palavra aos eleitores, dissolvida que foi a contento da «direita» a Assembleia da República. Mas reconhecemos, e gostosamente o fazemos, que vindo substituir um catedrático de triste figura, Maria de Lurdes Pintasilgo teve o mérito de restabelecer, num país que parecia politicamente esgotado e que estava desiludido, o gosto pela **política.**

Com Maria de Lurdes Pintasilgo – e para o caso não é indiferente que o Primeiro-Ministro indigitado seja uma mulher – a **política** regressou à cidade, voltou às nossas discussões, reintroduziu-se nos ambientes familiares, foi novamente assunto e não só tema de protesto, de decepção, de raiva surda ou de amargura gritada. Voltou a expectativa, renovou-se a perspectiva de confiança, abriu-se um crédito a favor de uma muler que fala desinibidamente, sem inocência, claro, mas com uma convincente pureza.

Se nas ruas e nas famílias, para falar da mulher que é Primeiro-Ministro, novamente se discute **política,** se comenta a vida pública, se pensa em voz alta, há que alimentar a esperança de um renovo da participação popular na vida política, no exercício da cidadania.

Um Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, se o ora indigitado Primeiro-Ministro às suas declarações iniciais permanecer fiel, poderá suscitar correntes diversificadas de participação eleitoral, e, só pela sua capacidade dialogante, reduzir o número dos abstencionistas.

Porque é evidente que esta mulher é capaz de falar com sinceridade e de dizer o que pensa das coisas. As suas primeiras declarações têm o valor positivo do discurso claro e o valor negativo da divagação teorizante. Mas, reconheçamo-lo a tempo, falando ainda na qualidade de Primeiro-Ministro indigitado, de comprometedoras declarações pessoais se defender porque, a darmos ao que disse o significado pertinente, considera que o seu Governo será um «órgão colegial».

Vai alguma distância de um «órgão colegial» a uma «equipa governativa». E a vida deste V Governo tem um horizonte limitado. Diziamos mesmo: duplamente limitado. Não será – tudo o permite prever – o «Governo dos 100 dias». Mas será um Governo sobre o qual pesarão os resultados do «acto eleitoral» e a «não representatividade política». Duas limitações a considerar quando, como sucede com Maria de Lurdes Pintasilgo, se parte do reconhecimento de que «...nós temos um regime parlamentar». Para o Primeiro-Ministro – e, como declarou, nesse empenho gostaria de contar com a colaboração dos partidos – o Governo deverá defender o prestígio do regime parlamentar, promover o funcionamento das instituições democráticas, cumprir a Constituição.

Significativa terá sido, num conjunto de afirmações que não deixarão de ser diversamente interpretadas, a frase em que se excluiu a hipótese de «aventuras de interpretação» quanto à legislação aprovada pela Assembleia da República.

E alguns terão ficado surpreendidos com a firmeza com que Maria de Lurdes Pintasilgo repudiou os projectos – na realidade dificilmente compatíveis com a letra e o espírito da nossa Constituição – de um «presidencialismo militar» que tanto parece inquietar a chamada «Aliança democrática para uma nova maioria». Foi categórica na afirmação: «...os regimes militares estão, neste momento, completamente excluídos da cena portuguesa, uma vez que estão a funcionar em plena normalidade as instituições democráticas».

E levando **a política** a uma cerimónia militar, o Presidente da República, corroborando o Primeiro-Ministro que escolheu, afirmou em Vale do Zebro:

«Ninguém pode negar a importância que tem para a democracia portuguesa esta evolução positiva da situação interna nas Forças Armadas, que nos impusemos livremente por dever ético e que demonstra, a cada passo, a clareza do nosso compromisso, essencial: criar todas as condições para a completa institucionalização do sistema político democrático, subordinando, de facto, as Forças Armadas ao poder político, legítimo e dotando-o de um instrumento essencial para o cumprimento cabal do seu mandato.

«Por tudo isto, é evidente que recusamos a oposição entre poder civil e poder militar. Só reconhecemos autoridade ao poder político democrático, só reconhecemos como fonte de legitimidade política do poder a expressão livre do povo português através do sufrágio universal.

«Mas apesar da firmeza e do rigor com que assumimos uma linha clara de vinculação democrática das Forças Armadas, nem sempre vimos correspondida essa coerência e essa determinação por parte de todos aqueles que, porque se afirmam democratas, deveriam colaborar sinceramente na consolidação desta linha de actuação.»

E o Presidente da República levando **a política** a Vale do Zebro, veio dar a sua contribuição como Comandante Supremo das Forças Armadas, e como cidadão, para aceitar o desafio a que a melhor parte das Forças Armadas respondeu em 25 de Abril de 1974 e que consiste em demonstrar que os militares são capazes «de pôr termo ao ciclo trágico da nossa História dos últimos 150 anos», e de se integrarem na realidade democrática, cumprindo a Constituição, aceitando, sem reservas e sem subterfúgios, a supremacia do **poder civil.**

Nas palavras de Ramalho Eanes e de Maria de Lurdes Pintasilgo, surgiu, coincidente e simultânea, uma forte condenação das «intervenções militares na vida política», das «quimeras pretorianas», das «aventuras de salvação nacional» à margem da Constituição e alheias ao voto popular.

Os regimes pretorianos acontecem por «manipulação dos militares por forças e regimes políticos ilegítimos e ditatoriais», pensa Ramalho Eanes. E Maria de Lurdes Pintasilgo pronuncia-se pelo respeito devido ao nosso «regime parlamentar», pela consideração do papel dos partidos, pelo diálogo com o povo eleitor.

Esta perspectiva democrática irrita a «direita». Leva-a a pprocurar fora das fronteiras o apoio que receia não encontrar nos portugueses que não querem regressar ao **passado salazarento** e que estão, novamente, a descobrir **a política.**

O regresso da **política** deverá ser saudado. Renova a confiança na cidadania.

post-scriptum

A manipulação da Imprensa da direita

Na minha qualidade de leitor muito antigo do «Diário de Lisboa» permito-me vir sugerir a conveniência de ser feito um esforço para repor a publicação de um semanário que se chamava «Sempre Fixe», o qual, quando interrompeu a publicação, nos prometeu voltar.

Faz falta mais um órgão de informação sério, que não seja fascista, nem de direita, tanto mais que se aproxima um período de campanhas eleitorais decisivas, e o panorama da imprensa em Portugal é uma autêntica miséria.

Na realidade è desolador e chocante olhar hoje para uma banca de jornais onde proliferam quase totalmente os pasquins fascistas ou neofascistas com a maior impunidade.

Todos sabemos que a grande maioria dos portugueses não compra jornais, limitando-se apenas a passar os olhos pelos títulos. A direita sabe disso e então usa e abusa das «parangonas», o que lhe dá uma enorme possibilidade de manipulação e intoxicação da opinião pública através do grande cartaz-escaparate que é a banca dos jornais. Isto é um facto constatado por toda a gente e aqui o «Diário de Lisboa» está sempre em desvantagem.

Tomemos o exemplo mais recente, que é o da nomeação da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de primeiro-ministro.

Passando os olhos pelas primeiras páginas dos jornais portugueses ficamos horrorizados perante a campanha orquestrada sem mérito, nem vergonha. Mas é um facto, embora terrível e desolador, contra o qual há que lutar com armas iguais.

Maria de Lurdes Pintasilgo acaba de ser lançada às feras. Sendo cristã desceu à arena do circo romano para ser devorada pelos carnívoros sedentos de sangue e dentes arreganhados.

Sendo uma mulher excepcionalmente inteligente, possuidora de um espírito brilhante e progressista, dos poucos portugueses devidamente conceituados no estrangeiro, era de esperar da parte dos mentecaptos que dirigem a nossa ancestral mediocridade esta fúria assassina em abater alguém acima da medíania e acima de qualquer suspeita.

A televisão/Sá Carneirista está a tornar-se inconcebível e insustentável na sua aflição demolidora. Em que país do mundo seria isto possível?

E quem defende Maria de Lurdes Pintasilgo? Precisamos todos de saber, se afinal nem Belém a sabe defender das feras à solta.

Fernando Guerreiro
LISBOA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 32 02 29

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 2ª horas e as 8 da manhã.

PODER LOCAL

REUNIÃO PÚBLICA DA CML

Uma centena de vendedores vão abandonar o Martim Moniz

Algumas dezenas de vendedores ambulantes, principalmente os que trabalham no Martim Moniz, compareceram na sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa procurando influenciar os vereadores e evitarem, desse modo, o fecho, dos seus postos de venda.

Recorde-se que o decreto-lei que interdita a venda de discos, cassetes, rádios, candeeiros, óculos de praia e outros artigos foi seguido de um regulamento camarário que o aplica ao caso de Lisboa que recebeu apenas o voto contra da APU. Dos 253 postos de venda instalados no Martim Moniz cerca de 80 vão ter que se reciclar ou abandonar o local.

Os vendedores do Martim Moniz têm vindo a tentar ganhar tempo que lhes deixe esgotar os stocks que entretanto foram acumulando. Ontem o porta-voz que tomou a palavra, no período reservado aos munícipes, Américo Tavares, afirmou que estão em causa os postos de trabalho de cem pessoas e o destino dos stocks da mercadoia. Em resposta o presidente do Município, eng. Aquilino Machado, explicou não ser possível haver mais adiamentos assim como a atribuição do estatuto de feira à região do Martim Moniz. Entretanto, foi sugerido àqueles vendedores que formassem uma cooperativa e procurassem local onde continuassem a exercer a profissão no mesmo ramo.

Os outros postos de venda que funcionam no Martim Moniz vendem sobretudo calçado e vestuário. Se os 80 conseguissem reciclar-se com rapidez a concorrência aumentaria e ao mesmo tempo as cassetes e outro tipo de aparelhagem deixariam de ser chamariz para outras compras. Os actuais utentes do Largo pagam mil escudos por mês para se servirem de cubículos de 1,20 metros quadrados. A legalização provisória há dois anos deu-lhes a ilusão de que tinham mais tempo.

Na Câmara compareceu ainda um outro grupo de vendedeiras que tinham tudo tratado para abrir os seus novos postos na Penha de França e agora vêem recusadas as suas licenças por a Junta de Freguesia, pressionada por protestos de moradores locais, não estar pelos ajustes. Todas estas vendedeiras que tinham 30 bancas de peixe e hortaliça na Rua Mendonça e Costa estavam de acordo com a Câmara, a mudar para o Largo Alfredo Duarte já ali tendo sido instalado um chafariz e ao mesmo tempo realizadas diversas despesas com chapéus de sol, tabuleiros, etc. No final houve altercações, entre os vendedores deste grupo e alguns vereadores.

FORNOS CREMATÓRIOS NOS CEMITÉRIOS DE LISBOA

Antes do fim do ano o cemitério de S. João vai ter um forno crematório. O principal problema dos cemitérios de Lisboa é a falta de espaço e o processo de incineração embora afastado das tradições é o que parece vir a ter mais futuro. A sessão pública em que foram dadas estas notícias, foi, na sua maior parte, ocupada com projectos de melhoria dos cemitérios da capital. Um estudo encomendado pela Câmara propõe que os cemitérios sejam transformados em peças de equipamento urbano que de algum modo «substituam os espaços verdes que faltam na capital».

Os vereadores municipais aprovaram, ainda com a abstenção da APU, uma moção do CDS e do PPD que solicita ao governo civil e outras autoridades a mais enérgica actuação contra utilização de crianças na mendicidade.

Foram ainda adjudicadas duas empreitadas para a construção de 160 habitações sociais na zona da Musgueira. O custo das obras orça os 125.300 contos.

Petroleiro da Setenave para a Soponata

A Setenave vai entregar à Soponata o petroleiro «Nogueira» que é apenas o primeiro de três navios-tanques encomendado pela segunda daquelas empresas. O «Nogueira» custou cerca de um milhão e meio de contos e tem 320 mil toneladas. Na primeira das suas viagens desloca-se ao Golfo Pérsico para ali carregar ramas petrolíferas.

O segundo navio encomendado pela Soponata (Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques) deve ser lançado à água em Setembro e o terceiro encontra-se em adiantada fase de construção.

EM PROL DA DIGNIDADE NACIONAL

Continuação da pág. 3

tiça aos que precisamente tratam dos sobreiros é um escândalo gritante. Gritante e escandalosa é uma decisão, que alguém, mas não o Ministério, viria a anular, acerca de toiros bravos, como inultrapassável de ridiculeza marialva, estupidez e má-fé era a sua pretensa justificação.

É crível que nunca mais, no nosso tão sacrificado país, este Apolinário Vaz e, com ele, toda a farandolagem dos seus mestres, comparsas e sequazes, politicamente levantarão cabeça. Mas isto não basta. É forçoso, é urgente, é imprescindível, para decoro nosso, para higiene nossa, para desagravo da nossa honra ofendida, que se lhes peçam responsabilidades, e que se castiguem com implacável rigor, ao mesmo tempo que todo o mal que fizeram seja justiceiramente reparado. É forçoso, é urgente, é imprescindível devolver às Cooperativas e às Unidades Colectivas de Produção o que lhes foi tirado e em que ninguém mais genuinamente merece o direito de trabalhar.

Sem aquele castigo e sem esta reparação forçosa e imediata, o país continuaria a ficar, em hipótese, à mercê de equivalente e, como se verificou, não impossível malfeitoria. Ora a governação tem de ser, acima de tudo, opostamente ao que esta foi, mesmo nos derradeiros escabujamentos da morte, uma actividade honesta. A pátria não pode voltar a ser, como durante este consulado vilíssimo ao serviço do imperialismo internacional, propriedade discricionária e prostituída de uns tantos marginais sem pejo nem consciência, contra a própria sobrevivência da maioria esmagadora dos seus filhos melhores.

Vou pôr ponto, com um apontamento deplorativo. É acaso isto fatalidade minha, dado como pela segunda vez em pouco tempo me acontece em público, desesperado e paradoxalmente exaltado de esperança, neste ambiente que o reaccionarismo mais retrógrado teima em tornar irrespirável. Mas é preciso. É preciso dizer estas coisas, totalmente e pelos seus nomes.

Larguíssimos milhares de pessoas, entre portugueses e de fora, muitos destes vindos cá de propósito, visitaram já, com curiosidade, logo em regra transmutada em admiração e solidariedade, as explorações colectivas da zona da Reforma Agrária. Um compatriota existe, contudo, que, pela relevância particular da sua situação, é de estranhar ter-se alheado da candente questão. Refiro-me, é transparente, ao cidadão António Ramalho Eanes, transitoriamente Presidente da República.

Não há aqui pretensão de lhe indicar com impertinência como deva agir, como e o que deve merecer-lhe solicitude ou atenção, se bem que talvez isso nem fosse, uma vez por outra, como agora, impertinente por aí além, tanto mais que no estrangeiro, em países socialistas onde esteve, presumivelmente se informou de organizações idênticas às que em Portugal o não moveram a idêntico conhecimento. E saber, procurar saber, é que a ninguém deslustra.

S R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Castelo Branco, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP — Zona de Distribuição Alto Alentejo, a que se refere o processo 8/63 785 Arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia de Sarzedas, concelho de Castelo Branco, de uma linha aérea a 30kV com 12 885 metros, do poste n.º 10 da linha para o posto de transformação de S. Domingos, ao posto de transformação de Pomar; linha aérea de 30kv, com 423 metros, do poste n.º 43 da linha para o poto de transformação de Pomar, ao posto de transformação n.º 106 de Casal Águas de Verão; linha aérea a 30kv, com 467 metros, do poste n.º 70 da linha para o posto de transformação de Pomar, ao posto de transformação de Sesmo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 19 de Julho de 1979.

PEL'O ENGENHEIRO-CHEFE
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Castelo Branco, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP — Zona de Distribuição Alto Alentejo, a que se refere o processo 8/63 788 Arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia de Benquerenças, concelho de Castelo Branco, uma linha aérea a 30kV com 6624 metros, da subestação de Castelo Branco ao posto de transformação de Taberna Seca.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 19 de Julho de 1979.

PEL'O ENGENHEIRO-CHEFE
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Proença-a-Nova, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP — Zona de Distribuição Alto Alentejo, a que se refere o processo 8/64 174 Arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia de Proença-a-Nova e concelho do mesmo nome de uma linha aérea a 30kV com 4131 metros, do poste n.º 24 da linha para o posto de transformação de Palhadal, ao posto de transformação de Corgas.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 19 de Julho de 1979.

PEL'O ENGENHEIRO-CHEFE
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Castelo Branco, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP — Zona de Distribuição Alto Alentejo, a que se refere o processo 8/63 787 Arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia de Sarzedas, concelho de Castelo Branco, de uma linha aérea a 30kV com 4794 metros, do poste n.º 34 da linha para o posto de transformação da Taberna Seca, ao posto de transformação de Vilares.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 17 de Julho de 1979.

PEL'O ENGENHEIRO-CHEFE
Joaquim Gonçalves dos Santos

Até a Calçada de Carriche deixou de ser um mero motivo fadista: em terrenos destinados à construção foram investidos, no ano corrente, cerca de quinhentos contos, procedente de uma dotação municipal de 9607 contos

Serviço de Obras da CML: APU expõe prova dos nove face à má fé CDS

● Silva Graça: "PS e APU voltarão a ser maioria em nova Câmara"

«Para a APU, os programas da Câmara são para ser cumpridos e não para votante ler ou ouvir» – afirmou o vereador Silva Graça, da Aliança Povo Unido, na última reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa, como resposta às más intenções centristas de Luís Gallego, vogal da AM, que em Junho passado levantara a suspeita de que as dotações orçamentais do Serviço de Obras (pelouro da APU) não obedecia aos critérios aprovados pela vereação.

Silva Graça lembrou ao mal intencionado vogal da AM e aos seus colegas vereadores que «todas as obras acima de cinco mil contos vão a concurso público e são aprovadas em sessão da CML, tendo-se registado, na maioria dos casos, voto a favor do próprio CDS».

Passando a números, Silva Graça revelou que, em 1978, foram gastos 108 899 contos em obras de conservação de pavimentos e esgotos em diversos locais. No primeiro semestre do ano corrente, a verba gasta ascende já a 55 890 contos.

Em pormenor:

De uma dotação de 7700 contos, foram utilizados 7527 nomeadamente em construções na Rua Tristão Vaz (rua e logradouro) e Praceta João Frederico Ludovice.

Dos 9607 contos gastos em obras de terrenos destinados à construção, destacou Silva Graça, a Calçada de Carriche (444 contos) e o Impasse à Rua Dr. Mário Moutinho (925 contos).

Mereceram especial referência os quantitativos utilizados na empreitada do colector da Avenida de Berlim (5700 contos), nos arruamentos, esgotos e colectores auxiliares na Curraleira (259), nas obras da Quinta da Bela Flor (1208), na empreitada do Largo de Santa Apolónia (4481), etc.

Outras numerosas verbas, que testemunham o dinamismo das repartições integradas no Serviço de Obras, foram apresentadas como detergente que se impunha para conveniente lavagem das más intenções do vogal centrista Luís Gallego, verbas essas aplicadas nos bairros degradados, em postos de limpeza, em cemitérios, em escolas, em mercados, em parques e jardins, em piscinas, em instalações desportivas, em muros e viadutos, em instalações sanitárias, em casas pré-fabricadas, na consolidação de escarpas, em instalações de força motriz, ascensores e monta-cargas, em instalações de aquecimento, refrigeração, ventilação, som e hora, em instalações eléctricas e mecânicas, em iluminação pública.

Porque o CDS tivesse atacado a «maioria de esquerda na CML», Silva Graça pôs os pontos nos ii: essa maioria não existe em termos políticos. Mas...

«Mas se pensam ser possível acabar com a folgadíssima maioria PS e APU na CML e em outros órgãos autárquicos da capital, que se desiludam já porque ela manter-se-á e, muito provavelmente, irá reforçar-se.»

Barreiro vai erguer Centro e Lar da Terceira Idade

A Secção de Planeamento da Câmara Municipal do Barreiro estudou ultimamente a localização de um terreno para construção de um Centro de Dia e Lar para a Terceira Idade.

Com base no programa fornecido pelo Instituto de Família e Acção Social, e em documentação geral sobre este tipo de equipamento, foi ponderado um esquema que, compreendendo um edifício de dois pisos, coloca 100 pessoas no Centro de Dia e 62 internos no Lar. A construção do edifício seria concretizada ao longo de três fases.

A primeira fase asseguraria o apoio a actividades e convívio, refeições, fornecimento de géneros e serviço ao domicílio, acções normalmente consideradas prioritárias; a segunda fase destinar-se-ia a assistência, apoio à higiene pessoal e tratamento de roupas, constituindo com a primeira fase o Centro de Dia num só piso; a terceira fase, finalmente, seria consagrada à construção de um segundo piso destinado ao Lar, apoiado nos serviços e equipamento do Centro de Dia, e não constituindo, portanto, uma unidade autónoma.

Segundo o Município do Barreiro, esta solução permitirá não duplicar o equipamento mais dispendioso, como a cozinha e os espaços para actividades, como também fomentará o convívio dos internos com os utentes externos, também idosos, bem como com a restante população chamada a participar em certas actividades (festas, teatro, televisão, etc.), evitando-se assim os perigos de isolamento e marginalização.

O programa de construção compreende ainda actividades ao ar livre, como a jardinagem, horticultura e criação de animais consideradas como forma de economia de subsistência do próprio Centro.

Além das actividades em si, o reconhecimento da sua utilidade para a comunidade é favorável à integração do idoso na vida social e ao retardamento da sua involução própria.

A localização escolhida (Centro e Lar) é a que permite a utilização de uma área suficiente a todo o programa e se encontra entre as duas zonas mais populosas do concelho: a zona do Barreiro (a sul da linha férrea) e o Lavradio. Além disso, é das zonas mais bem servidas de transportes.

Aumenta contrabando de artigos de beleza

Os produtos de beleza continuam a ocupar o lugar cimeiro entre os produtos importados que tentam passar nas alfândegas portuguesas à revelia do pagamento dos respectivos direitos.

Só no segundo trimestre (Abril, Maio e Junho) do corrente ano a Guarda Fiscal detectou 3.860.550 escudos de artigos de beleza nessas condições. Esta cifra é superior à do período anterior, de acordo com as informações divulgadas por aquela Corporação.

O valor total das mercadorias detectadas pela Guarda Fiscal atingiu, naqueles meses, a verba de 82.500.057 escudos, destacando-se as cifras atingidas nos seguintes produtos, além dos artigos de beleza já referidos; acessórios para viaturas (333.084 escudos), electrodomésticos (3.594.350 escudos), gado (574.100 escudos), géneros alimentícios (4.386.360 escudos), bacalhau (1.922.550 escudos), confeitarias (384.908 escudos), mariscos (327.940 escudos), máquinas de jogos recreativos (7.085.000 escudos), papel decorativo (412.850 escudos), roulotes (2.100.000 escudos), tabaco (2.239.558 escudos), tecido para vestuário (2.759.301 escudos), viaturas (36.727.500 escudos), viaturas de transporte de mercadorias contrabandeadas (11.411.000 escudos) e Whisky (1.358.990 escudos).

Também no campo da exportação contrabandeada a Guarda Fiscal surpreendeu fraudes, salientando o café (no valor de 552.760 escudos), gado (7.451.000 escudos) e o Whisky (que atingiu a cifra de 431 contos).

O valor de gado e whisky detectado pela Guarda Fiscal na exportação de contrabando é superior ao do período anterior.

De acordo com as informações desta Corporação o contrabando de whisky para exportação faz-se a partir do engarrafamento do líquido no país, mediante processos que vão desde a adulteração do vinho à falsificação de garrafas e até à troca e viciação de selos, rótulos e contra-rótulos.

No respeitante a divisas a acção da Guarda Fiscal conseguiu apreender 2.265.191 escudos.

No respeitante a passageiros, as estatísticas da Guarda Fiscal registam no trimestre em questão, um movimento normal para a época.

UM EXEMPLO A SEGUIR

Gerência da TAP abre inquérito e pede desculpa às hospedeiras

A gerência da TAP mandou fazer um inquérito à situação que motivou o aparecimento numa telenovela brasileira, de uma hospedeira com a farda da companhia, em atitudes consideradas «pouco dignificantes».

Em carta dirigida ao Sindicato do Pessoal de Voo (SPVAC), o Conselho de Gerência da TAP pede, igualmente, «desculpas» pela responsabilidade que «directa ou indirectamente» possa caber à empresa.

A telenovela em questão, já exibida no Brasil, apresentava uma assistente de bordo com um comportamento que as hospedeiras classificaram de «atentatório da sua dignidade como profissionais e como mulheres».

Algumas das cenas foram filmadas em aviões da TAP.

O SPVAC ao saber do acontecimento protestou junto da companhia, exigindo um pedido de desculpas formal às suas associadas, bem como o apuramento das responsabilidades de tal filmagem.

A gerência da transportadora aérea acedeu ao solicitado e esclareceu que diligenciará, também no sentido de precaver a passagem das cenas em questão nos écrans portugueses, caso a telenovela venha a ser exibida pela RTP.

ALCATIFAS
PAVIMENTOS
PAPEL PAREDE

PAVIMENTOS 150$00 m2

Todas as marcas de Papel e Alcatifas

ALCATIFA 180$00 m2

● ENTREGAS IMEDIATAS
● APLICAÇÕES RÁPIDAS

PAPEL ROLOS 150$00 cada

ORÇAMENTOS GRÁTIS
Tel. 682405

M.L. GUERREIRO, LDA
RUA ARCO DO CARVALHÃO 20-A
A CAMPOLIDE LISBOA 1

Onde pode comprar nas férias o DL

PRAIAS DO OESTE

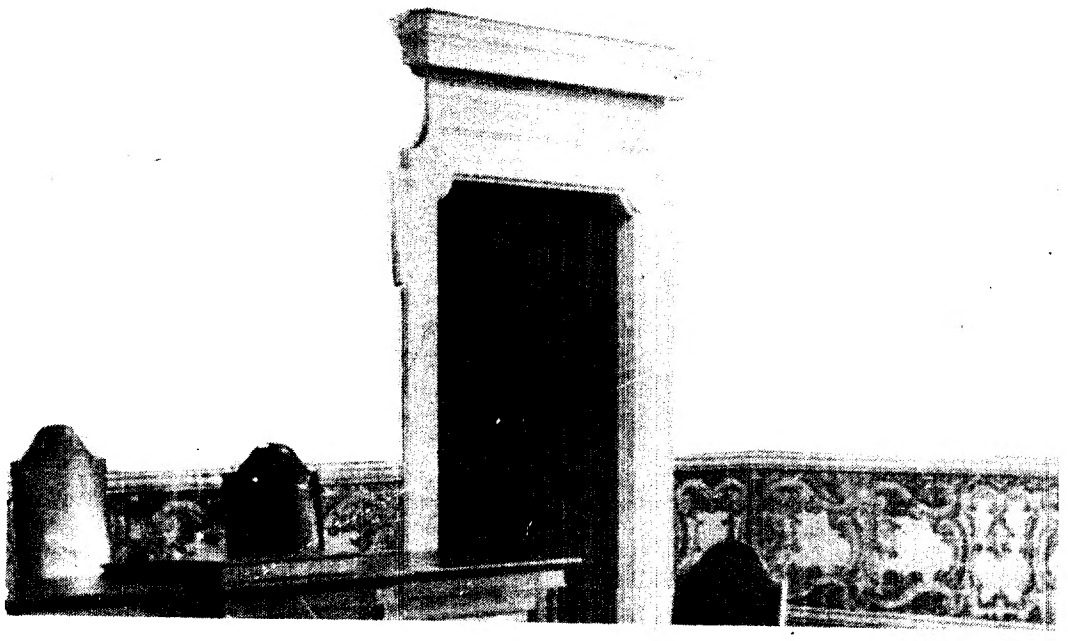
● PRAIA DAS MAÇÃS Liv. MAKI
● ERICEIRA Tab. Palhas
Tab. OVNI
● SANTA CRUZ Tab. Romana
Café Havaneza
● AREIA BRANCA Karr four Onda
● CONSOLAÇÃO Café Mar e Sol
● S. BERNARDINO Café Bastos
● PENICHE Liv. Arco Iris
Mário Sá Bandeira
● BALEAL Cristiano de Melo
● BUARCOS Papelaria Satélite
● FIGUEIRA DA FOZ Quiosque Stop
Quiosque 8 de Maio
Café Nisa
Liv. «O Livro»
Pap. Pessoa
Tab. Africana
Pap. Central
Café Remo
Tab. AC
● PEDRÓGÃO Daniel Sousa
● S. PEDRO DE MUEL Rosa da Silva Carvalho
(frente à igreja)
● NAZARÉ Batista Vieira
● S. MARTINHO DO PORTO Café Rosa

Os leitores que o desejarem, poderão fazer uma assinatura especial de férias para o período de 2 semanas (120$00), 3 semanas, (180$00) ou 4 semanas (240$00). Para o efeito basta remeter um cheque ou vale do correio e indicação bem legível do nome e morada de férias, bem como do dia do início do envio dos jornais.

Remete para «Diário de Lisboa» – Assinaturas
R. Castilho, 185-1.º
1200 LISBOA

ABORTO EM DISCUSSÃO

Mariana Charrua, membro da União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias e da Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (CNAC), expõe alguns pontos de vista desta última organização sobre o aborto. Liberalizar todas as formas de aborto porque, de outro modo, a máquina burocrática permitirá que a mulher continue a recorrer ao aborto, é um dos pontos de vista defendidos pela CNAC.
A CNAC integra várias organizações de mulheres (UMAR, Movimento de Libertação da Mulher, Grupos de Mulheres da Faculdade de Letras de Lisboa e da Associação Académica de Coimbra, Mulheres Independentes, UESD, UDP, MES, PSR e OUT) e foi criada com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para a questão da liberalização do aborto e da contracepção.



MARIA CHARRUA:

Defendemos a legalização de todas as formas de aborto

«A questão do aborto no nosso país é uma questão não moral, mas social, económica e de saúde pública, porque muitas mulheres não usufruem do direito à saúde, ao esclarecimento.
«Tudo isso é apontado no projecto-lei em que a CNAC está a trabalhar e que planeávamos entregar na Assembleia da República. Como os projectos-leis da A. R. agora apresentados não passa para a vigência seguinte, resolvemos não o entregar e divulgá-lo oportunamente à opinião pública. Pensamos promover debates públicos sobre o documento, durante a campanha eleitoral, no sentido de esclarecer e mobilizar as mulheres e o povo em geral para condenação da lei que penaliza o aborto e das suas consequências para a mulher e para a sociedade.
«Independentemente do que os partidos fizerem sobre o assunto, queremos que este projecto traduza a opinião das mulheres e que apareça como algo que lhes diz particularmente respeito. O projecto fundamenta-se na situação económica e social do nosso país, pondo em causa o papel da mulher na sociedade.
«Nós defendemos a liberalização de **todas** as formas de aborto devendo ser praticado a pedido da mulher e a rogo do Estado.
«As instituições de saúde são muito deficientes mas a liberalização do aborto passa pela criação de um Serviço Nacional de Saúde.
«Há organizações e pessoas que defendem a legalização de apenas algumas formas de aborto. Nós não concordamos com esta posição porque isso iria criar uma burocracia que, dadas as condições da mulher e os efeitos do obscurantismo que ainda se fazem sentir, iria permitir que grande número de mulheres continuasse a fazer abortos na sua parteira conhecida.
«Defendemos paralelamente a promoção da educação sexual nas escolas e o desenvolvimento de uma rede de centros de planeamento familiar. Nesse sentido, defendemos no nosso projecto a preparação a nível das escolas do pessoal médico e paramédico que terá, entre outras funções, a de esclarecer as pessoas.
«Claro que muitas barreiras se vão levantar a todo este trabalho. Por isso a CNAC está empenhada no desenvolvimento de um movimento de opinião que leve as mulheres a despertar para este problema. As mulheres e os homens, mas penso que o despertar dos homens passa pelo esclarecimento das mulheres.
«A CNAC está a desenvolver secções locais de esclarecimento – por enquanto localizam-se ainda quase que só a nível das cidades principais – com o objectivo de promover o esclarecimento directo, que é inevitável. Pensamos também criar junto à CNAC um grupo de técnicos que conhecem as consequências do aborto, para participar nas sessões de esclarecimento. Para já contamos com a presença de médicos em todas as secções de esclarecimento.
«Penso que importa aqui frisar que, apesar de ser necessário todo esse esclarecimento, já há muitas mulheres que estão abertas à discussão do problema e dispostas a lutar pela sua resolução. Nós sabemos que assim é através de inquéritos lançados pelas organizações que integram a CNAC. Nós próprias receávamos, ao lançar um abaixo-assinado para defesa da legalização do aborto, que nalguns sectores, pelo menos, teríamos dificuldades em conseguir assinaturas. Mas não é nada disso. As mulheres assinam e, neste momento, o número de assinaturas já ultrapassou o milher.»

A prática do aborto no Brasil

Cerca de dez por cento dos abortos calculados em todo o mundo realizam-se no Brasil, revela um estudo elaborado por um médico brasileiro a pedido das instituições sanitárias internacionais.

A estimativa situa o número anual de abortos em 3 milhões e 400 mil, na sua maioria «cometidos nas mais precárias condições médicas», consequência da clandestinidade a que é obrigada esta prática.

O estudo confirma que cerca de 25 por cento das mulheres em idade fértil engravidam por ano no Brasil e, aproximadamente metade destas interrompem a gravidez com o aborto, revelam as estatísticas da ONU.

A infecção pós-operatória alcança 20 por cento destes casos, o que representa 680 mil casos anuais de internamento devido a infecções graves.

Os preços do aborto clandestino, no Brasil, oscilam desde os 400 cruzeiros, cerca de treze dólares, se realizado por uma «curiosa», aos cem dólares, se é feito, também sem anestesia, numa clínica modesta.

Os preços dos abortos restringidos às classes sociais maos ricas não são inferiores a 260 dólares e ultrapassam em alguns casos os 500.

Independentemente das pressões sociais exercidas sobre a mãe solteira, a informação foca o elevado índice de práticas abortivas entre matrimónios pobres, que consideram «economicamente inviável» a chegada de um novo filho.

Entre as conclusões do trabalho considera-se a possibilidade de legalização do aborto para impedir a sua prática clandestina, que põe em perigo a vida da mulher, assim como a necessidade de informação sobre planeamento familiar.

Dos casos citados como pontos de referência, a informação refere o caso da Espanha, onde, «uma liberalização política introduz na mentalidade do corpo social um maior conhecimento da planificação familiar em detrimento do aborto».

CNAC contesta Ordem

A CNAC contesta a posição da Ordem dos Médicos de condenação do aborto, salientando o gosto daquela instituição pelas «polémicas infindáveis» e as contradições que tal posição implica: ao condenar o aborto em nome da vida, a Ordem esquece as consequências da prática do aborto clandestino na vida da mulher.

Entre outras defesas, a CNAC reafirma que, de acordo com a documentação científica da Organização Mundial de Saúde, em caso de legalização, o número de abortos aumenta principalmente à custa de passarem os abortos ilegais a legais e, portanto, começarem a ser notificados de forma sistemática; que esta passagem à legalidade se acompanha de uma baixa significativa da mortalidade e das complicações do aborto documentada em muitos países; que a legalização do aborto não tem qualquer interferência negativa na difusão dos métodos contraceptivos. Ao mesmo tempo, a contracepção tende a substituir o aborto a médio e longo prazo como método de planeamento de família.

NA ERA DAS ZEEs

Futuro das pescas tema de seminário

O futuro das pescas na era das Zonas Económicas Exclusivas é o tema de um seminário que decorrerá em Lisboa, em Setembro. O objectivo do seminário será a reflexão crítica sobre o estado actual e perspectivas do sector das pescas portuguesas, no quadro geral do novo regime para os oceanos, fundamentalmente caracterizado pelo estabelecimento de Zonas Económicas Exclusivas, ou áreas equivalentes, de jurisdição nacional.

O seminário visa, também, identificar elementos para uma estratégia da recuperação deste sector da vida portuguesa. Revestindo-se de um carácter interdisciplinar, os debates centrar-se-ão nas implicações internas e externas para Portugal do novo regime dos oceanos, no estado potencial dos recursos vivos marinhos, na Zona Económica Exclusiva portuguesa, na situação do sector das pescas e a capacidade portuguesa de resposta.

O seminário é organizado pela Associação Portuguesa de Economistas, pela Associação Portuguesa de Recursos Hídricos e pela Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.

POR CONSIDERAR "UMA IDEIA IMORAL"

Christian Bernard recusa-se a transplantar cabeças humanas

O pioneiro das transplantações cardíacas, o cirurgião sul-africano Christian Barnard, afirmou ontem na Cidade do Cabo que rejeitara uma oferta de 250 mil dólares (12.500 contos) de um jornal norte-americano para ajudar ao transplante de cabeças de um ser humano para outro. «A oferta foi feita pelo 'National Enquirer'» – disse Barnard – «e nem sequer a considerei. A ideia é imoral, antiética, impraticável e de legalidade duvidosa.»

A oferta propunha que Barnard servisse de consultor a um grupo de neurocirurgiões americanos que transplantaram com êxito centenas de cabeças de cães, ratos e macacos no Hospital Geral Metropolitano de Cleveland.

As cabeças transplantadas, no laboratório mantiveram as suas funções normais durante períodos até sete dias, continuando a ver, ouvir, comer e beber. Segundo o «Enquirer», a equipa de médicos sente-se habilitada tecnicamente para efectuar experiência similar com seres humanos.

O dr. Barnard comentou que fizera as mesmas experiências com animais há 15 anos e com iguais resultados. Contudo, tem profundas dúvidas quanto à extensão da técnica em pesquisas com humanos. Num transplante de cabeças, não é possível ligar a espinal medula dos dois corpos utilizados. «Isso quer dizer que o corpo não terá movimentos. E de que servirá isso?» – perguntou o cirurgião sul-africano.

Por outro lado, a cabeça não conseguiria comunicar, mesmo com as cordas vocais, porque para falar é necessária a respiração e, com o corte na medula espinal, esta não é possível fazer-se.

Barnard notou que a equipa afirma que consegue manter parte do cérebro, da cabeça retirada no transplante, de modo a continuar a funcionar o Sistema Respiratório. A ser verdade, disse Barnard, isso significaria que se estava a praticar um homicídio, ao abrigo da legislação vigente.

Para além da ilegalidade – disse Barnard – o trabalho de transplante de cabeça «é essencialmente o campo de neurocirurgiões, e esse é-me estranho».

Arsenal de S. Tiago volta a funcionar

FUNCHAL, 1 – Os trabalhadores do arsenal de S. Tiago que, como o «DL» referiu na sua edição de 22 do corrente, entraram em greve naquele dia, voltaram ontem aos seus postos de trabalho, por verem satisfeitas as suas principais reivindicações, nomeadamente a actualização dos retroactivos.

Em comunicado agora divulgado acusam a Secretaria Regional de Trabalho de ter exercido um «papel passivo» no decorrer do conflito, pois sempre se recusou a assumir uma posição clara, contribuindo assim para «o protelamento da situação». Refere o documento, por outro lado, que a comissão patronal, bem como a do arsenal, não têm quem «saiba interpretar devidamente algumas frases redigidas em bom português».

De assinalar o edificante comportamento assumido pelo «Diário de Notícias» desta cidade que, dando conta de uma ética que importa realçar e de uma isenção que aqui se constata com oportunidade, a despeito de ser propriedade da mesma entidade que explora o arsenal de S. Tiago, sempre deu à luz a evolução dos acontecimentos e publicou os comunicados dos trabalhadores.

NO JANTAR OFERECIDO AO MINISTRO DE S. TOMÉ

Loureiro dos Santos destaca importância militar da NATO

O ministro da Defesa da República de São Tomé e Príncipe, Daniel Lima dos Santos, estava ontem em Tancos, na Base Aérea n.º 3, onde lhe foi proporcionado um «briefing» sobre as activicdades aéreas e de instrução terrestre daquela unidade militar, incluindo uma exposição feita pelo comandante da BA-3 sobre o sistema de gestão manutenção e abastecimento da Força Aérea e o projecto de gestão integrada para aquele ramo das Forças Armadas.

No mesmo dia à noite, o ministro sãotomense foi obsequiado com um jantar pelo seu homólogo português, coronel Loureiro dos Santos, no Forte de São Julião da Barra. Usando da palavra no decorrer do repasto, o ministro português da Defesa afirmou que «as relações que Portugal pretende manter com todos os países de expressão portuguesa, da África ao Brasil», rejeitarão aquilo que «nenhum dos nossos Estados admitiria: a interferência nos assuntos internos de cada qual».

O dirigente africano que termina hoje a sua visita ao nosso país, ouviria ainda Loureiro dos Santos salientar como «objectivo básico» para os interesses de Portugal o procurar «com determinação a integração na Europa Ocidental, com tudo o que implica de modo de vida e do modelo de sociedade, e participar empenhadamente nas actividades do espaço geopolítico euro-atlântico organizado para a defesa», a NATO; cuja existência e aperfeiçoamento considerou «essencial no mundo de hoje, enquanto se mantiver a divisão do mundo em blocos político-militares».

IV GOVERNO, ÚLTIMA REUNIÃO

Aumento de salários mínimos e outras resoluções

O IV Governo fez ontem em S. Bento o seu último Conselho de Ministros. Reunião de despedida, ficou assinalada pela aprovação de algumas resoluções. Duas delas o aumento do salário mínimo nacional e a fixação do salário máximo dos gestores públicos. Em vigor desde 1 de Julho, o salário máximo dos gestores públicos passa a ser de 70 contos. Quanto aos salários mínimos eles passam a 4300 escudos para o trabalho doméstico, 5600 para o agrícola, e 6900 para as restantes actividades. Antes eram 3500, 4600 e 5700, respectivamente.

Os ministros de Mota Pinto aprovaram ainda decretos regulando o regime de férias, feriados e faltas, os contratos a prazo, a cessação do contrato individual de trabalho, a não discriminação entre homens e mulheres, e os mapas de pessoal. Diz o comunicado final que estes diplomas, «nomeadamente o que assegura uma realística efectivação no mundo do trabalho da não discriminação entre homens e mulheres, enquadram-se nos propósitos e objectivos de há muito evidenciados pelo IV Governo no sentido de instituir condições para um mais ajustado equilíbrio entre os interesses dos trabalhadores e dos empresários no contexto de uma progressiva consensualização social e democrática e no âmbito da necessária aproximação ao quadro legislativo e à prática das relações sociais comuns aos países das Comunidades Europeias.

Foi também decidido alterar o valor do subsídio de desemprego, mas o comunicado não especifica qual a alteração.

Foi ainda deliberado criar o Centro Nacional de Produção Cavalar, a Rede Nacional do Abate e a Rede Nacional da Recolha de Gado.

O Executivo Mota Pinto resolveu também fazer a restituição aos seus proprietários da Cooperativa Agrícola da Barrosinha, terminando assim a intervenção estatal.

No início da reunião, o titular da pasta da Justiça informou o Conselho de que a PJ, após aturadas diligências, conseguiu detectar os autores da quebra de sigilo de um dos pontos de exame. Segundo o comunicado final, «oportunamente e logo que a investigação ainda em curso o permita, serão prestados os esclarecimentos tidos por convenientes».

MOTA PINTO DISSE QUE NÃO ESTÁ «ARREPENDIDO»

Quando da sua última presidência ao Conselho de Ministros, ontem, o ex-Primeiro-Ministro Mota Pinto disse aos jornalistas que não estava arrependido de quanto fez à frente do IV Executivo e adiantou que teria gostado de fazer mais, se tivesse tido tempo».

Entre os pontos que gostaria de ter decidido, «a aplicação da Lei do Sector Público e Privado», que – disse – «deveríamos ter feito», nomeadamente «o artigo que permite a cedência da exploração de certas áreas de empresas do sector público a empresas privadas». Tal cedência não incidiria, porém em sectores como a Banca, os Seguros, ou os cimentos: «a própria lei não o permite» – reconheceu o ex-Primeiro-Ministro, consciente de que, se tivesse feito o que não fez, teria dado «um contributo equilibrador e moderador do sistema económico português».

Para Mota Pinto, o Executivo a que presidiu agiu sempre com «a objectividade possível» e «cumpriu, de acordo com as expectativas de quem confiou em nós e de acordo com os desejos e aspirações de grande parte do povo português».

No final do último Conselho de Ministros do IV Governo, todo o elenco posou, nos degraus da entrada para a residência oficial do Primeiro - Ministro, para os repórteres da imagem.

Entretanto, Mota Pinto recebeu ontem o novo Primeiro - Ministro indigitado, Maria de Lurdes Pintasilgo.

ASDI e V Governo

«De nós não contarão nem com o apoio sem críticas, nem com exigências que estão nos hábitos de alguns partidos em relação aos seus dirigentes» – afirma a Associação Social-Democrata Independente num comunicado ontem emitido e referindo-se ao V Governo, nomeadamente aos dois sociais-democratas independentes que o integram: Joaquim Lourenço e Sousa Franco.

A ASDI manifesta a sua «satisfação» pela inclusão de elementos seus no elenco governativo: Joaquim Lourenço é titular do Ministério da Agricultura e Pescas e Sousa Franco titular da pasta das Finanças.

Estas presenças, para a mais recente formação política portuguesa (fundada a partir de dissidentes do PSD) representam «um contributo individual» de quem «procura fazer o melhor para bem de todos».

Depois de dizer que os sociais-democratas independentes se colocam em relação a Joaquim Lourenço e Sousa Franco «tal como outros homens livres de Portugal que só aspiram a dignificar a Pátria que é nossa», a ASDI afirma: «Embora nenhuns direitos tenhamos sobre eles, deles exigiremos que actuem e actuem bem».»

Férias Grandes para Toda a Vida!

Na lotaria das **Férias Grandes**, a taluda São **30.000 contos**, que podem ser seus no próximo **dia 2 de Agosto.**

PUBLITOTAL

Venda Directa ao Público

NÃO DEIXE DE IR ÀS CALDAS DA RAINHA
NÃO DEIXE DE VER FRUTOS/79

ORDEM DOS MÉDICOS

SECÇÃO REGIONAL DO SUL

INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO

Conforme é largamente do conhecimento público terá lugar na Região Sul uma alteração temporária da prestação de cuidados médicos nos dias 2, 3 e 4 de Agosto, se até essa data não for promulgado o Estatuto do Médico pela Presidência da República.

Tem a Ordem dos Médicos envidado os seus maiores esforços no sentido de procurar evitar à população os inconvenientes que decorrem da atitude que a Classe Médica se vê obrigada a tomar; nesse sentido solicitou já a Presidência da República uma entrevista muito urgente onde espera o assunto possa ser levado a bom termo.

Caso porém tais tiligências não sejam coroadas de êxito, os médicos ver-se-ão obrigadoa a empreender as acções já programadas e largamente difundidas.

Nesse sentido considera a Ordem dos Médicos ser seu dever informar a população em que consistem as acções a empreender pela Classe Médica, nos dias 2, 3 e 4 de Agosto e dar instruções no sentido de minimizar os inconvenientes que daí advenham.

Durante esse período estarão sem assistência médica:

1) Consultórios privados e Policlínicas.
e) Serviços Médico-Sociais.
e) Serviços de Medicina Organizada (Postos Médicos de Empresas, Companhias de Seguros, etc.).
4) Consultas Hospitalares.

Manter-se-ão em funcionamento, com equipas reforçadas:

1) Serviços de urgência oficiais (Bancos) em Lisboa nomeadamente — Hospital de Santa Maria, Hospital de S. José, Maternidade Dr. Alfredo da Costa, Hospital D. Estefânia e Maternidade Magalhães Coutinho — e nos Hospitais Distritais e Concelhios onde existam habitualmente.

2) Serviços de urgência privados já existentes nomeadamente na cidade de Lisboa — Hospital da CUF, Hospital da Cruz Vermelha Portùguesa, Clínica de S. João de Deus e Hospital Particular de Lisboa.

3) Outros serviços de urgência ou triagem oficiais ou privados que venham eventualmente a ser considerados necessários pela Ordem os Médicos e oportunamente serão anunciados.

4) Assistência a doentes internados.

Em todos os serviços referidos os doentes serão observados com dispensa de honorários a médicos.

Apela-se para o civismo e compreensão da população para recorrer a tais serviços apenas em casos manifestamente urgentes por forma a não os saturar injustificadamente e a permitir uma assistência correcta aos doentes realmente urgentes.

Acentua-se que foi aconselhado aos médicos em férias apoiar graciosamente os serviços de urgência do hospital mais próximo.

Faz-se notar que o esquema programado não é mais que a transposição para os dias úteis do que funciona habitualmente aos feriados e fins-de-semana.

Nesta medida não há qualquer motivo para alarme ou insegurança por parte da população que terá as suas necessidades urgentes inteiramente asseguradas, não lhe advindo com a acção desenvolvida quealquer sofrimento ou risco injustificados, como aliás o impõem os preceitos deontológicos que regem a Classe Médica e que por forma alguma poderão ser violados.

EM CASO DE QUALQUER DÚVIDA OU NECESSIDADE URGENTE DEVERÁ SER CONTACTADA A QUALQUER HORA A SECÇÃO REGIONAL DO SUL DA ORDEM DOS MÉDICOS.

TELEFONES P.P.C. 32 22 79 / 36 75 56 / 32 22 02

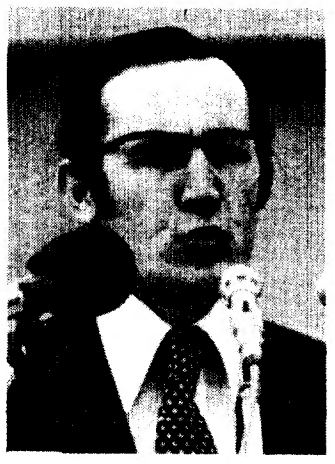
EANES EM VALE DO ZEBRO

Forças Armadas não intervirão no processo democrático

«Pela minha parte, como comandante militar, em nenhuma circunstância abdicarei da minha responsabilidade de obstar a que as Forças Armadas possam interferir de qualquer forma no processo democrático normal» — afirmou o general Ramalho Eanes, durante a cerimónia de inauguração do Monumento aos Fuzileiros mortos em campanha, na Escola de Fuzileiros de Vale do Zebro.

Depois de sublinhar o significado da sua presença na Escola de Fuzileiros, o presidente da República acentuou que as Forças Armadas enfrentam hoje um desafio «que consiste em demonstrarmos ao povo a que pertencemos e que nos confia a força das armas que somos capazes de pôr termo ao ciclo trágico da nossa história nos últimos 150 anos». Definindo esta estratégica, o PR relembrou que no tempo sucederam-se «intervenções militares na vida política, quimeras de poder pretoriano de militares esquecidos do escopo nacional da sua missão e juramento, manipulação dos militares por forças e regimes políticos ilegítimos e ditatoriais».

A aceitação daquele desafio justificou, segundo Eanes, o 25 de Abril e o 25 de Novembro e implica «a unidade, a coesão e a disciplina das Forças Armadas», já que só elas «poderão impedir veleidades de imposição pretoriana de uma vontade política».



Depois de historiar algumas das suas afirmações respeitantes às relações entre o poder político e o poder militar, o Presidente da República resumiu, definindo-as como «criar todas as condições para a completa institucionalização do sistema político democrático, subordinando de facto as Forças Armadas ao poder político legítimo e dotando-o de um instrumento essencial para o cumprimnto cabal do seu mandato». «Por tudo isto», afirmou ainda o PR, «é evidente qevidente que recusamos a oposição entre «poder civil» e «poder militar».

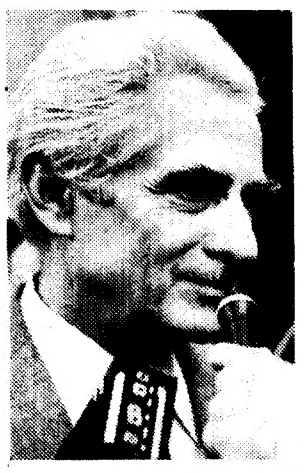
Eanes criticou depois aqueles que, de fora, têm contribuido para dificultar o processo de normalização das Forças Armadas, nomeadamente os que pretendem arrastar os militares para a luta ideológica, os que criam obstáculos imprevistos à normalidade das Forças Armadas e os que consideram as crises políticas que temos vivido como «intenção de militarização do regime».

O PR, também Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, garantiu ainda: «Aceitamos todas as leis emergentes da soberania popular, conciliando-as sem transigências com os imperativos éticos e com os requisitos de operacionalidade, na falta dos quais a instituição militar se perverte e se transforma em factor de perturbação da democracia, quando lhe cumpre ser suporte do regime democrático».

O general Eanes terminou o seu discurso afirmando: «Como Presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas, assumindo a responsabilidade das esperanças nascidas em 25 de Abril e em 25 de Novembro, afirmo que nada desviará as Forças Armadas do objectivo principal de conciliação da democracia pluralista, em que cada português possa exprimir livremente a sua vontade política, sem subordinação nem condicionamentos».

ÁLVARO CUNHAL NA RTP/2

"Comunistas não aspiram a resolver sozinhos os problemas nacionais"



A posição do PCP em relação ao Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo continua por decidir, afirmou ontem à noite na RTP o secretário-geral daquele partido, Álvaro Cunhal, embora à partida seja a de «viabilizar uma solução, mesmo sob reservas» justificadas pelà «oposição do PCP a algumas linhas gerais da política a seguir pelo Executivo» e por «algumas interrogações e pontos negros que encontra na sua composição».

O dirigente comunista, entrevistado por três jornalistas do programa Informação 2, esclareceu a posição do seu partido face a vários problemas da actual conjuntura política e considerou prematuro responder a duas perguntas que lhe foram postas.

As perguntas em causa respeitavam uma à possibilidade do PCP vir a apoiar uma eventual continuidade do Executivo de Lurdes Pintasilgo depois das próximas eleições intercalares e outra à reacção do Partido Comunista face a uma recandidatura de Ramalho Eanes.

Ainda sobre Eanes, Cunhal defendeu a estabilidade do órgão de soberania Presidência da República como necessária à consolidação do regime democrático em Portugal, justificando assim a decisão do PCP de não hostilizar nem apoiar a actuação de Eanes ao longo do seu mandato.

O secretário-geral do PCP afirmou no decurso da entrevista que a Constituição da República é suficientemente ampla nos seus objectivos e determinações, permitindo no seu âmbito profundas transformações da vida portuguesa em benefício dos trabalhadores.

Álvaro Cunhal insistiu uma vez mais na importância da unidade entre todos os democratas, nomeadamente entre comunistas e socialistas. Instado a pronunciar-se sobre a recusa terminante da direcção do PS a fazer alianças com o PCP, considerou que em política assiste-se frequentemente a alterações profundas da posição de pessoas e partidos em relação aos comunistas. Por outro lado, sublinhou, «a grande direcção da nossa política não é com os dirigentes do PS, mas com o povo português», acentuando que, apesar da oposição dos dirigentes socialistas, a unidade entre comunistas e militantes ou simpatizantes do PS aumenta dia a dia em torno de problemas concretos, nomeadamente nos locais de trabalho.

Ainda sobre as circunstâncias que determinaram a formação do V Governo, Cunhal diria que a posição dos comunistas, neste contexto, «consiste em dar livre curso a um esquema com o qual o PCP concorda e que culmina com a realização de eleições intercalares», criticando aquilo a que chamou «declaração prévia de inviabilização por parte dos partidos conservadores».

A uma pergunta sobre o facto de Maria de Lurdes Pintasilgo ter estado integrada em «opções desfavoráveis ao PCP», Álvaro Cunhal observaria que «surgem sempre os momentos em que as pessoas acabam por reconhecer que precisam de dialogar com os comunistas para a resolução dos grandes problemas nacionais».

Entretanto, Cunhal adiantaria que os comunistas «não aspiram a resolver sozinhos os problemas nacionais».

«Eles só se resolverão — prosseguiu — através de iniciativas dialogantes, em que cada um faça as suas transigências. Neste terreno, o PCP terá um grande papel a desempenhar, não se medindo a força dos comunistas só pelos 164 mil militantes mais 30 mil da sua organização de juventude. Contará neste caso especialmente a sua influência nas massas trabalhadoras e campesinas, assim como no meio intelectual.»

«Por isso — concluiu Álvaro Cunhal — o PCP não vai bater à porta de outras formações políticas. Prefere dirigir sim o seu projecto para o alargamento da base social que lhe dá apoio e esta é que há-de convencer os dirigentes políticos às grandes transformações.»

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A REFORMA AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL - VI

LOURDES FÉRIA

Marginais do capitalismo desafinam a melodia...

Em Roma, os jornalistas, presentes na Conferência, seguiram numa atenção espectante, os movimentos do Grupo 77 (constituído por 106 países em vias de desenvolvimento), em superioridade numérica, ali, mas condicionados pela falta de poder económico e político. À sucapa alguns representantes da imprensa – entre os quais o enviado do «DL» – tentaram assistir a reuniões, de carácter confidencial, promovidas pelos «77», tendo os seus esforços sido baldados. Logo que descobertos, foram postos na rua.

Esperavam-se conflitos entre os «77» e os «industrializados capitalistas». E mesmo dentro do próprio Grupo 77, com quebra, da parte de certos países da América Latina, sobre quem incidiam algumas desconfianças.

Confrontos houve, quando os países desenvolvidos pretenderam introduzir sucessivas emendas na Declaração de Princípios com o objectivo de «afundarem o documento». No interior do Grupo 77, a constante foi, porém, a **unidade.**

A firmeza do Grupo 77 deixou até, em certa altura das discussões travadas na 2.ª Comissão, Judith Hart, inglesa, de ideias conservadoras, porta-voz da CEE nas negociações com «os setenta e sete», sem argumentos. O Grupo pôs os pontos nos **is**, tendo Horátio Mends do Ghana, afirmado que ao contrário do que aconteceu na reunião de Manilla, nas Filipinas, **«os países desenvolvidos seriam obrigados a tomar uma posição».**

Mais cépticos se definiram os activistas da «Declaração de Roma» que publicaram um documento, sob o título de «Falsas Premissas – Falsas Promessas» em que toda a estrutura da Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural surgiu contestada de alto a baixo.

A função da Conferência, segundo o documento, não era ajudar os governos a compreender as medidas indispensáveis para promover o desenvolvimento rural ou a convencê-los da necessidade de uma reforma agrária. Graças à Conferência, «os governos procuraram desviar as atenções de si próprios como causas do sofrimento do mundo rural. Permitiu, a numerosos governos, legitimarem a promoção da modernização, do comércio, da ajuda estrangeira e dos investimentos das companhias transnacionais.»

Na opinião do grupo «Declaração de Roma», formado por intelectuais, especialistas de questões agrárias, ensaístas, entre os quais se distinguem nomes como os de Gunnar Myrdal, autor de «Asian Drama», Jean Fisher, director do Conselho Ecuménico das Igrejas, Hans Singer, professor do Instituto de Estudos Sobre o Desenvolvimento, da Universidade de Sussex, Susan George, autor do «How the other half dies», a única utilidade da Conferência foi **«melhorar a definição de Reforma Agrária»».** Mas uma terminologia apropriada não pode esconder o facto concreto que **«a concentração do controlo dos meios de produção alimentar está a beneficiar os Estados Unidos».**

Criança corta arroz na Indonésia...

Os obstáculos que impedem reformar o controlo dos meios de produção, de acordo com o Grupo Roma, não coincidem com as barreiras constitucionais, nem com as ambiguidades da legislação sobre a Reforma Agrária. Estão no **«poder dos grupos dominantes, muitas vezes sustentados por intermediários como a FAO, o Banco Mundial, as companhias transnacionais, os bancos de desenvolvimento rural e os programas bilaterais».**

Por outro acrescentam que a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural não são apenas problemas do Terceiro Mundo. A modernização da agricultura «à moda dos Estados Unidos», modelo seguido pelos países industrializados, significa **uma dependência cada vez mais forte do petróleo, de pesadas doses de tóxicos químicos, extrema especialização geográfica das culturas, a diminuição das variedades genéticas e a concentração do poder de decisão num número restrito de companhias industriais...**

Em suma: a agricultura, inspirada no modelo dos Estados Unidos, traduz-se por uma enorme dependência das exportações e na «barateza» das matérias-primas que vão buscar aos países do Terceiro Mundo.

Quanto à participação popular, o Grupo de Roma, sublinha que a questão não está «tanto em saber quem participa mas em quem controla...» Por isso os «não alinhados» não tiveram a força que deveriam ter. Mais uma vez quem «decide» são os desenvolvidos capitalistas. Os documentos aprovados quedam-se, pois, numa função de «manuais académicos» que servem, somente, para enfeitar as prateleiras dos gabinetes.

CONTRA-INFORMAÇÃO

Na intenção de saber quem era e a que se propunha o «Grupo Roma», ouvimos uma das suas principais animadoras, a suíça Anne Marie Holenstein, que disse **«serem um grupo político de solidariedade com o Terceiro Mundo»**, formado na sequência da «Declaração de Berna», em 1970 que, entre outras actividades, fez um filme contra as multinacionais. Mais concretamente: a Nestlé. Cerca de duas mil assinaturas subscreveram um texto em que se abordavam os problemas do desenvolvimento e da exploração do Terceiro Mundo acusando-se a Suíça de **«fazer parte dessa minoria exploradora».**

Entretanto o Grupo de Berna tem vindo a recolher documentação sobre a repressão nos países em vias de desenvolvimento e a estabelecer contactos com dirigentes camponeses do Terceiro Mundo.

«Decidimos preparar uma contra-informação para a Conferência de Roma. Somos intelectuais, estudantes universitários de países desenvolvidos que assistimos com a maior das náuseas à exploração do Terceiro Mundo. Por isso queremos agir, ajudar a alterar a situação internacional. Estamos fartos da sociedade de consumo, da publicidade, da hipocrisia burguesa e até da «limpeza» dos nossos países... Connosco encontra-se gente dos Estados Unidos, gente lúcida que não gosta de ser confundida com o governo e que se sente envergonhada com a política feita pelo seu país. Já no tempo da guerra, no Sudoeste Asiático, nos Estados Unidos se gerou um movimento forte contra a orientação governamental...»

O Grupo de Roma está ligado à organização internacional Food, Policy, Study Group of IPRA (International Peace Research Association). Desenvolveu intensa actividade, em Roma, durante a Conferência.

No âmbito da contestação às instituições das Nações Unidas, realizou «forums» que versaram temas como as multinacionais, ajuda alimentar, Banco Mundial, problemas dos sistemas agrários dos países industrializados e comércio. Exibiram filmes ilustrativos da «colonização que os Estados Unidos exercem sobre os países do Terceiro Mundo». Um deles: «Hamburger USA» – sobre o papel dos estudos de mercado no consumo...

O Grupo de Roma funcionou como instrumento de pressão, empenhado na denúncia das questões mais polémicas da Conferência. Foi a voz da chamada «nova esquerda», produto dos países capitalistas que geram no seu seio minorias, em choque permanente com o poder...

Para os intelectuais do Grupo de Roma, organizado «ad hoc», as realizações das Nações Unidas não passam de «obras de fachada» sem qualquer efeito prático. As iniciativas **como esta** da FAO, o Dia Mundial da Criança, o Dia Internacional da Mulher muitas vezes são perigosas, na medida em que se tornaram actos meramente convencionais – é a sua posição.

E talvez que o ministro da Agricultura do Lesotho, Morena Makhaola, um país com cerca de 30 mil quilómetros quadrados, um terço da área de Portugal, encravado na África do Sul tenha razão ao afirmar que «depois de Julho de 1979, os governos irão ignorar as conclusões aprovadas no papel, continuando a seguir as suas vias originais, porque o poder das massas camponesas não esteve por detrás delas...»

O delegado do Lesotho desafinou a melodia orquestrada na Conferência... Mas que importância tem o Lesotho na conjuntura internacional?

Uma criança, de um país desenvolvido, Bertina Wijngaarden, holandesa, de 11 anos, filho de agricultores, bem vestida e bem alimentada, «fez de jornalista» na Conferência de Roma. Uma graça!...

A FAO, através do presidente Alessandro Pertini, de Itália, entregou uma medalha comemorativa do Ano Internacional da Criança a Leopold Senghor, presidente do Senegal

AMEAÇANDO COM FORMAS DE LUTA

"Madeiras" quer PRT até Setembro

Ainda com salários que datam de Janeiro de 1977, já então fixados por PRT, os trabalhadores da construção civil/madeiras vão aguardar até Setembro a publicação da nova portaria após o que, se nada estiver resolvido, definirão as formas de luta necessárias à satisfação das suas reivindicações.

Esta posição foi divulgada ontem, no Porto, em conferência de Imprensa, por membros da Federação dos Sindicatos do ramo e do sindicato distrital.

Os representantes sindicais entendem que, dada a situação política, se deve aguardar a entrada em funções do novo Governo tendo, inclusivamente, feito um pedido para um contacto com o ministro e com o secretário de Estado do Trabalho, logo que empossados.

Na origem desta decisão, conforme afirmaram, estão vários meses de reuniões infrutíferas de uma comissão técnica encarregada de elaborar a PRT, demora aliás injustificada pois, acrescentam, «se a legislação sobre a contratação colectiva tivesse sido cumprida, a nova PRT, já teria entrado há muito em vigor, e com efeitos retroactivos a 28 de Julho de 78».

Por outro lado, assistiu-se a todo o tipo de demoras na constituição daquela comissão, depois de frustradas as negociações e a própria conciliação do MT, enquanto este departamento governamental se escusava com o facto de as entidades patronais não terem ainda nomeado os seus representantes na comissão. Como se sabe, esta pode funcionar mesmo sem a presença de representantes sindicais ou patronais.

Os trabalhadores irão defender praticamente toda a sua proposta inicial e, nomeadamente, subsídio de ferramenta e de alimentação, diuturnidades, aumentos mínimos de 1.100 escudos e retroactividade a 28 de Julho de 78. Acrescentam que o sector apresenta significativos casos de «um lucro fácil» não fiscalizado, nem sequer estatisticamente, «como o próprio Governo reconhece» e onde se assiste à exploração de mão-de-obra infantil e feminina e à prática corrente de baixos salários.

A PRT de 77 deu aos trabalhadores das madeiras um aumento salarial de 6 por cento, numa altura em que o custo de vida aumentara, entretanto, de 27,3 por cento. Segundo um estudo dos representantes dos trabalhadores de madeiras, um oficial de 2.ª tem que trabalhar hoje 13 horas, e 15 minutos para comprar um quilo de carne de bife (menos de 4 horas em 1975) e se for servente carece de 16 horas e 58 minutos (4 horas e 30 minutos em 1975).

DE FÉRIAS COM O
Diário de Lisboa
Aceitam-se assinaturas de férias
pelo período de 10 dias,
ao preço de 10$00 por exemplar
Rua Castilho, 185-1.º
NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

NOTARIADO PORTUGUÊS

NONO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA A CARGO DA NOTÁRIA LICENCIADA MARIA ALICE RIBEIRO FERNANDES

CERTIFICO NARRATIVAMENTE PARA EFEITO DE PUBLICAÇÃO: — Que, por escritura de onze de Junho de mil novecentos e setenta e nove, lavrada de folhas setenta e nove a folhas oitenta verso do livro número A - quatrocentos e trinta e sete das notas deste Cartório, foi entre Eugénia da Conceição das Neves Victor Santos e Eduardo Soares de Almeida, constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se ficou a reger pelo pacto constante dos artigos seguintes:

PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação CONFECÇÕES CAMPORIQUE, LIMITADA, tem a sua sede na Rua Almeida e Sousa, números vinte e quatro -A e vinte quatro - B, em Lisboa, freguesia de Santa Isabel, durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início desde hoje.

SEGUNDO

O seu objecto é o comércio de confecções para homem, senhora e criança, e alfaiataria, podendo contudo, vir a exercer outros ramos de comércio ou indústria que os sócios acordem explorar.

TERCEIRO

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de cinquenta mil escudos e corresponde à soma de duas quotas iguais de vinte e cinco mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

QUARTO

A gerência e a administração dos negócios sociais ficam a cargo dos sócios os quais ficam desde já nomeados gerentes com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for resolvido em assembleia geral.

Para a sociedade se considerar obrigada será necessária a intervenção e ou assinatura de dois sócios gerentes.

Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer dos gerentes.

QUINTO

Qualquer dos sócios gerentes poderá delegar no todo ou em parte os seus poderes de gerência.

A sociedade poderá constituir mandatários nos termos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial para a prática de certos e determinado actos.

SEXTO

A cessão de quotas entre sócios é livre, mas a estranhos só é permitida com o consentimento da sociedade.

SÉTIMO

As reuniões de assembleia geral, sempre que a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência de pelo menos oito dias.

Está conforme o original.

Lisboa, vinte e seis de Junho de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante
(Teresa Maria Adida d'Assunção Xavier)

Contra regresso de "sabotador"

Corame e Saprel em greve total

Os trabalhadores de duas empresas recentemente desintervencionadas e devolvidas ao antigo patrão sobre o qual impende a acusação de «sabotador» motivo por que é procurado pela Interpol, entraram hoje em greve total, como forma de protesto contra aquela medida decidida pelo Governo exonerado de Mota Pinto.

Trata-se da Saprel e da Corame, cujos trabalhadores de resto, já tinham iniciado na sexta-feira, uma paralisação de duas horas diárias. No entanto, no respectivo pré-aviso de greve previa-se a hipótese do agravamento agora verificado.

As decisões referentes a estas formas de luta tinham sido tomadas em plenário de trabalhadores, tal como aconteceu no que respeita ao impedimento de entrada do «beneficiado» (hipótese pouco provável, já que é procurado pelas autoridades) ou seus representantes.

Esta última hipótese verificou-se ontem, a meio da tarde. Na Corame, apresentou-se um filho de Carlos Nogueira, 1.º tenente na reserva (e que é proprietário desta empresa através da titularidade da Saprel), acompanhado de um antigo chefe de contabilidade e de dois desconhecidos do pessoal. Pretendiam falar com os representantes dos trabalhadores.

O patrão agora beneficiado pelo Governo de Mota Pinto está a ser procurado pela Interpol, em consequência das acusações que lhe são feitas, de abuso de confiança e transferência ilegal de divisas, ainda agravadas pela de deserção.

Em julgamento oportunamente efectuado e posteriormente mandado repetir pelo Supremo Tribunal Militar o 1.º tenente já tinha sido condenado.

Perante a perspectiva de novo julgamento e da provável pena, Carlos Nogueira preferiu ausentar-se para o estrangeiro. O regresso à posse das duas empresas intervencionadas poderia originar, para além do mais, obstrução à justiça, relativamente aos processos que aguardam julgamento.

Para já, os trabalhadores pretendem obter do Governo que está para tomar posse, a revisão da medida decidida pelo de Mota Pinto, agora no termo de funções.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP — Zona de Distribuição Alentejo Algarve, a que se refere o processo 8/60 815, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de Estombar, concelho de Lagoa, da modificação da linha aérea a 15 kV para a captação de águas de Estombar, com aumento de comprimento de 13 metros, pela substituição do apoio metálico n.º 1 por outro de betão armado e na colocação do apoio n.º 5.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 24 de Julho de 1979.

PEL'O ENGENHEIRO-CHEFE
Joaquim Gonçalves dos Santos

Patrão responde hoje a reivindicações na Jacinto

aos 38 trabalhadores, não entrada na empresa dos homens de mão do patrão e dos elementos da polícia privada da «Fidelis», garantia de todos os postos de trabalho e renovação dos contratos a prazo.

Entretanto a laboração tem-se mantido desde segunda-feira com os 38 suspensos ocupando, sem incidentes, os seus locais de trabalho.

Os trabalhadores reafirmam que qualquer nova represália ou entrada de estranhos na empresa motivará nova e imediata paralisação total.

De acordo com a reunião efectuada ontem à tarde na delegação do MT do Porto, o patrão da fiação do «Jacinto» comprometeu-se a dar hoje uma resposta aos trabalhadores sobre as suas reivindicações. Com esse objectivo, ficou marcada uma reunião entre a administração e os representantes dos trabalhadores a iniciar ainda esta manhã nas instalações da Piedade.

Durante a reunião no MT os representantes sindicias reafirmaram as suas reivindicações: levantamento das suspensões

Cumprir a lei na Siderurgia

O Decreto-Lei 831/77 e o Estatuto dos Gestorés Públicos impedem que os gestores das empresas públicas sejam administradores das empresas privadas. Só que, segundo parece, as leis são para ser aplicadas só em determinados casos.

Vejamos o que acontece, de acordo com o relato da Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional: o presidente do Conselho de Administração daquela empresa pública, Fernando Santos Jardim, é, ao mesmo tempo, administrador da multinacional Siemens.

Para além do mais, trata-se de empresas concorrentes, o que põe aos representantes dos trabalhadores uma interrogação: «Até que ponto as outras empresas concorrentes com a Siemens acreditarão na isenção da escolha, aquando dos concursos de fornecimentos de equipamentos à Siderurgia Nacional?».

Por outro lado, mais uma pergunta da CT: «Com que moral o sr. eng.º Santos Martins nos pode responder, como já fez, que se limita a cumprir a legislação, quando lhe são colocadas situações do interesse dos trabalhadores?».

A situação parece clara aos trabalhadores: «Tudo isto só é possível em Governos corruptos que, apesar de apregoarem a legalidade, não fazem mais do que a deturpar no sentido de só a aplicarem no seu próprio benefício ou dos seus pontas de lança.»

NOTA OFICIOSA

Convenções da OIT

Do Ministério do Trabalho e para publicação ao abrigo da Lei de Imprensa, recebemos a seguinte «nota oficiosa» relativa à publicação de uma separata do «Boletim do Trabalho e Emprego»:

O Ministério do Trabalho informa todas as organizações representativas dos trabalhadores de que foi ontem publicada e posta à venda uma separata do «Boletim do Trabalho e Emprego», na qual se contêm projectos de propostas de ratificação das seguintes convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

1 – Convenção n.º 8, relativa ao subsídio de desemprego em caso de perda por naufrágio;

2 – Convenção n.º 96, relativa às agências de colocação não gratuitas;

3 – Convenção n.º 109, relativa aos salários, à duração do trabalho a bordo e às lotações;

4 – Convenção n.º 117, relativa aos objectivos e normas básicas da política social;

5 – Convenção n.º 132, relativa às férias anuais pagas;

6 – Convenção n.º 137, relativa às repercussões sociais dos novos métodos de manutenção nos postos;

7 – Convenção n.º 114, relativa a consultas tripartidas para execução das normas internacionais do Trabalho;

8 – Convenção n.º 148, relativa à protecção dos trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à poluição do ar, ao ruído e às vibrações nos locais de trabalho;

9 – Convenção n.º 150, relativa à administração do trabalho.

A publicação dos textos das referidas convenções da OIT tem por objectivo suscitar das organizações representativas dos trabalhadores, no prazo de trinta dias, parecer sobre a eventual sujeição das convenções internacionais a posterior processo de ratificação.

SOLTAS

15%

Os trabalhadores das empresas têxteis «Industêxteis» e «Cristiano Cabral Nunes» manifestam-se hoje junto à delegação do Ministério do Trabalho na Covilhã, para exigirem daquele departamento governamental uma posição no que se refere ao conflito que os opõe às administrações respectivas. Outra manifestação deverá realizar-se amanhã, junto aos escritórios das empresas, ao mesmo tempo que as Comissões de Trabalhadores e Sindical se avistarão com o governador civil de Castelo Branco para lhe exporem o problema. Se não for encontrada solução para este conflito originado pela falta de pagamento de subsídios de turno de 15 por cento, os trabalhadores deverão deslocar-se a Lisboa. O referido subsídio está consagrado na PRT em vigor para os lanifícios.

GRUNDIG/ UNIDADE

Uma lista unitária candidata à Comissão de Trabalhadores da Grundig, em Braga, foi eleita ao recolher 75 por cento dos 1778 votos expressos. Os restantes votos recaíram numa lista conotada com a UGT. Ou seja, estes obtiveram 393 votos contra os 1328 da lista unitária. Na nova CT estão representados todos os sectores de actividade da empresa.

CP/SALÁRIOS

Os salários da CP estão a ser pagos com uma semana de atraso em virtude das dificuldades de tesouraria com que aquela empresa pública continua a debater-se. Na prática, o atraso ficou a dever-se à demora da transferência de uma verba de 750 mil contos (de um total de um milhão e meio) atribuída à CP pelo Conselho de Ministros exonerado, no dia 25. Para o Secretariado da Federação dos Ferroviários, «não andará longe da verdade» se disser que houve «intenção deliberada» de prejudicar os ferroviários. E prejuízo há, efectivamente, uma vez que muitos trabalhadores foram entretanto para férias.

TELEGRAMA

«Sindicatos e Comissões de Trabalhadores do sector das pescas alertam para perigo Portugal perder actual acordo de pescas com Mauritânia devido seu não cumprimento por negligência secretário Estado Pescas comprometendo futura actividade frota pescas arrasto alto stop. Urgente intervenção sentido solucionar problema stop». Destinatários: Primeiro-Ministro indigitado, ministro dos Negócios Estrangeiros, Conselho da Revolução, embaixador de Portugal no Senegal e Presidência da Rêpública.

Um aspecto da construção da nova ponte da Ferradosa

POR CAUSA DA BARRAGEM DA VALEIRA

EDP constrói ponte ferroviária

Está em fase de conclusão a nova ponte ferroviária da Ferradosa no rio Douro, projectada pela EDP com o acordo da CP. A construção da nova ponte, a montante da actual, sensivelmente no mesmo local, enquadra-se no levantamento da Barragem da Valeira, no mesmo curso fluvial, que implicará que o nível máximo da respectiva albufeira venha a submergir parcialmente as vigas da ponte metálica ferroviária a ser substituída, que data de 1887.

A nova ponte é constituída por dois viadutos de acesso em betão armado e por uma estrutura metálica intermédia, de viga contínua com três ramos. A conveniência, do ponto de vista económico do enchimento da albufeira levou à execução antecipada dos dois pilares centrais e dos viadutos laterais.

O projecto global é da autoria do prof. Correia de Araújo. O fabrico e montagem da nova estrutura foi acompanhado e fiscalizado por técnicos do Serviço de Pontes da CP, a quem caberá a responsabilidade de conservação e exploração futuras.

A ENTREVISTA COM IO APOLONI

"Censura ao Directíssimo na Televisão da Madeira"

A propósito de uma notícia publicada na nossa edição do passado dia 10 do corrente, cob o título «Censura ao 'Directíssimo' provoca demissão na RTP da Madeira» recebemos do visado (Manuel Correia), a seguinte resposta, com publicação exigida ao abrigo da Lei de Imprensa: «O signatário, contrariamente ao que se afirma na notícia, não pediu a exoneração do seu cargo (delegado da Comissão Administrativa da RTP no Funchal); ao programa 'Directíssimo' não foi exercido qualquer tipo de censura; quanto ao «também» empregue no segundo parágrafo do artigo em causa pretende fazer supor estar o executivo madeirense em guerra com a RTP – Madeira o que não é verdadeiro.»

NR – **Sobre o primeiro ponto, e com base nas mesmas fontes em que baseámos a notícia em questão, Manuel Correia teria pedido, na altura, a demissão do cargo que ocupava. Se posteriormente fez «marcha atrás» na sua decisão é assunto que nos ultrapassa. Já sobre o «Directíssimo» existem provas mais que provadas de que numa entrevista com Io Apoloni, sobre a questão do aborto (programa transmitido em duas emissões), a «tesoura» cortou na primeira a alusão da artista ao facto de ter feito uma vez aborto, enquanto que a sua intervenção na segunda era totalmente suprimida. O próprio Thilo Krassman, um dos produtores do programa, ao deslocar-se à Madeira, alguns dias depois da ocorrência, teria oportunidade de afirmar ao «Diário de Notícias» do Funchal: «Os dois cortes ocorridos no 'Directíssimo' na Madeira são da responsabilidade da RTP. Nós produtores somos totalmente alheios a esses cortes», reconhecendo assim implicitamente que eles (cortes) tinham existido.**

Sobre a terceira parte do também: com a ANOP está, de certeza, João Jardim em guerra (basta ver a sua recente tentativa para afastar o jornalista Hélder Guerra, responsável por aquela agência oficial na região); e se fazer «cortes» a programas como o «Directíssimo», em questões como o aborto, então é porque responsáveis como Manuel Correia estarão também coniventes com tais actos.

PROGRAMAS ESPECIAIS

FÉRIAS 79

- **VISITE A BÉLGICA** (Bélgica Tours) — *Estadias só em Bruxelas ou também em Amsterdão, Geneve, Londres, Paris*
- **LONDRES, INGLATERRA ESCOCIA** *Estadias em Londres de fim de semana, e semana e circuitos Inglaterra e Escócia. Partidas semanais*
- **DESCUBRA A HOLANDA** *Estadias em Amsterdão e visitas A forma mais económica de visitar a Holanda*
- **MARROCOS** *Estadias em* **Tanger** *e* **Casablanca** *e circuitos «Cidades Imperiais» e «Casablanca/Marrakech» Partidas semanais*

INFORMACÕES E RESERVAS

VISA

LISBOA - R Rodrigues Sampaio, 43 T 58874/5
ESTORIL Edifício Hotel Cibra T 2681811
FARO R. Conselheiro Bivar, 58 T 22908
LOULÉ Pr da República 24 T 62375
PORTO Rua Jose Falcão 82 T 310533

TURI

LISBOA — Turivisa Av Almirante Reis, 215-B Tel 886559
ALGES — Turigés - Av Bombeiros Voluntários, 117 Loja AC1 Tel 2102744
BARREIRO — Turibarre Tr da Graca, 5 Tel. 2078005/6/7
SETUBAL — Turimundus Av Rep da Guiné 'Bissau, 16 Tel 29486, 20271
PORTIMÃO — Turinfante — Av S João de Deus, Loja B Tel 24163/4/5

REFORMA AGRÁRIA

CNA reivindica novos preços e medidas de apoio à lavoura

Dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) debateram, ontem, em Lisboa, a possibilidade de o sector agrícola vir a integrar o Conselho Nacional do Plano.

Após a reunião com Henrique de Barros, Rogério Martinho, da direcção da CNA, criticou a inexistência de medidas de apoio efectivo ao sector agrícola, por parte do governo, referindo-se, a propósito, ao encarecimento de alguns factores de produção, nomeadamente adubos, combustíveis e rações.

Outras questões, apontadas pelo dirigente da CNA foram a descapitalização das empresas agrícolas e as altas taxas de juro, manifestando dúvidas quanto ao papel que o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) virá a desempenhar na concessão de incentivos financeiros devido ao preço do crédito.

Dirigentes da CNA foram, ainda, recebidos na Direcção-Geral do Comércio Alimentar, onde propuseram preços e medidas para os produtos agrícolas e pecuários da campanha de 1979. A proposta refere que se trata de preços mínimos de garantia, devendo ser actualizados logo que se verifiquem aumentos nos encargos para a lavoura.

As medidas gerais, incluídas no documento são, entre outras, o pagamento de todas as dívidas à lavoura, a implantação do seguro nacional agro-pecuário, crédito fácil e barato, apoio técnico à produção e organizações da lavoura, respeito pela propriedade da terra dos pequenos e médios agricultores e melhoria da assistência rural e da assistência médica.

Os preços propostos são de 14$50 e 13$00 para o leite, respectivamente da classe A e B, 10$00 para o quilo de milho, entre 6$00 e 7$50 para o da batata do litoral (preço mais elevado para o quilo da batata do interior) e 3$00 para o quilo de tomate vendido à indústria.

Os preços para o arroz, trigo e centeio coincidem com 14$50, 13$00 e 10$00, variando o da ervilha entre 17 e 18 escudos, conforme o índice.

Comunicações internacionais mais caras para os portugueses

O despacho do ministro dos Transportes e Comunicações que fixou em 22 escudos o equivalente do franco ouro em moeda nacional obrigou a alteração das taxas dos serviços de correios e telecomunicações internacionais. Assim todas as cartas de formato normalizado enviadas para os países da Europa cujo peso não ultrapasse 1 kilo viram as suas tarifas aumentadas de 14 para 16 escudos e as de formato não normalizado (também com peso até 1 kilo) sofreram um aumento tarifário de 22 para 28 escudos. Os bilhetes postais até 20 gramas tiveram um aumento tarifário de dez para 11 escudos.

Por outro lado, os pacotes postais até 100 gramas viram a sua tarifa subir de 15 para 17 escudos enquanto os livros, brochuras, fasciculos também viram aumentadas as suas tarifas, conforme os escalões de peso.

A taxa de registo subiu de 40 para 44 escudos e o aviso de recepção de 16 para 18 escudos.

As encomendas postais para os países de expressão portuguesa sofreram também diversos aumentos. Por exemplo em Angola qualquer encomenda para Luanda e o Lobito ou Moçambique, com menos de 1 kilo, sofre um aumento de 132 para 152 escudos.

Para outras localidades mais distantes sofre um aumento de 168 para 185 escudos.

As encomendas por via marítima ou terrestre até 1 kilo, para França sofrem um aumento de 188 para 234 escudos enquanto para a Alemanha sobem de 116 para 172 escudos.

Os telegramas e o telefone para a Europa também aumentaram em percentagens idênticas ao correio e encomendas.

TAP Lisboa-Barcelona quase solucionada

O ministro português dos Transportes, eng. Marques da Costa, e o seu homólogo espanhol, Sanchez Teeran, conseguiram desbloquear o problema de linha aérea da TAP Lisboa-Barcelona.

Dentro de dois meses, a TAP e a Ibéria deverão apresentar estudos sobre o tema, após o que a subsecretaria espanhola da Aviação Civil se pronunciará sobre uma possível reabertura da linha.

Segundo Marques da Costa, foi igualmente acordado durante as conversações de Madrid que os Caminhos de Ferro Portugueses CP irão pagar à sua congénere espanhola Renfe a dívida que tem junto dela, num total de 500 mil contos.

O ministro português regressou a Lisboa em voo TAP.

OS INCIDENTES DE PIAS

Rurais espancados pela GNR ouvidos no Tribunal de Serpa

Doze, dos cerca de sessenta trabalhadores de Pias (entre homens mulheres e crianças) espancados pela GNR, durante os graves incidentes ocorridos naquela aldeia do Baixo Alentejo em 17 de Julho último, acabam de ser ouvidos pelo tribunal de Serpa e ao mesmo tempo examinados no mesmo inquérito pelo perito dr. Palma Santos, médico de Serpa.

O processo (n.º 207/79), pelo qual aqueles feridos foram chamados para depor em inquérito, teve origem na participação do clínico que, na altura, fazia consultas na Casa do Povo local e prestou assistência aos rurais agredidos pelas forças da GNR, calculadas em cerca de quinhentos homens.

Domingos Tiago, 57 anos, um dos rurais agredidos, no seu depoimento: «Deram-me uma coronhada e bastonadas quando estava a tentar dialogar com eles. E depois disseram-me, «para a próxima vai haver sangue». Só que nessa altura o sangue já me ensopava o cabelo»

NA UCP FONTE BOA DA VINHA

Forças da GNR espancam trabalhadores

Três reservas, num total de 960 hectares, foram ontem entregues à família Piçarra Cabral, na UCP Fonte Boa da Vinha, no concelho de Évora, o que provocou graves incidentes com as forças da GNR, que agrediram vários trabalhadores, tendo mesmo chegado a disparar balas de borracha.

Na presença do presidente da Câmara Municipal, Abílio Fernandes, um elemento da GNR espancou o trabalhador Jacinto António, que teve de receber tratamento no Hospital de Évora. Entretanto alguns agrários, que assistiam à entrega das reservas, segundo observadores, concentrados no local, atearam fogo ao restolho da seara, na herdade onde decorria a operação.

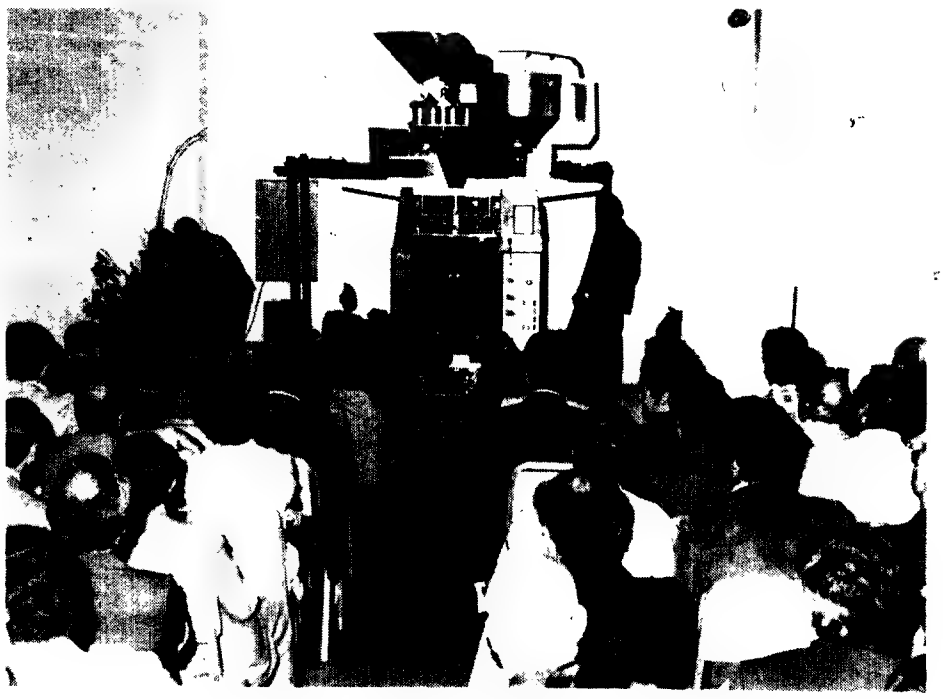
Mais tarde milhares de trabalhadores manifestaram-se na Praça do Giraldo, em Évora, contra mais esta ilegalidade do Governo demitido de Mota Pinto, aprovando uma moção na qual exigem a devolução da herdade Fonte Boa da Vinha e o respeito pela Constituição.

Durante a concentração usaram da palavra dirigentes sindicais e representantes do Secretariado Distrital das UCP's e Cooperativas, assim como o presidente da Câmara, dr. Abílio Fernandes, que relatou pormenores da cena a que assistiu, na qualidade de representante do povo que o elegeu.

Um membro do Secretariado Distrital das UCP's e Cooperativas considerou, por outro lado, que a entrega de terras, concretizada ontem na UCP Fonte Boa da Vinha, corresponde «ao último suspiro do executivo de Mota Pinto» e que «é urgente suspender a ofensiva impune e descarada contra a Reforma Agrária».

Ref Com

IMENE APRESENTOU MÁQUINA DE EMBALAGEM CONSTRUIDA NA SUA FÁBRICA



Numa das salas do Hotel Penta foi apresentada no passadso dia 30 a primeira máquina nacional inteiramente fabricada pela IMENE-COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EMBALAGENS LDA. Durante a demonstração pôde constatar-se que a máquina BEST-PACK tem capacidade para embalar 50 sacos de kilo-minuto. O sr. César Mendes de Oliveira, director comercial daquela empresa ofereceuj, após a demonstraçao, um beberete ao número elevado de convivas relacionados com aquela actividade.

O PAPEL PARA OS JORNAIS

Um problema que é necessário re

Num memorando entregue às administrações da empresa pública Portucel e da sociedade importadora Sodipel, e aos ministros da Indústria e Tecnologia e da Comunicação Social, as Associações da Imprensa Diária e Não Diária fazem o ponto das actuais condições de fornecimentos e pagamento do papel de jornal, e propõem uma solução.

Com efeito, a situação é melindrosa e pode tornar-se extremamente grave se não for devidamente acautelada.

Para melhor compreensão da questão, da maior importância para o futuro da Imprensa portuguesa, aqui fica o texto integral do memorando:

1. A Imprensa portuguesa utiliza praticamente só papel de jornal importado dos países nórdicos através da SODIPEL sociedade onde a PORTUCEL, EP tem a posição de accionista paritário com os fornecedores estrangeiros.

2. Desde o início das suas operações que a SODIPEL forneceu regularmente os jornais a partir de «stocks», de sua responsabilidade, existentes nos seus armazéns, cobrando em seguida esse papel em condições comerciais normais, o que, para além do mais, lhe era de alguma forma imposto pelo facto de a SODIPEL ter vindo substituir a produção nacional do papel de jornal.

3. Esta substituição foi aceite pela Imprensa portuguesa, não sem alguma relutância, com base na garantia de que a SODIPEL não utilizaria a posição de monopólio de facto que ia assim conquistar como factor de pressão para a obtenção de vantagens menos justas.

4. Em 1975 a SODIPEL, com receio da situação económica portuguesa e com os argumentos adiante referidos, alterou súbita e profundamente as condições de fornecimento, passando a exigir, em relação à partida de cada embarque, carta de crédito irrevogável aberta e confirmada no país de origem do papel.

Os argumentos eram, resumidamente:

a) Que havia dívidas de jornais entretanto encerrados, como a Época e a República, ou com problemas e dívidas, nomeadamente no sector estatizado;
b) Que a banca não descontava com a rapidez necessária os títulos de crédito aceites pelos jornais;
c) Que as transferências para os fornecedores nórdicos eram difíceis e demoradas.

5. Na sequência dos apelos da Imprensa, sujeita a esta decisão unilateral dos fornecedores nórdicos através da SODIPEL, procedeu-se a longas e complexas negociações, que terminaram com um despacho governamental onde era decidido que:

a) A SODIPEL receberia (como recebeu) as dívidas dos jornais encerrados;
b) Os jornais estatizados pagariam à SODIPEL todas as dívidas e responsabilidades existentes;
c) A PORTUCEL passaria a intervir no fornecimento de papel aos jornais, assumindo uma posição de responsabilidade pelo pagamento das partidas de papel importado;
d) A SODIPEL passaria a fornecer o papel através da PORTUCEL, cobrando esta empresa dos jornais em condições comerciais normais.

6. O sistema assim criado funcionou a contento de todos durante mais de um ano, com excepção da PORTUCEL que, por razões que só ela própria conhece, concedeu excessivo crédito a duas ou três empresas jornalísticas, e se encontrou, em fins de 1978, com uma dívida global pesada.

7. Com a atribuição do subsídio de papel de 1978 directamente à PORTUCEL para compensação ou liquidação das dívidas existentes, ficou a situação praticamente saneada (com excepção, talvez, e ao que supomos, daquelas 2 ou 3 empresas).

Simultaneamente, e com o acordo e até a sugestão da AID de estabelecimento de um «plafond» máximo de crédito, que a PORTUCEL fixou em 3 meses de fornecimento, ficou esta empresa a salvo de situações semelhantes no futuro.

8. Este esquema, perfeitamente razoável e necessário pelas condições de mercado, pelas exigências dos fornecedores, e pelas possibilidades das empresas jornalísticas, correspondia sensivelmente ao utilizado pela SODIPEL até 1975 – emobra mais restrito na medida em que o limite de crédito era menor – e funcionou com eficácia, tanto quanto sabemos até à data.

9. Subitamente (mais precisamente a 25 de Junho de 1979 e a cinco dias portanto do termo do prazo do contrato entre a SODIPEL e a PORTUCEL), sem que as empresas jornalísticas tivessem qualquer conhecimento de que tal estava ocorrendo, a PORTUCEL decidiu não renovar essa posição de intermediário garante, saindo, sem aviso, do circuito de fornecimento do papel.

10. Resultou entretanto que a SODIPEL, perante esta inesperada decisão da PORTUCEL, pretende agora regressar à sua posição extrema de 1975, facto da maior gravidade para a Imprensa portuguesa.

É a alteração súbita e violenta das condições da SODIPEL é tanto mais de estranhar e de repudiar quanto é certo que aquela empresa viu todas as suas exigências cumpridas e todas as dívidas pagas, encontrando-se neste momento numa situação de total saneamento financeiro.

Por outro lado, a conjuntura evoluiu favoravelmente, não existindo hoje o problema das transferências que se verificou em 1975-1976.

Não se vê assim razão para que as condições da SODIPEL se não normalizem em termos comerciais habituais e durante tantos anos praticados.

11. Por outro lado ainda, os meios financeiros e a (in) capacidade dos jornais de recurso directo ao crédito para financiamento do sistema exigido, são absolutamente insuficientes para ir ao encontro destas exigências e será de maior melindre a situação das empresas jornalísticas portuguesas, subitamente abandonadas pelo Governo (através da PORTUCEL) e simultaneamente pressionadas pela SODIPEL.

Basta atentar no que significa a transição brusca e imprevista de um pagamento a 15 dias da factura da entrega quinzenal de papel, com possibilidade de aceite de letras até um montante equivalente a 3 meses de fornecimento de papel **para** a aceitação de «encomendas senão após recepção da Carta de Crédito irrevogável, aberta e confirmada no prazo devido **antes do fabrico do papel** destinado aos jornais portugueses».

12. Para além do mais, a posição da PORTUCEL deve-se certamente e em grande parte ao excessivo crédito concedido a uma restrita maioria de empresas, por razões que as Associações desconhecem, e que não podem em justiça afectar todo um sector.

13. Acresce que a situação geral se agrava constantemente com o aumento do preço do papel (na origem e por força da desvalorização do escudo), a entrada em vigor de novos contratos colectivos e o incessante aumento de custos provocado pela inflação, a caminho de uma asfixia económico-financeira de que a Imprensa, tendo em conta o seu importante papel na sociedade portuguesa, deve ser minimamente protegida.

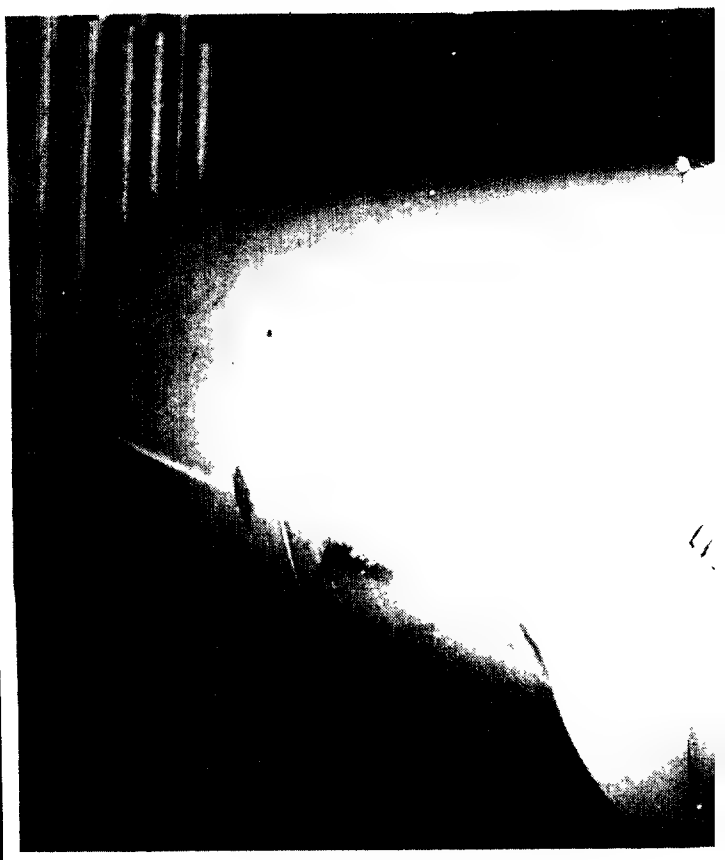
Há, assim, que encontrar uma solução, um esquema rezoável que permita a sobrevivência da Imprensa e não coarcte a liberdade de informação, que dê garantias suficientes aos fornecedores nórdicos e seja acessível aos jornais, não agravando o risco de extinção que os ameaça.

Nesta base, os jornais pensam que:

I) Não deve a PORTUCEL abandonar o circuito de fornecimento sem deixar estabelecida uma solução alternativa correcta, do ponto de vista comercial, do fornecimento de papel de jornal.

II) Não deve a SODIPEL, livre actualmente de todas as dívidas e responsabilidades (por acção das Associações – que o mesmo é dizer, dos jornais – da CIRIE, do Governo, da PORTUCEL, etc.) impor condições de fornecimento que são, por um lado, a negação das relações cordiais que deseja logicamente manter e já vêm de longe, e, por outro, uma contrapartida absolutamente injusta do esforço, levado a bom termo, de saneamento do seu passivo face aos jornais, provocando afinal um verdadeiro impasse, sabido que as empresas jornalísticas não estão em condições de as aceitar e cumprir.

III) Saindo a PORTUCEL do circuito de fornecimento do papel, deveria a SODIPEL manter o mesmo esquema de entregas de papel e cobranças, isto é, a encomenda de papel ao estrangeiro a efectuar pela SODIPEL, as entregas facturadas quinzenalmente e a pagar a 15 dias por cheque ou dinheiro, ou por letras até um «plafond» máximo por empresa de 3 meses de fornecimento, passando a pagar



adiantadamente em dinheiro ou cheque a partir deste «plafond» simultaneamente com a amortização das responsabilidades de acordo com um plano a estabelecer caso a caso com a SODIPEL.

IV) Estas condições deveriam manter-se em relação às empresas que as cumprissem, sem quaisquer outras garantias, aceitando-se no entanto que a SODIPEL poderia exigir garantias especiais (bancárias, aval, etc.) às empresas que se desviassem sistematicamente do aludido esquema.

V) Parece igualmente correcto que, na medida em que se propõe a manutenção do esquema em vigor, e nos casos em que aquele «plafond» se mostre esgotado em dívidas à PORTUCEL, se entenda que essas empresas só poderão beneficiar do referido «plafond» na Sodipel na medida em que o não tenham na PORTUCEL, comprometendo-se a SODIPEL a não conceder às empresas mais crédito que o limite acordado.

VI) Com efeito, as Associações envidariam todos os seus esforços no sentido da criação na Banca de um montante de crédito para desconto de livranças da SODIPEL (para financiamento das aberturas de crédito) e de letras (aceites pelas empresas e sacadas pela SODIPEL) no valor aproximado de 150 mil contos, valor que se supõe

QUEM DETÉM UNIDADE GRÁFICA NO M

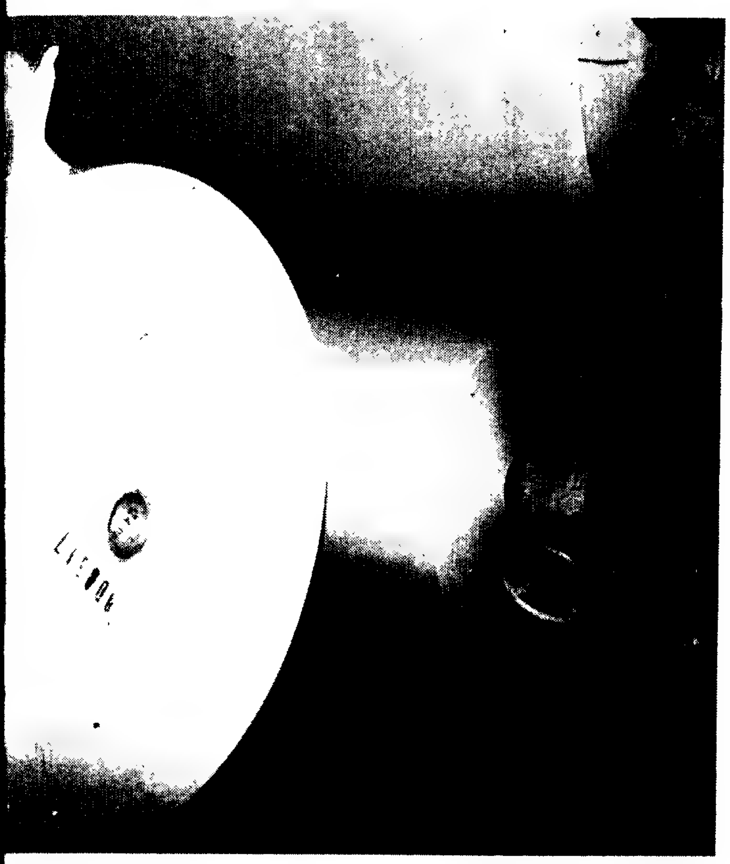
por ANTÓNIO PIRES

Assiste-se, de algum tempo a esta parte, a uma indomável vontade de dotar departamentos e instituições dependentes do Governo com unidades gráficas progressivamente ampliáveis para satisfazerem, dizem, necessidades internas. Mas, em contraste com tal vontade e falta de senso, o parque gráfico nacional e mesmo as empresas intervencionadas é mal aproveitado ou está subocupado.

Por muito incrível que pareça publicou-se na II série, n.º 173 do «Diário da República» um despacho do sr. ministro do Trabalho que visa a constituição de um grupo de trabalho com a finalidade de estudar e propor medidas efectivas imediatas para o estabelecimento de **uma unidade gráfica de apoio total ao plano editorial do Ministério do Trabalho.** Tal e qual!

Quando se sabe das diligências feitas junto dos governos de antes e depois do «25 de Abril» para se acabar com a proliferação de sectores gráficos nos organismos oficiais, cuja vocação e lei orgânica não é, por certo, fazer concorrência à indústria privada nem fazer exploração – mesmo que em regime de auto-suficiência – de artes gráficas; quando se conhecem as boas

...solver!



nesta data suficiente para permitir a manutenção do esquema actual.

Logicamente, e para não afectar os interesses de cada um dos jornais, não deverá a SODIPEL privilegiar esta ou aquela empresa nem efectuar operações com o crédito a conceder, como se espera, pela Banca, que não estejam enquadrados no esquema descrito.

VII) No que se refere a novos jornais, haverá que encontrar um esquema que os enquadre devidamente, não impossibilitando, no entanto, nem dificultando desnecessariamente o seu acesso ao papel de jornal.

Julgam assim as Associações que não há motivo para que a SODIPEL, regressada, por obra dos jornais, à pureza das suas contas iniciais, não possa assegurar este regime de fornecimentos, normalizado e com o mínimo de risco, o qual no entanto nenhum empreendimento com fins lucrativos pode legitimamente afastar totalmente.

Simultaneamente, poder-se-ia encarar a hipótese de os jornais assumirem na SODIPEL a posição da PORTUCEL de forma a, numa estreita colaboração, garantirem mais eficazmente a não ruptura do esquema.

Cremos ter assim colocado o problema e apresentado soluções aceitáveis e justas.

NÃO HÁ POVOAÇÕES SERIAMENTE AMEAÇADAS

Fogo volta à serra da Gardunha pela terceira vez em três dias

«Não há povoações seriamente ameaçadas por enquanto, é só a Soalheira, quando muito, pode vir a ser posta em perigo» –afirmou esta manhã ao «DL» o comandante dos Bombeiros Voluntários do Fundão a propósito do entrecortado e insistente fogo que desde as 9 horas de segunda-feira lavra na serra da Gardunha, ao que parece com origem criminosa. Ao princípio da tarde, e dado que as chamas ameaçavam avançar, os BV's daquela vila solicitavam reforços a outras corporações, repetindo assim os apelos de ontem e segunda-feira, quando as chamas irromperam.

Dado como extinto, na prática, ao fim da tarde de segunda-feira, o fogo reacendeu-se às 15.30 de ontem e, como no dia anterior, foi atacado pelos bombeiros do Fundão, Castelo Branco, Covilhã, Oleiros e Vila Velha de Ródão, com o apoio dos militares do Regimento de Infantaria daquela cidade da Beira Baixa e avionetas dos Serviços Florestais da Lousã. Ao fim da noite podia dizer-se, ainda segundo o comandante dos BV's do Fundão, que as populações de Alcongosta e Soalheira, se encontravam salvaguardadas da ameaça das chamas, pois que, uma vez mais, a extensão do fogo e as várias frentes por que se repartiam estavam controladas.

Subitamente, esta madrugada, e ao que se presume devido ao vento forte que soprava, as chamas reactivaram-se, sendo numa primeira fase combatidas pelos Voluntários do Fundão, que não repousam desde anteontem. Daí que, e ante a perspectiva da sua intensificação, o comando daqueles estivesse a contactar as corporações vizinhas para uma nova «batalha» contra o fogo, que já devorou mais de 60 quilómetros de pinhal e mato.

Manifestado e atacado na segunda-feira, reactivado e dado quase como concluído ontem, o incêndio da serra da Gardunha irrompeu de novo esta madrugada (o alarme foi dado pela GNR), não se prevendo quando poderá ser dado como definitivamente extinto. Esta manhã, porém, parecia não haver a necessidade de mais pessoas deverem ser evacuadas, para além das que ontem foram postas em segurança, depois de três casas terem sido calcinadas.

Portugal foi o país da OCDE que registou maior aumento de receitas turísticas em 1978

Portugal foi o pás da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico) em que as receitas turśticas registaram maior aumento em 1978, indicou na terça-feira o relatório anual da Organização sobre o turismo.

As receitas turísticas dos 24 paśes da OCDE sofreram um forte aumento nesse ano, ultrapassando os 50 mil milhões de dólares. O aumento das receitas foi mais importante em Portugal (43 por cento) e na Grécia (20%) e ficou entre os 11 e os 18 por cento na Suécia, Finlândia, França, Itália e Islândia.

Foi também Portugal o país que registou o aumento mais significativo do número de turistas nos primeiros meses de 1979, com 24 por cento, seguindo-se a Islândia (22%) e Turquia (18%).

O ano passado, a OCDE tinha passado os 40 mil milhões de dólares nas receitas turśticas. Tendo em conta as variações da cotação do dólar, as receitas turśticas apenas progrediram 6 por cento, precisa a Organização.

© Livros do Brasil College Trustees

—O Terry acabou de matar a mulher. Os motivos não faltavam. Mas tinha a grande defesa da pistola ser dela e de poder alegar que tinha havido uma luta, que tentara tirar-lha, não conseguira e ela tinha disparado. Um bom advogado podia ter pegado nesta história e tê-la feito colar. Muito provàvelmente acabaria tudo numa absolvição. Se ele me tivesse telefonado eu tê-lo-ia ajudado. Mas depois das outras brutalidades era impossível. Foi forçado a fugir, e mesmo assim podia ter dirigido as coisas com mais perícia.

—Não tenho dúvidas quando à falta de perícia, sr. Potter. Mas ele telefonou-lhe para Pasadena. Pelo menos disse-me que lhe tinha telefonado.

—É verdade. Eu disse-lhe que desaparecesse que eu tentaria ajudá-lo. Não queria saber onde ele estava. Nunca ajudaria um criminoso.

—Foi perfeito, sr. Potter.

—O senhor está por acaso a dizer isso com sarcasmo? Mas não importa. Quando tive conhecimento dos pormenores não havia nada a fazer. Não podia consentir num julgamento de um crime deste género. Para ser sincero, fiquei muito satisfeito quando me disseram que ele se tinha suicidado no México e que escrevera uma confissão.

—Compreendo-o perfeitamente.

—Tenha cautela. Não gosto de ironias. É fácil de compreender agora porque não posso consentir que se toque mais no assunto e alguém se intrometa e faça investigações que prejudiquem o silêncio que eu pretendo. E porque usei de toda a minha influência para que tudo se passasse depressa e quase sem publicidade.

—Com certeza, se o senhor está convencido que foi ele quem a matou.

—Claro que foi. Quanto às intenções, não vale a pena falarmos. Já não têm importância. Tenho feito toda a vida grandes esforços para evitar a publicidade. Tenho certa influência mas não abuso dela. O delegado do distrito de de Los Angeles é um homem ambicioso e suficientemente

199

...MINISTÉRIO DO TRABALHO?

vontades de uns poucos (Cf. II série do «Diário da República» n.º 113 de 17/5/79, despacho n.º 142 do MIT) para se efectuar o levantamento do parque gráfico oxalá fosse de todo o dependente dos departamentos governamentais para evitar o reequipamento de uns e o subaproveitamento de outros; quando as maiores empresas ainda não saíram da crise que as afecta e as pequenas ou médias vão à falência por falta de trabalho, e por causa, às vezes, do fraco e tardio pagamento do que já produziram e entregaram ao Estado, seja-nos permitido perguntar: para quê, a reestruturação e organização da referida «unidade Gráfica»?

Não deveria o Ministério do Trabalho preocupar-se e ocupar-se dos problemas a ele afectos e resolver ou tentar resolver a crise de desemprego na indústria gráfica? A falta de trabalho faz com que muitos trabalhadores não recebam o salário por inteiro e alguns até há meses que o não recebem e outros mudaram de profissão...

«Considerar instalações, equipamento e pessoal» significa ampliação, aquisições e admissão de trabalhadores. Será que profeticamente inspirado o MT vai absorver a mão-de-obra desempregada ou sem salário?

Que vai imprimir-se no MT? Quem vai ficar prejudicado por não fazer essas publicações?

E – isto interessa ao Governo e a todos nós, contribuintes – a que preços vão ficar os trabalhos executados na «unidade gráfica» do MT e de outros sectores ministeriais? Donde virão as verbas para custear o reequipamento, as aquisições, as despesas directas e indirectas? Sera que existe uma contabilidade de custos?

Não haverá mesmo melhor maneira de ampliar o problema dos equipamentos subocupados de dezenas de «unidades gráficas instaladas que apenas servem – quando servem – para satisfação pessoal dos promotores de tais investimentos, atentatórios – porque são – da economia, da indústria e dos próprios trabalhadores gráficos do País?

Não seria melhor investir na instalação de uma escola gráfica onde se preparem tecnicamente os trabalhadores de amanhã?

Sabe-se no Ministério do Trabalho que só nós, na Europa, não temos uma Escola de arte e de tecnologia grafica? E sabe-se que a responsabilidade lhe toca e ao Ministério da Educação e Cultura onde se varrem e aniquilou a formação técnica profissional?

Perdoem se fiz muitas perguntas. A resposta pretendida era só esta: Anule-se o despacho. Repense-se na conveniência nacional de termos mão-de-obra tecnicamente preparada para a indústria gráfica daqui a algum tempo e saírmos da mediocridade e do empirismo.

Acabe-se com as incongruências (ou incompatibilidades) departamentais!

Torna-se caricata e dramática a contradição dos esforços manifestados por despachos como o presente e os do MIT (o já citado e outro que designa a comissão de levantamento, publicado dia 19/7/79 na II série do «Diário da República»).

Para melhor esclarecimento trascreve-se o Despacho Ministerial.

«1 – Para um adequado e integral aproveitamento do equipamento gráfico adequado à realização do plano editorial do Ministério e gestao de recursos humanos, considera-se da maior urgência a formação de uma unidade grafica.

«2 – Nestes termos é criado um grupo de trabalho para estudo da unidade gráfica do Ministério do Trabalho, com o fim de estudar e propor medidas efectivas imediatas para o estabelecimento de uma unidade gráfica de apoio total ao plano editorial do Ministério do Trabalho, o qual devera apresentar até ao dia 30 de Outubro propostas concretas de reestruturação e organização da referida unidade gráfica, propostas essas que deverão considerar instalações, equipamento e pessoal.

«3 – Este grupo deve ter como base de partida para os seus trabalhos os estudos ja efectuados neste campo ao longo dos anos.

«4 – O grupo de trabalho para estudo da unidade grafica do Ministério do Trabalho sera constituído por representantes dos seguintes órgaos do Ministério:

Secretaria-Geral; Serviço de Organização e Gestão de Pessoal; Serviço de Informação Científica e Técnica; Direcçao-Geral de Higiene e Segurança do Trabalho, Direcção-Geral do Emprego; Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra; Gabinete [illegible] tao do Fundo de Dese[illegible] Comissão de Reabili[illegible]

[illegible] po sera coordenado pelo [illegible] r do Serviço de Inform[illegible] Científica e Técnica.

«6 [illegible] órgaos indicados no n.º 4 [illegible] comunicar ao Gabinete [illegible] ministro do Trabalho, no pr[illegible] oito dias, o nome dos seus [illegible] sentantes no grupo.»

TOME NOTA POR FAVOR

NOS 45 ANOS DE EXISTÊNCIA, NA VENDA DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO,

SAPEL — SOC. DE ACESSÓRIOS PARA ESCRITÓRIO, LDA — FUNDADA EM 1934 — LISBOA

OFERECE-LHE:

* Uma Máquina Calculadora no valor de ESC. 8.500$00 na compra de uma Máquina de Fotocópias Automática, de papel comum ou tratado
* Uma caixa de papel no valor de ESC. 1.200$00 na compra de uma Máquina de Fotocópias Manual.

RECORTE E ENVIE A:

SAPEL
RUA DA MADALENA, 48-2.º
1100 LISBOA

OU CONTACTE PELO TELEFONE: 875791

NOME..........
FIRMA..........
MORADA..........
LOCAL.......... TEL:..........

DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES SOBRE:

☐ AS FOTOCOPIADORAS MANUAIS
☐ AS FOTOCOPIADORAS AUTOMÁTICAS

D L

O IMENSO ADEUS

RAYMOND CHANDLER

© — Livros do Brasil/College Trustees

sensato para não prejudicar a sua carreira. E já lhe vejo um brilho estranho nos olhos, sr. Marlowe. Apague-o. O que tanto eu como todas as pessoas do meu género pretendem é poder viver uma vida decente, e conservar a nossa intimidade. Sou proprietário de vários jornais mas não gosto deles. Considero-os uma ameaça constante à pouca intimidade que nos resta. A propaganda constante que fazem sobre a liberdade de Imprensa tem como única consequência, e se se excluírem algumas excepções honrosas, a liberdade de propagar o escândalo, o crime, o sensacionalismo, o ódio, o lodo, as loucuras do sexo. Há ainda os fins políticos e financeiros. Um jornal é um negócio para extrair dinheiro dos gostos do público.

Eu levantei-me e dei a volta à cadeira. Sentei-me de novo. Precisava de ter um pouco de sorte. Um pouco? Carradas.

— E depois, sr. Potter?

Deixou de me ouvir. Estava mergulhado nos seus pensamentos.

— O dinheiro tem uma qualidade estranha. Quando em grandes quantidades tem como que uma vida própria, mesmo uma consequência própria. Torna-se muito difícil controlar o poder do dinheiro. Os homens têm sido desde sempre animais muito venais. Tudo leva a torná-los cada vez mais venais: o aumento populacional, o custo brutal das guerras, as contribuições sempre crescentes. O homem normal está cansado e amedrontado, e os homens que têm medo não podem ter ideais. Têm que arranjar comida para alimentar as famílias. Nós temos as cozinhas mais brancas e bonitas do mundo inteiro e as melhores casas de banho. Mas a dona de casa americana não consegue cozinhar nessas lindas cozinhas comida que chegue para a família. E as maravilhosas casas de banho não passam de casas onde se guardam os laxantes, as pastilhas para dormir, e esses produtos a que chamam cosméticos. As nossas embalagens são óptimas, sr. Marlowe, mas o recheio é quase sempre uma porcaria.

200

NOTARIADO PORTUGUÊS

DÉCIMO OITAVO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA A CARGO DA LICENCIADA EM DIREITO MARIA DA GLÓRIA SAMPAIO FILIPE DE SOUSA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 19 de Julho de 1979, lavrada de folhas 1, a folhas 2, verso, do livro número D-78, para escrituras diversas deste cartório, foi substituída a firma da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «Artur Nunes, Limitada», com sede em Lisboa, pela denominação de «Casa Bali Pronto a Vestir para Bebé, Limitada», e substituídos os artigos 1.º, 4.º e 6.º do respectivo pacto social, pelos seguintes:

Primeiro: A sociedade adopta a denominação de Casa Bali-Pronto a Vestir para Bebé, Limitada, e, tem sede em Lisboa, na Rua da Palma, número duzentos e setenta e um.

Quarto: O capital social é de cinco mil escudos, encontra-se inteiramente realizado e representado por todos os bens e valores do activo social, sujeito ao respectivo passivo, conforme escrituração e corresponde à soma de duas quotas, uma de quatro mil e novecentos escudos, pertencente ao sócio Arlindo Marques Ladeira, e uma de cem escudos, pertencente à sócia Joaquina Lopes Viegas Bagão Ladeira.

Sexto: A gerência e administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e, para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos, basta a assinatura de qualquer um dos gerentes.

É certidão de teor parcial que fiz extrair, a qual vai conforme o original, quanto a parte transcrita, e certifico que na parte omitida da referida escritura nada há em contrário ou além do que fiz transcrever.

Lisboa, vinte e seis de Julho de mil novecentos e setenta e nove.

A Ajudantes,

(Maria Júlia Soeiro Coelho)

As Florestas são uma riqueza nacional.
Compete a todos defendê-las e protegê-las.
Não faça queimadas.

NÃO FAÇA LUME
PROTEJA AS FLORESTAS

Mensageiro de Samora Machel destaca "abertura e franqueza" de Lurdes Pintasilgo

● ex-Governo Mota Pinto acusado de propósitos neocoloniais

«Maria de Lurdes Pintasilgo abordou os problemas com grande abertura e franqueza. Ao contrário do Governo Mota Pinto, ela pretende estabelecer relações com Moçambique inteiramente divorciadas do passado colonial», sublinhou em declarações prestadas à ANOP, o prof. Aquino de Bragança, regressado anteontem à capital moçambicana, após passagem por Lisboa onde foi recebido por diversas personalidades, incluindo o Presidente da República.

Portador de uma mensagem pessoal do novo Primeiro-Ministro português para o Presidente Samora Machel (Lurdes Pintasilgo exprime aí a sua «grande admiração pelo líder moçambicano), Aquino de Bragança, que dirige no Maputo o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, disse ainda ter afirmado ao Presidente Eanes que «Moçambique está aberto ao diálogo mas que não tomará a iniciativa de reatar as negociações . uma vez que responsabiliza a missão chefiada por Álvaro Barreto de haver provocado deliberadamente a ruptura das negociações.

Sublinhando nas declarações ao correspondente no Maputo da Anop que «se o contencioso entre Portugal e Moçambique não for resolvido nos próximos três meses, poderá criar-se uma situação irreversível nas relações entre os dois países», Aquino de Bragança disse ainda julgar que Eanes «compreende que Moçambique não pode ficar indefinidamente à espera e que está convencido de que é urgente Portugal apresentar propostas realistas para a solução do contencioso».

ENTERRAR CONTENCIOSO COLONIAL

Para Aquino de Bragança, «os negociadores portugueses têm-se recusado a enterrar definitivamente o contencioso colonial, e têm adoptado posições que não divergem das posições de Salazar e Marcelo Caetano».

«Durante a recente reunião da comissão de cooperação portuguesa-angolana, Ismael Martins afirmou que Angola considera encerrado o contencioso económico-financeiro com Portugal. A nossa posição é idêntica».

Tal como o ministro das Finanças de Angola, Aquino de Bragança considera que não é possível contabilizar o passado colonial, fazer um acerto de contas entre os investimentos portugueses de capital e os investimentos humanos – a escravatura e o trabalho forçado – realizados pelos povos coloniais.

Aquino de Bragança, acrescentou que as negociações entre Portugal e Moçambique também têm sido dificultadas pela instabilidade política portuguesa e pela multiplicidade dos negociadores portugueses, os quais ignorariam, quase sempre, a história recente de Moçambique e os próprios problemas a discutir.

«Por vezes, nem sequer conhecem o que foi tratado em reuniões anteriores. Assim, Álvaro Barreto apresentou um ultimato sobre a assitência consular dos presos portugueses, assunto que foi resolvido dias antes com Melo Antunes».

Portugal expulsou recentemente um dirigente da FNLA, Val Neto, e comprometeu-se a neutralizar actividades, em solo português, das organizações que combatem o Governo da República Popular de Angola.

«Esperamos que Portugal adopte a mesma atitude em relação a Moçambique. Ninguém ignora as actividades que grupos a soldo da Rodésia e da África do Sul desenvolvem em Lisboa. É do domínio público a participação de portugueses, desde mercenários a Jorge Jardim e Kaulza de Arriaga, nas agressões da Rodésia contra Moçambique», disse ainda.

Aquino de Bragança acusa a direita portuguesa de conspirar permanentemente contra a República Popular de Moçambique, na esperança de substituir o regime actual por um regime neocolonialista: «ao contrário do que pensa a direita portuguesa, os aliados de Portugal na NATO consideram Moçambique o interlocutor válido, que dá todas as garantias aos investimentos estrangeiros, estão prontos a substituir Portugal no mercado moçambicano. «Ao contrário também do que pretende fazer crer a direita portuguesa, Moçambique é um país autenticamente independente, não é um Estado cliente. Pensamos que só poderemos prosseguir a via socialista se formos um Estado inteiramente soberano».

As relaçõs luso-afro-brasileiras foram um dos temas centrais da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, reunião em que Aquino de Bragança participou como convidado.

«A lusofonia, tal como o luso-tropicalismo de Gilberto Freire, é uma mistificação. O luso-tropicalismo serviu a Salazar e Caetano para camuflarem a política colonial portuguesa. A lusofonia pode ser o instrumento de uma política neocolonialista, tal como acontece com a francofonia» – disse a propósito da reunião.

O director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane considera que a língua comum tanto pode servir como pode dificultar o diálogo, sublinhando que «se as relações entre Portugal e Moçambique se normalizarem, a língua comum será um factor de aceleração da cooperação. Mas somos contrários a uma aliança dos países de língua portuguesa. O nosso futuro é muito mais condicionado pela geopolítica da África Austral do que pelo facto de falarmos português».

A viagem ao Brasil permitiu a Aquino de Bragança confirmar que o passado colonial comum é um factor de entendimento entre brasileiros e moçambicanos. «A cooperação de Moçambique com o Brasil tem sido muito mais fácil do que com Portugal».

SJ reclama do novo Governo independência e pluralismo nos órgãos do sector público

A Direcção do Sindicato dos Jornalistas, em conferência de Imprensa ontem efectuada, solicitou ao novo Governo a criação de condições para que seja possível a independência, o pluralismo e a qualidade de informação nos órgãos de Comunicação Social estatizados. Denunciou, a propósito, «numerosas violações das regras do efectivo pluralismo e da independência dos órgãos de informação do sector público.»

Entre estes citou os casos do «Diário Popular», cuja Administração substituiu de «forma arbitrária e ilegal» uma Direcção que merecia a confiança dos jornalistas e demais trabalhadores da empresa, e da Radiodifusão Portuguesa, onde «as normas pelas quais a classe se tem batido, designadamente o Código Deontológico e o Estatuto da RDP têm sido constantemente violados».

A Direcção do Sindicato condenou a «ofensiva contra normas deontológicas da profissão» e manifestou a intenção de apresentar queixa no Conselho Técnico e de Deontologia contra os jornalistas que incorreram em faltas deontológicas graves que põem em causa o bom nome da profissão.

«NÃO» AOS GRUPOS DE PRESSÃO

«É imprescindível que os órgãos de Comunicação Social do sector público não se encontrem ao serviço de qualquer grupo de pressão nem de qualquer personalidade isolada» – acentua o Sindicato dos Jornalistas, que apóia as recentes directivas do Conselho de Informação para a Imprensa.

Como pontos mínimos imediatos, o Sindicato dos Jornalistas reivindica a aplicação, logo que publicada, da legislação recentemente aprovada na AR, a criação de um estatuto para a Televisão «pondo fim às regras de excepção em vigor», a nomeação de um Conselho de Administração da RDP, «cumprindo as disposições legais que o IV Governo se recusou a aplicar», e o termo do «estado de sítio» imposto da informação da RDP.

Pretende, ainda, a reintegração dos profissionais afastados e reclassificados, o fim de perseguições ou marginalizações por motivos ideológicos, a «reposição de programas de qualidade suprimidos» na RDP, o cumprimento da legalidade para efeitos do preenchimento da Direcção do «Diário Popular», a resolução do caso do «Século», com pagamento imediato de vencimentos em atraso.

O Sindicato dos Jornalistas congratulou-se com a recente aprovação pela Assembleia da República de diplomas fundamentais para o enquadramento democrático da Comunicação Social e regozijou-se por alguns Partidos parlamentares terem solicitado a sua colaboração durante a discussão na especialidade de alguns destes diplomas.

A Direcção lamenta que não tenham sido consideradas as suas posições sobre Conselhos de Redacção e exercício do direito à greve nos Estatutos da RDP e RTP.

DESCONTOS DE VERÃO

EM TODOS OS ARTIGOS DE CAMPISMO E DESPORTO

● TENDAS

● ATRELADOS TENDA:

MIRA 2000 e TRÓIA 2001
– TEMOS AINDA PREÇOS DE 1978 –

VISITE A N/EXPOSIÇÃO

Luarcampo Ldª.

RUA PROJECTADA A – LOTE 2 – LOJA A – LISBOA 1700
(Ao fim da Estrada do Desvio, ao Lumiar) – Autocarros, n.ºs 7, 7-A e 36
ENCERRAMOS TODOS OS DIAS ÀS 20 H E SÁBADOS ÀS 13 H

QUATRO ANOS DEPOIS DE HELSINQUIA • QUATRO ANOS DEPOIS DE HELSINQUIA

COSTA GOMES À NOVOSTI:

"O Tratado de Helsínquia não teve grande repercussão em Portugal"

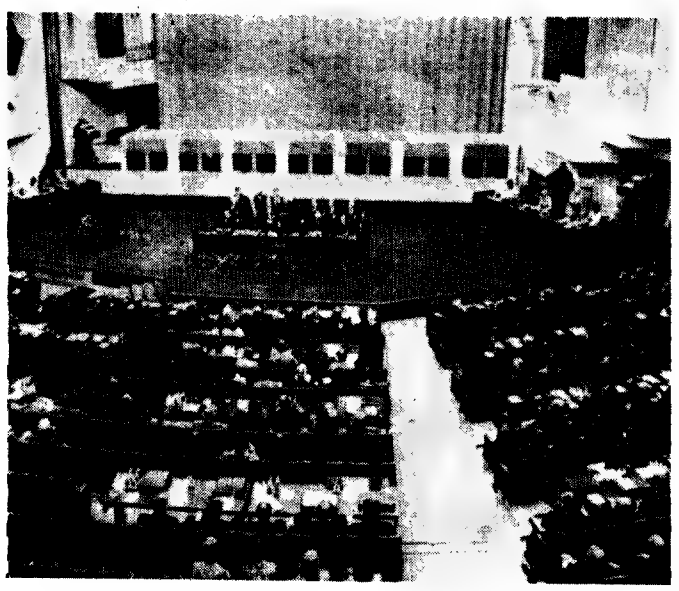
«O Tratado de Helsínquia não teve grande repercussão em Portugal, porque o seu conteúdo não foi divulgado suficientemente esclarecido para que todos os portugueses tivessem plena consciência das enormes vantagens que o Tratado trazia à Europa e ao Mundo», afirma o general Costa Gomes, numa entrevista concedida à agência Novosti, hoje, dia 1 de Agosto, quarto aniversário da celebrada Acta.

Costa Gomes, que há quatro anos era Presidente da República e nessa qualidade esteve na capiral finlandesa onde assinou o Acordo, é actualmente membro do Comité Português para a Paz e Cooperação e faz parte da Presidência do Conselho Mundial da Paz, qualidade ainda em que visitou recentemente alguns países do Médio Oriente com o objectivo de preparar a realização da Conferência Internacional de Solidariedade com os Países Árabes e o Povo Palestiniano, que terá lugar brevemente em Lisboa.

Nas suas declarações à agência Novosti, Costa Gomes abordou também o problema do Médio Oriente. A entrevista, na íntegra:

O general Costa Gomes, como presidente da República Portuguesa, subscreveu a Acta de Helsínquia no dia 1 de Agosto de 1975. Participou, assim, activamente, nesse momento histórico para os povos europeus e do Mundo. Qual pensa, nestes quatro anos, ter sido a contribuição do Acordo de Helsínquia para a paz e cooperação entre os povos?

O documento de Helsínquia é o documento histórico mais importante que se assinou na Europa em todos os tempos, permitindo estabelecer um conjunto de normas que deverão regular as relações entre os povos, não só europeus, visto que depois foi tornado extensível a todos os povos do Mundo.



Não há dúvida que, depois da assinatura do Tratado de Helsínquia a tensão que existia na Europa quase que desapareceu, e as relações políticas, culturais, económicas e humanas se intensificaram de uma forma tão profunda, como nunca acontecera anteriormente.

Os contactos entre os países do Leste e do Oeste tornaram-se frequentes, o que permitiu que o sistema socialista e o sistema capitalista se conhecessem melhor, podendo aplicar-se com mais facilidade um dos princípios de Helsínquia – o que trata da coexistência pacífica entre os povos. Infelizmente, no campo militar, não houve um desanuviamento idêntico ao do campo político, continuando a corrida aos armamentos, o que tem prejudicado o desanuviamento no sentido lato e tem dado por vezes origem às tensões que caracterizavam a «guerra fria», a que o Tratado de Helsínquia quis pôr termo.

Na sua opinião, como se tem aplicado em Portugal o acordo de Helsínquia?

O Tratado de Helsínquia não teve grande repercussão em Portugal porque o seu conteúdo não foi divulgado e suficientemente esclarecido para que todos os portugueses tivessem plena consciência das enormes vantagens que o Tratado trazia à Europa e ao Mundo. Apesar de vir recomendado no tratado que todos os governos dessem grande difusão ao seu conteúdo, que eu conheça, só a revista «Vértice» publicou a acta final e tentou explicar as vantagens do acordo.

Nestes últimos anos, o gen. Costa Gomes tornou-se um activo militante da paz e da cooperação dos povos. Como membro da presidência do Conselho Mundial da Paz, visitou recentemente uma área de conflitos e tensões internacionais, o Médio Oriente. Os conflitos do Médio Oriente reflectem-se actualmente também na vida económica e social europeia, àtravés dum agravamento da crise energética. Como participante da Conferência de Helsínquia, não pensa ser possível uma conferência similar, que encontrasse soluções, que para as tensões no Médio Oriente, através do direito a independência do povo palestiniano, quer para atenuar a crise energética, através duma redução substancial dos superlucros das grandes companhias e dum acordo de benefício mútuo entre os povos do Médio Oriente e os outros povos do mundo?

O problema do Médio Oriente é um problema muito complexo, e que o tempo, à medida que tem decorrido, vem tornando mais agudo e mais grave. Julgo que, neste momento, há apenas um local onde este problema deve ser estudado e resolvido, as Nações Unidas. Todas as tentativas que se façam fora do quadro das Nações Unidas, como foram os acordos de Camp David e o tratado de Washington, longe de contribuirem para a solução do problema, apenas o agravam e tornam a solução mais difícil. Não se pode resolver o problema do Médio Oriente sem atender aos direitos do povo palestiniano, à sua independência e soberania, e sem aplicar, ali, o princípio da coexistência pacífica entre os povos e o de se resolverem todos os conflitos por meios pacíficos, sem recorrer à violência e à guerra, parece-me, pois, que no Médio Oriente, devia tentar-se que todos os países envolvidos naquela área reduzissem progressivamente as suas Forças Armadas, até ficarem completamente abolidas, recorrendo-se, sempre que surgissem conflitos, ao arbítrio das Nações Unidas.

Foi para mim uma experiência muito rica a minha recente viagem ao Médio Oriente, pelos amplos contactos que me permitiu, quer com dirigentes, quer com chefes políticos dos países árabes.

Por exemplo, na Jordânia, tive oportunidade de participar num amplo debate na federação dos sindicatos, com a presença dos dirigentes sindicais dos médicos, dos advogados, dos economistas, dos engenheiros, que constituíam um leque muito amplo de opiniões, o que transformou o debate numa discussão muito interessante. No Líbano, tive uma reunião semelhante. Encontrei-me com os presidentes da República da Síria, do Líbano, com o príncipe Hassan da Jordânia, com o príncipe herdeiro do Koweit, com os primeiros-ministros destes países e ainda com o do Iémen do Sul. Participei ainda com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Líbano e do Koweit em encontros e tive estreito contacto com Arafat e os responsáveis da OLP.

Esta visita deu-me a convicção que o povo palestiniano tem uma grande ânsia de desenvolvimento cultural, possui uma grande unidade nacional e cultural, quer no ponto de vista artístico, quer intelectual. Tem uma massa culta muito grande, que hoje está dispersa por todo o mundo, em especial, pelo Mundo Árabe.

Balanço positivo da "cimeira" de Helsínquia

NOVOSTI

Assinala-se hoje o quarto aniversário da assinatura da Acta Final da histórica Conferência para a Paz e Segurança Europeias, realizada em Helsínquia.

O encontro dos chefes de 33 Estados europeus, dos Estados Unidos e do Canadá, marcou uma nova etapa na via do desanuviamento: a da consagração dos princípios da coexistência pacífica e da cooperação, na igualdade, entre Estados de diferentes sistemas sociais.

Devida à iniciativa dos países da comunidade socialista, apoiada pelos países da Europa, os Estados Unidos e o Canadá, a Conferência dos Estados Europeus traçou colectivamente o balanço político da Segunda Guerra Mundial e confirmou que a política de força e da guerra-fria era estéril e nefasta. Ao mesmo tempo, abriu novas prespectivas à realização da tarefa essencial da nossa época: reforçar a paz e a segurança dos povos.

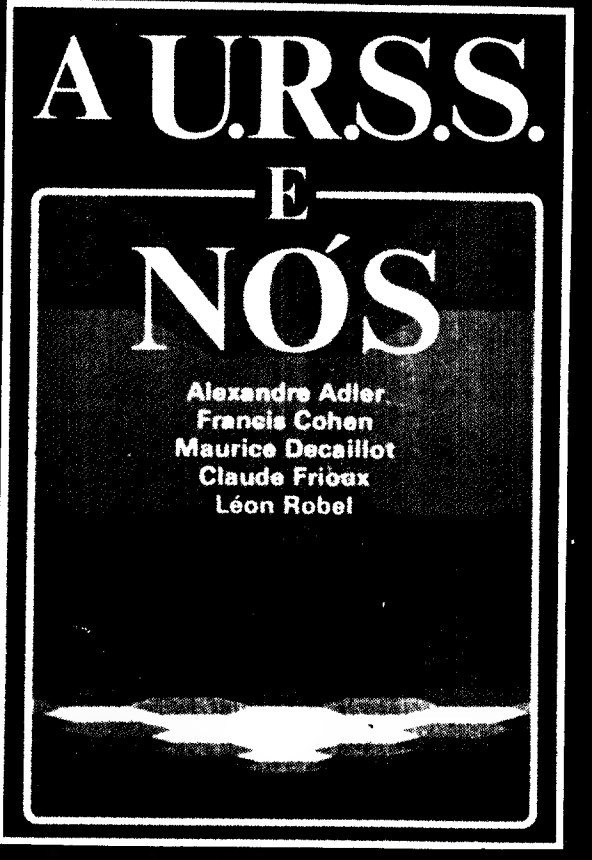
Hoje, quatro anos depois, pode verificar-se o seu enorme saldo positivo, cujo núcleo essencial consiste na estabilidade política que se estabeleceu no continente, em contraste com as tensões e conflitos noutras partes do mundo.

Os contactos políticos – principalmente os da Cimeira – multiplicaram-se e tornaram-se regulares. As relações comerciais e económicas alargaram-se, tendo-se generalizado a prática de acordos e programas a longo prazo e tratando as mais diversas matérias. O turismo e o intercâmbio de informação incentivou-se. A cooperação no campo humanitário conheceu um grande impulso. Em suma, o Leste e Oeste aproximaram-se.

No domínio militar, dão-se agora os primeiros passos – as notificações mútuas das manobras de envergadura das tropas terrestres e o intercâmbio de Observadores. Resta ainda muito por fazer neste campo e mais se não fez, porque há forças que contrariam este processo. A materialização no campo militar do desanuviamento é indispensavél para a manutenção de um bom clima, não só na Europa, como no mundo.

SENSACIONAIS DESCONTOS
NA CAMPANHA
da MARMOSCULA
Mobílias Império, Séc. XVII, Luis XVI e Modernas,
Estantes, Maples e Sofás-camas em todos os modelos em pele
Papel de parede. Alcatifas
NÃO DEIXE DE VER OS NOSSOS SOFÁS-CAMAS EM PELE TIPO FRANCÊS
* CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EMIGRANTES
SEDE: Praça Paiva Couceiro, 1 Lisboa 1 Telefone 846839
SALÃO DE EXPOSIÇÃO: Rua Neves Ferreira, 4-A Telefone 824840

Cinco intelectuais comunistas analisam a U.R.S.S.
nos aspectos que mais chocam a sensibilidade ocidental
Ler este livro é indispensável tanto a comunistas como a anticomunistas



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
Livros para quem sabe o que deve ler

MÉDIO ORIENTE

EUA poderão vir a negociar directamente com a OLP

Apesar das objecções de Israel, os Estados Unidos decidiram apoiar uma resolução de compromisso das Nações Unidas, que pode conduzir a negociações directas com a Organização de Libertação da Palestina (OLP), revelou na terça-feira a Secretaria norte-americana de Estado.

Um informador da Secretaria declarou que os Estados Unidos estão a colaborar na elaboração duma resolução, de que farão parte as fórmulas tradicionais para a garantia da existência do Estado de Israel e a obrigação deste país de retirar dos territórios árabes ocupados.

A OLP nunca aceitou este tipo de linguagem e os Estados Unidos reafirmaram na terça-feira a disposição de não ter contactos com esta organização, enquanto não aceitar o direito de Israel à existência.

Fontes oficiais norte-americanas disseram que a resolução de compromisso conterá provavelmente uma referência aos «direitos legítimos dos palestinianos», baseando-se na resolução 242 da ONU. Se a OLP aceitar esta nova fórmula, os Estados Unidos terão o caminho livre para contactos livres com aquela organização.

A Secretaria de Estado disse, por outro lado, concordar com uma iniciativa que está a correr nas Nações Unidas para o adiamento do debate sobre a questão palestiniana até ao dia 23 do corrente, para que todas as partes tenham tempo para encontrar «uma linguagem adequada», que possa ser «aceite universalmente».

4 Entretanto, o ministro egípcio da Defesa, general Hassan Ali, deixou na 3.ª-feira Israel, após uma visita oficial de três dias, marcada por «uma grande estreia histórica» nas relações egípcio-israelitas: a recepção do general Ali no Ministério da Defesa com as honras militares.

Num comunicado comum, as duas delegações indicaram estarem «de acordo para aplicarem integralmente as cláusulas do anexo militar do tratado de paz entre os dois países». O comunicado acrescenta que o Egipto «se prepara para transferir o aeroporto de El Arich para uma autoridade civil».

Por outro lado, uma comissão parlamentar israelita aprovou uma verba de 13,5 milhões de dólares para o estabelecimento de 13 novos colonatos em território árabe ocupado.

Esta verba permitirá a criação de oito colonatos na margem ocidental, dois no vale do Jordão, dois nos montes Golan e um na faixa de Gaza.

«ZONA DE GUERRA»

Os Estados do Golfo foram declarados «zonas de guerra» para fins de seguro marítimo, a partir de ontem, 31 de Julho, às 17.00 TMG, segundo anunciou a «Lloyds» de Londres.

Isto significa a atribuição de um prémio especial a acrescentar ao referente aos navios que naveguem naquela região, no valor de 0,025 por cento sobre o valor do barco, por semana. Esta percentagem corresponde a uma média de 5000 libras por semana, para petroleiros de média tonelagem.

IRAQUE: ENTRE RIAD E DAMASCO

Fontes diplomáticas árabes em Paris revelaram, segundo a AFP, que o actual presidente iraquiana, Saddam Hussein, encetou uma política de aproximação com a Arábia Saudita e se afasta do plano de fusão com a Síria. Tais razões terão estado na base da demissão do ex-presidente Bakr e da recente tentativa de golpe de Estado. Embora Hussein não se oponha propriamente à fusão com Damasco, não a defende incondicionalmente, e tem exigências repudiadas pela maioria dos autores da tentativa de golpe de Estado. Mas as razões determinantes do afastamento de Bakr terão sido relacionadas com a política de aproximação com Riad, com a qual o ex-presidente não concordava.

Um jornal de Beirute («An Nahar») referia entretanto que nenhum dos conjurados iraquianos havia sido executado, estando os respectivos processos ainda em fase de instrução. O mesmo jornal afirma que esta conjura foi mais um episódio da luta pelo poder, encetada em 16 de Julho com a demissão de Bakr.

Por sua vez a agência egípcia MENA diz que a Líbia estava também envolvida no golpe e que o Iraque reagiu ao papel desempenhado pela Síria mandaNdo regressar ao país 60 mil iraquianos que estavam a passar férias na Síria. Terão sido também convocados todos os embaixadores pois entre eles haverá cúmplices na tentativa de golpe.

Enquanto isto, a organização Amnistia Internacional denunciou a detenção ocorrida há oito meses de sete membros do PC iraquiano, entre os quais um elemento do CC, Yusef Istifan, transferidos para o Centro de Detecção da Direcção Geral de Segurança de Bagdad.

ÁSIA

Conferência mundial contra as bombas A e H

A Conferência Mundial contra as Bombas «A» e «H» iniciou-se ontem com a cerimónia de abertura da sua Assembleia Internacional, na sala de conferências Seinenkam, em Tóquio.

Esta conferênia mundial encontra-se dividida em três partes – a primeira a desenrolar-se em Tóquio até quinta-feira, a segunda a realizar-se em Hiroshima e a terceira em Nagasaki.

Assim, após os delegados terem estudado e discutido alguns temas propostos pela equipa de trabalho, realiza-se a cerimónia de encerramento da Assembleia Internacional, no Centro Cultural de Ikenohata, em Tóquio, após o que os delegados seguem para Hiroshima, onde chegam sábado.

No domingo inicia-se a Conferência de Hiroshima, estando previstas para esse dia e segunda-feira algumas cerimónias que incluem uma marcha de paz e debates.

No dia 8, inicia-se a terceira e última fase com a Conferência de Nagasaki, que termina no dia seguinte com uma palestra no Ginásio Internacional desta cidade.

A este encontro estão presentes mais de 60 organizações mundiais que propugnam o fim das experiências nucleares e da utilização das referidas bombas.

Vietname denuncia novos ataques da China

O Vietname acusou forças chinesas de terem bombardeado e atacado aldeias fronteiriças vietnamitas, matando várias pessoas e causando danos materiais.

Segundo a agência noticiosa vietnamita, o primeiro ataque foi levado a cabo em 14 de Julho último por soldados chineses contra guardas fronteiriços vietnamitas perto de Thuong Phung, uma aldeia situada mais de um quilómetro e meio dentro de território do Vietaname.

Um ataque mais violento teve lugar a 21 de Julho, quando forças chinesas atacaram a aldeia de Thuong Phung, «matando civis e guardas fronteiriços vietnamitas» e destruindo «muitas casas e culturas» – acrescentou a agência, captada em Hong-Kong.

As forças vietnamitas lançaram um contra-ataque e «obrigaram os chineses a recuar para o outro lado da fronteira».

O Ministério dos Negócios Estrangeiros em Hanói enviou ao ministério chinês uma nota de protesto condenando os ataques.

VIETNAME-CHINA AGRESSÃO MILITAR

A China deve modernizar a sua capacidade bélica e estar mais alerta e preparada para uma eventual agressão militar – declarou na terça-feira o ministro da Defesa Nacional, Xu Xiangqian.

Xu, membro do gabinete político do Comité Central, discursou na Praça do Povo de Pequim em comemoração do 52.º aniversário da fundação do Exército Popular de Libertação.

«Trabalhando lado a lado com o povo de todo o país estamos certos de recuperar o território da Formosa e cumprir assim a grande causa da unificação do país» – observou.

Por outro lado, o «Jornal do Exército de Libertação» defende os investimentos estrangeiros, ferindo, a propósito, os exemplos jugoslavo, romeno e soviético nos anos 20.

AMÉRICA

Os herdeiros de Fernandez

Um juiz uruguaio ordenou a evacuação dos 450 habitantes da localidade de Fernandez, na sequência de uma acção judicial movida pelos herdeiros do fundador da povoação, Juan Fernandez.

Os herdeiros, que pretendem recuperar os 360 hectares de terreno onde a cidade está situada desde 1858, ganharam a acção e iniciaram negociações para vender a terra aos seus habitantes.

No entanto, não foi possível chegar a acordo sobre o preço e os habitantes de Fernandez, 500 quilómetros a norte de Montevideu, receberam ordem para abandonar a localidade, ficando os herdeiros de Juan Fernandez de posse de tudo o que aí se encontra, à excepção dos edifícios públicos.

Governo de Manágua promete respeitar a propriedade privada

O Governo revolucinário da Nicarágua pretende chegar a um acordo com a iniciativa privada para intensificar a reconstrução do país.

O comandante Daniel Ortega Saavedra, membro da direcção central da Frente Sandinista e da Junta de Reconstrução Nacional, declarou na terça-feira que os acordos contemplados entre o sector governamental e o sector público permitirão acções conjuntas em benefício das maiorias.

Saavedra anunciou também que o Governo Revolucinário respeitará a propriedade privada e que, no campo da Reforma Agrária, está apenas em curso o processo de nacionalização das terras da Família Somoza, que representam 30 por cento do território nicaraguense.

Os três membros do alto comando da Frente Sandinista Nacional de Libertação (FSNL) acusaram os apaniguados de Somoza de estarem a planear o reagrupamento de 7000 soldados da Guarda Nacional que fugiram para as Honduras, a fim de levar a efeito um ataque contra o novo Governo.

● O SUPREMO TRIBUNAL MILITAR DO CHILE ratificou na terça-feira uma resolução que restituia à liberdade, sob fiança, oito militares implicados no caso Lonquen, mina onde foram há meses descobertos os cadáveres de 15 pessoas, previamente dadas como desaparecidas.

Carter lança novo apelo contra a crise de energia

O presidente Carter apelou para rápida acção do Congresso para ajudar o país a usar mais das suas vastas reservas de carvão e reduzir as importações de petróleo.

Declarou também haver o verdadeiro perigo de que grupos de interesse petrolífero tenham êxito em anular o seu proposto imposto sobre os lucros excessivos das companhias de petróleo – medida que é importante para o seu novo programa de energia.

Os comentários de Carter foram feitos na Central Eléctrica, accionada a carvão, de Louisville (Kentucky), um dos locais que visitou durante uma viagem de um dia à área para expor os méritos das suas iniciativas energéticas.

Entretanto, a Câmara dos Representantes fez marcha atrás e aprovou em parte, na terça-feira, uma proposta de Carter para racionar gasolina em caso de emergência.

Por 234 votos contra 189, disse sim a uma emenda apresentada pelo líder do Partido Democrático, Jim Wright, segundo a qual Carter pode estudar um plano de racionamento de gasolina, mas só será obrigado a submetê-lo ao Congresso quando tencionar pô-lo em aplicação.

KISSINGER: «SIM, MAS»

O antigo secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, afirmando que o «equilíbrio militar está a começar a inclinar-se contra os Estados Unidos», deu ontem em Washington o seu apoio ao tratado SALT II.

«Após muita reflexão, cheguei à conclusão de que posso apoiar a ratificação do tratado, mas apenas se forem cumpridas três condições» – disse Kissinger, em declarações à Comissão do Senado para as Relações Exteriores.

«Em primeiro lugar é necessário que o tratado seja ligado a um programa de defesa, representando uma relação obrigatória entre o Congresso e o presidente, para que se ultrapasse de forma urgente o grave perigo colocado pelo actual equilíbrio militar».

«Em segundo lugar – acrescentou – é necessário que seja acompanhado por emendas, que não necessitem de negociações com os soviéticos, tornando bem claras as ambiguidades no tratado, definindo o estatuto do protocolo e colocando directrizes para as negociações posteriores».

O chefe da diplomacia de Nixon observou a seguir que «em terceiro lugar, é necessário que seja acompanhado por uma vigorosa expressão dos pontos de vista do Senado sobre a ligação entre o SALT II e a conduta geopolítica soviética».

Fraude eleitoral na Bolívia

Espera-se hoje em La Paz que o Congresso boliviano designe Victor Estenssoro para presidente da República embora tenha obtido cerca de 1500 votos menos que o seu rival Herman Siles Suazo, nas eleições presidenciais do dia 1 de Julho e cujos resultados acabam de ser proclamadas.

Estenssoro, candidato do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR-conservador) e o seu rival Herman Siles Suazo, chefe da «Unidade Democrática e Popular» (UDP, Esquerda) não tinham obtido a maioria absoluta. Segundo o sistema em vigor na Bolívia terá de ser o congresso a designar o vencedor.

Eleições constituintes contestadas no Irão

Intelectuais iranianos procuram boicotar parcialmente as eleições que seleccionarão a Assembleia destinada a ratificar a Constituição elaborada pelo «ayatollah» Khomeiny.

As eleições estão marcadas para a próxima sexta-feira e mais de mil candidatos, na sua maioria religiosos, disputam os 73 lugares da chamada Assembleia de Peritos.

A votação coincide com os ataques desferidos pelo xá Reza Pahlevi contra o regime de Khomeiny e com a ressurreição política do ex-primeiro - ministro Shahpur Bakhtiar, após quase cinco meses de clandestinidade.

Na semana passada, Pahlevi condenou o regime de Khomeiny, a partir do seu exílio no México. O porta-voz governamental iraniano Sadeq Tabatabai considerou as declarações do xá como fazendo parte de uma «conspiração sionista internacional para criar desunião nas alas revolucionárias iranianas».

Entretanto, os jornais apelam à união e tolerância entre pontos de vista opostos dentro do novo sistema político do Irão. Com as eleiçoes a dois dias, o debate político tem-se intensificado.

Por seu lado, o presidente da companhia petrolífera NIOC Hassan Nazih, o mais declarado dos críticos do Governo, parece ter-se aliado ao escritor Ali Asghar Haj Syed, para um boicote às eleições.

Nazih é apoiado por três outros intelectuais e advertiu que boicotará as eleições caso descubra que não são concedidas condições democráticas para a realização da campanha.

Nazih pediu o adiamento das eleições mas o Governo não deu indício de ter escutado o apelo. Este político concorre à votação através de uma lista do Partido Popular Republicano, do «Ayatollah» Kazem Shariartmadari.

Este, por seu lado, tem igualmente criticado as eleições e pedido que seja formada uma Assembleia Constituinte mais representativa.

Os iranianos votarão por um sistema em que eles próprios escrevem os nomes dos seus candidatos preferidos.

Não foi explicado como a maioria da população, que é analfabeta, preencherá os boletins.

Para além desse aspecto, o eleitor terá de identificar-se nominalmente e por meio do número do bilhete de identidade, local de voto e aposição da impressão digital.

Prevê-se pouca afluência às urnas no Uzistão e Curdistão, onde forças locais se têm defrontado com o exército.

Na cidade de Marivan, vários curdos presos pelas autoridades centrais foram soltos na terça-feira após uma marcha de protesto de sete mil curdos, que cobriram uma distância de cerca de 150 quilómetros para exigirem a sua libertação.

ÁFRICA

Começou a cimeira da Commonwealth

• Thatcher submetida a fortes pressões

O presidente Kaunda da Zâmbia inaugurou hoje, em Lusaka, a cimeira de chefes de Estado da «Comunidade Britânica» desferindo um ataque contra o novo Governo da Rodésia - Zimbabwe. No seu discurso, Kaunda, considerou o Executivo de Abel Muzorewa como uma fonte de instabilidade e afirmou que a África Negra se encontrava unida atrás dos guerrilheiros da Frente Patriótica que lutam para derrubar o seu regime.

As questões da África Austral e nomeadamente o problema rodesiano são, de resto, os pontos principais da agenda desta 22.ª Conferência da «Commonwealth». Espera-se que a delegação britânica dirigida por Margaret Tatcher seja submetida a enormes pressões e mesmo ameaçada de eventuais represálias se continuar a defender o levantamento de sanções a Salisbúria e, por maioria de razão, se reconhecer o seu actual Governo.

Contudo, o presidente zambiano insistiu em declarações públicas proferidas nos últimos dias, que a Comunidade Britânica que integra 41 nações e representa um quarto da população mundial, não deve cindir qualquer que seja a posição da Grã-Bretanha.

Um outro acontecimento vai certamente contribuir para a vivacidade dos debates. Trata-se da decisão da Nigéria de nacionalizar o capital da «British Petroleum» da companhia «Shel BP -Nigéria Limited» cujas razões foram logo categoricamente rejeitadas pelo Governo britânico.

As autoridades de Lagos invocam como razão a autorização concedida pelo Governo britânico a «BP» para exportar petróleo do mar do Norte para a África do Sul. Mas Londres considera que a verdadeira razão é de «ordem inteiramente diferente». Tratar-se-ia de um meio de pressão sobre o Governo britânico para que este renuncie a levantar as sanções contra Salisbúria.

Chegada ao aeroporto de Lusaca da rainha Isabel II para a reunião da Commonwealth. Na foto passa revista a uma guarda de honra... de que fazem parte membros da guerrilha que ataca o regime da vizinha Rodésia

O QUE É A COMMONWEALTH

A Commonwealth, associação livre de países independentes, conta hoje 40 membros. Tinha cinco em 1946 – os domínios «brancos»: Austrália, Nova Zelândia, Canadá, África do Sul e Grã-Bretanha.

Conta perto de um bilião de habitantes de todas as raças, ou seja um quarto da população mundial. O paí mais populoso da comunidade britânica, a Índia, tem cerca de 621 milhões de habitantes. O de menor população, Nauru, no pacífico, conta 7.350.

A Commonwealth está espalhada pelo mundo em 22 repúblicas, 14 monarquias e 4 reinos «nacionais». Com excepção destes últimos, a Rainha Isabel II, que todos reconhecem como «chefe» da Commonwealth, é representada por um governador-geral em todas as capitais comunitárias.

Todos os países membros têem em comum a circunstância de terem feito parte do Império Britânico. O inglês é a sua língua oficial e corrente.

O rendimento por habitante variam muitíssimo: vem à frente Nauru, dispondo de jazigos de fosfato, aliás em vias de esgotamento, com o equivalente de 22.500 dólares americanos. e depois a Austrália com 6.990 e o Canadá com 7.930 dólares. O Bangladesh – antigo paquistão oriental – é o mais pobre, apenas com 90 dólares.

Em 1961, a África do Sul, perante a reprovação de que era alvo a sua política de apartheid, saiu do Commonwealth.

Em 1971 o Paquistão fez igualmente as suas malas, para protestar contra o reconhecimento do Bangladesh por certos países membros.

EUROPA

Madrid sob o terror das ameaças bombistas

Depois do terror das bombas no domingo, Madrid tem estado nestes últimos dias sob a ameaça do terror telefónico.

Mais de sessenta chamadas telefónicas com alarmes falsos foram recebidos nos dois últimos dias pela polícia madrilena.

Os departamentos mais afectados têm sido organismos públicos, sobretudo o metropolitano, estações de autocarros, comboios, aeroportos, tribunais, comissariados de guarda e estacionamentos públicos de automóveis no centro da cidade, provocando um natural pânico na evacuação das pessoas.

Todas as ameaças têm sido falsas. Ontem o aeroporto de Barcelona esteve fechado durante quase uma hora, quando foi recebida uma ameaça de próxima explosão de uma bomba.

No entanto, pouco depois a polícia conseguia descobrir o telefone de onde fora feita a comunicação.

Segundo os resultados das investigações, o responsável fora uma criança de 14 anos e a polícia multou os pais em 500 mil pesetas.

Os lugares mais destacados ontem objecto de ameaças falsas de colocação de bombas foram o Ministério das Obras Públicas, que foi totalmente evacuado, assim como o edifício dos Tribunais na Praça de Castilla e uma linha de metro. Entretanto o Governo promete actuar com mais dureza.

Os jornais publicaram fotografias de seis militantes da ETA Político-Militar, pedindo a colaboração para a sua localização.

Entretanto, o Ministério do Interior oferece recompensas pecuniárias que vão de quinhentas mil a dois milhões de pesetas, a quem colabore com informações que conduzam à sua captura.

Confirma-se, por outro lado, que esta escalada de violência desencadeada pela ETA Político-Militar corresponde a possíveis divergências internas, depois de um sector, principalmente o «político», defender e apoiar a aprovação do estatuto de autonomia basca, com o que não estariam de acordo com sectores mais radicais. Consta, inclusive, que alguns se teriam passado pra a ETA-Militar.

Assim, as posições da ETA, a sua evolução e próximas acções, são, de momento, ainda uma incógnita.

ETA-PM CONDENA À MORTE O GOVERNADOR CIVIL DE MADRID

«Para a ETA Político-Militar o Governador Civil de Madrid, Roson, está desde já condenado à morte: sacrificou cinco vidas humanas a fins obscuramente pessoais».

Isto foi o que indicara representantes da organização separatista basca, numa entrevista ao jornal parisiense «Libération» sobre os três atentados cometidos no domingo em Madrid.

«Roson – prosseguem os entrevistados – quis aproveitar a oportunidade que lhe era oferecida para duma cajadada matar dois coelhos: desacreditar a autoridade de Suarez, mostrando que o estatuto de autonomia não impedia o reino do terrorismo, e a ETA, provando à opinião pública que as suas acções descambam para uma violência cega».

«O silêncio de Roson que fora previamente avisado das explosões, explica-se por este duplo cálculo ignóbil», sublinham os representantes separatistas bascos acrescentando: «O nosso erro foi o partido crer por unanimidade do poder face ao problema basco e ao estatuto de autonomia».

A esquerda podem ver-se Maria del Carmen López Anguita e Alfonso Rodriguez Garcia, os dois importantes dirigentes do misterioso GRAPO recentemente detidos pela polícia espanhola confessaram ser os autores de inúmeros actos de terrorismo entre os quais o atentado no café «Califórnia-47» e o assassínio do general Augustin Moñoz Vásquez. À direita estão algumas das armas capturadas no andar em que se encontravam os dois detidos, na R. Isla Arosa, em Madrid.

REFERENDO EM OUTUBRO NO PAÍS BASCO

O referendo popular no País Basco sobre o estatuto de autonomia terá lugar no mês de Outubro e as eleições para o parlamento Basco em Janeiro de 1980 se, entretanto, for aprovada a lei orgânica prevista na Constituição sobre este tema.

Esta foi a decisão do Conselho Geral Basco, órgão máximo da autonomia daquele território.

POLICIAL FERE PRESIDENTE DE MUNICÍPIO

Um elemento da Guarda Civil espanhola feriu gravemente a tiro o presidente do município de Abrera, Manuel Lopez Lozano, tendo-se ontem registado várias suspensões de trabalho, na região, em sinal de protesto contra o incidente.

Lozano, no momento em que foi atingido, encontrava-se como medianeiro entre operários de uma fábrica e o respectivo patrão, envolvidos num conflito de trabalho.

GRÃ-BRETANHA

Diminui confiança dos "homens de negócios"

A confiança dos homens de negócios britânicos decresceu consideravelmente, de acordo com uma análise publicada hoje, que prevê perspectivas sombrias para a indústria inglesa nos próximos meses.

Os resultados do estudo, efectuado pela principal organização do patronato, a Confederação da Indústria Britânica foram um choque para o Governo conservador, que ganhou as eleições gerais de Maio com a sua promessa de estimular a livre iniciativa e incentivar as empresas privadas.

Um problema que ressalta no documento é a recente valorização da libra esterlina nos mercados monetários mundiais.

A ascensão da moeda britânica nos últimos meses tornou as exportações ingleses mais caras para os clientes estrangeiros e a análise mostra que o optimismo sobre as perspectivas das exportações atingiu o seu ponto mais baixo de sempre.

A CBI, apurou que nos últimos três meses as esperanças na expansão das exportações decresceram em 47 por cento das firmas, ao passo que só sete por cento se mostraram mais optimistas.

A libra sofreu hoje uma queda acentuada nos mercados de câmbios devido à renovada força do dólar, causada pelas novas garantias de Washington relativamente à estabilidade monetária e à inflação.

ITÁLIA

DC renuncia a vários Ministérios

A Democracia Cristã vai renunciar a vários ministérios do próximo gabinete com o fim de acelerar a conclusão da crise política – soube-se hoje em Roma.

Deste modo, prevê-se que na lista de ministros do democrata-cristão Filipo Maria Pandolfi, encarregado de formar governo, não figurem nomes que integram o governo, ainda em funções, de Giullio Andreotti.

Pandolfi mostra-se interessado em formar um executivo com tecnocratas politicamente não envolvidos.

Espera-se também que os liberais consigam os seus propósitos de participação governamental, única forma de se comprometerem numa ligação parlamentar com a Democracia Cristã.

Socialistas, republicanos e sociais-democratas deverão integrar também o novo gabinete.

O Governo Pandolfi será um «governo de trégua», como ele próprio o definiu, e que durará até ao final do ano, quando a Democracia Cristã introduzir alterações, a nível de direcção. após o Congresso do partido.

RODÉSIA

Sithole regressa ao Parlamento

O dirigente rodesiano negro Ndabaningi Sithole renunciou a levar por diante o boicote ao parlamento de Salisbúria, iniciado em Abril na sequência das eleições gerais, e decidiu ocupar com o seu partido os doze assentos a que tem direito na Assembleia Nacional.

Em declarações à Imprensa, Sithole – um dos subscritores do chamado «Acordo Interno» em tempos firmado com o ex-primeiro-ministro rodesiano Ian Smith – sublinhou que, não obstante manterá a acusação de «graves irregularidades» nas eleições de Abril.

Despenhou-se avião com 47 passageiros

Quatro passageiros mortos 16 desaparecidos e 27 salvos, tal é o balanço do acidente aéreo ocorrido no mar perto de Lerwick, nas ilhas Shetland, Norte da Escócia, indicou em Aberdeen a companhia «Dan Air» proprietária do avião.

O aparelho, um biturbopropulsor «HS-748» transportava de Lerwick para Aberdeen empregados das instalações petrolíferas das ilhas Shetland.

VINTE MORTES

Morreram pelo menos 20 pessoas e muitas outras ficaram feridas hoje num incêndio que se declarou num «motel» de Cambridge, no centro de Ohio, soube-se de fonte oficial.

O chefe da Polícia da cidade, Wayne Barnes, declarou que os bombeiros pensam encontrar ainda outras vítimas nos escombros.

Não foram por enquanto determinadas as causas do incêndio.

Hoje

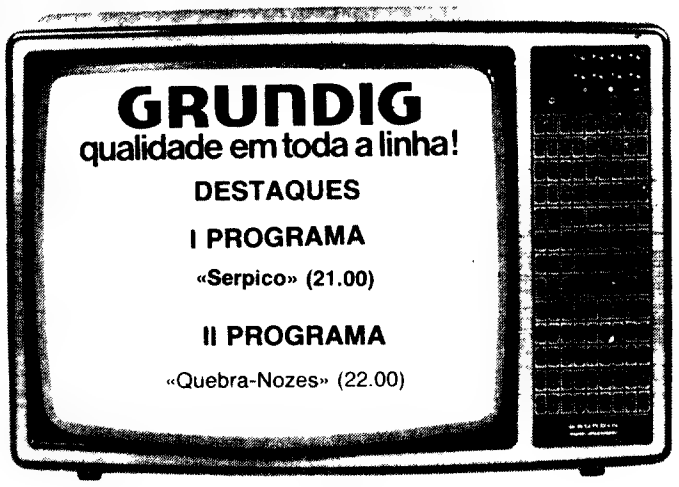
«Serpico»

I PROGRAMA

18.30 **«Chapéu de Coco e Narigudo»** – 2.ª parte.
19.00 **País, País**
19.30 **Música para Todos** – canções de Richard Strauss.
20.00 **Jornal RTP/1**
20.30 **Manuel e Beatriz**
20.35 **Jogos sem Fronteiras** – documentário sobre a equipa do Funchal.
20.50 **O Tempo**
21.00 **«Serpico»** – 1.º episódio intitulado «O Jogo da Verdade». Intérpretes: David Birney, Bent Young, Tonn Atkins e Walter McGim.
22.50 **24 Horas**
23.05 Fecho

II PROGRAMA

20.30 **«Dona Bárbara»** – episódio n.º 16.
21.30 **Informação/2**
22.00 **Bailado** – «Quebra-Nozes».
23.00 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

19.00 Clube do Rato Mickey, **19.25** Manuel e Beatriz, **19.35** País, País; **20.00** Jornal RTP/1, **20.30** Disco Magic, **21.00** Boletim Meteorológico, **21.05** Letras Maiúsculas, **21.30** Fila 1 – «Feliz Natal Avozinha» **23.00** 24 Horas; **23.15**: Fecho

II PROGRAMA

20.30: «D. Barbara» – episódio n.º 17, **21.30** Informação/2, **22.00**: «Uma Família Veneziana» – 4.º episódio, **23.00** Fecho

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Almodovar em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP — Zona de Distribuição Alentejo Algarve, a que se refere o processo 8/65 197 Arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Almodovar, de linha aérea a 15kV com 1413 metros, do poste n.º 249 da linha Ajustrel - Almodovar ao Posto de Transformação 3 de Almodovar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 24 de Julho de 1979.

PEL'O ENGENHEIRO-CHEFE
Joaquim Gonçalves dos Santos

DESCENTRALIZAÇÃO TEATRAL

Évora forma actores

O teatro português passou a contar com sete novos actores preparados na Escola de Formação do Centro Cultural de Évora (CCE).

A Escola de Formação de Actores do CCE, criada em Novembro de 1975 e actualmente dirigida por Luís Varela, da companhia de teatro do Centro Cultural, formou até agora, em três cursos, 27 profissionais de teatro.

Sobre a criação desta escola de formação de actores, Luís Varela disse à ANOP que surgiu com o objectivo da descentralização teatral e aproveitando o conhecimento estreito que os quatro fundadores tinham das experiências de descentralização teatral noutros países, nomeadamente em França.

Todos os fundadores, acrescentou, frequentaram como alunos ou como trabalhadores o Teatro Nacional de Estrasburgo, «grande escola de descentralização do teatro francês».

Depois de considerar estes factores decisivos para a abertura da escola do CCE, Luís Varela sublinhou que, ao contrário do que sucedeu com as outras companhias de descentralização, foi em Évora que se conseguiu juntar uma equipa de pessoas com formação especializada.

O dirigente da escola de formação de actores referiu ainda que o Conservatório não pode ser a única escola de formação de profissionais de teatro num «país onde surge uma realidade nova e que, quantitativamente, já é dominante: a descentralização teatral».

«Com o aparecimento de um novo modo de organização da vida teatral – continuou Luís Varela – tem que surgir uma escola que se adapte a essa realidade».

Após fazer o balanço de quatro anos de actividade da escola, que considerou simultaneamente positivo e modesto (em quatro anos formaram-se 27 actores), Luís Varela adiantou que «o mesmo é à medida das disponibilidades materiais e humanas da escola, pois não podemos formar, por falta de condições, mais que dez alunos em cada ano».

Sobre a colocação dos novos actores, declarou que «os alunos que foram formados nos dois primeiros grupos, e até mesmo os deste último, não têm qualquer dificuldade em arranjar emprego nas companhias».

«A única dificuldade que se depara aos novos actores é a escolha da companhia em que estão interessados em ingressar, pois são muitas as solicitações que lhes foram endereçadas mesmo antes de concluirem o curso» – precisou.

Sobre a duração dos cursos – os dois primeiros foram leccionados no período de um ano, enquanto o que recentemente terminou teve a duração de dois – o responsável pela escola do CCE referiu que, no momento actual, a formação de actores deveria prolongar-se por três anos, «meta a atingir a curto prazo».

Os sete novos actores formados pela escola – Adelaide Seabra, Ana Meira, Isabel Roxo, José Alegria, José Mascarenhas, José Russo e Santos Silva – apresentaram recentemente, em Évora, no Teatro Garcia de Resende, o seu espectáculo de fim de curso, representando a peça de Goldoni «A Estalajadeira».

Sobre a escolha do espectáculo, o encenador Mário Barradas, director do CCE, disse à ANOP que «A Estalajadeira» (com cenários de Manuel Costa Dias) é uma peça que reúne «todas as condições para os alunos porem em prática um máximo de conhecimentos e de linhas de aprendizagem dos dois anos de curso».

«Trabalhámos os alunos nesta direcção, fazendo com que o dispositivo cénico não sobrecarregue completamente o palco, para basear todo o jogo no exercício e na capacidade expressiva dos alunos».

Zeca Afonso em Espanha

O cantor popular Zeca Afonso vai actuar em Espanha, na Galiza, nas festas da cidade de Vigo, a 9 de Agosto, e em Cangas de Morrazo, no dia 11.

No dia 5 participará em Vila Real de Santo António na festa da Paz e Cultura, organizada pelo Conselho Mundial para a Paz e Cooperação, onde estarão também Sergio Godinho, Vitorino, Fanhais e José Fanha, todos da cooperativa de animação cultural «Eranova».

Esta cooperativa leva no dia 2 à Faculdade de Letras de Lisboa Francisco Fanhais e Afonso Dias que actuarão perante estudantes dos cursos de Verão.

Fanhais estará ainda presente nas festas de Paio Pires e nas festas populares de Assilhe (Albergaria-a-Velha), a 6 e 8, respectivamente.

A GRANDE, INTERNACIONAL E MÁGICA COMPANHIA DE CIRCO DE MADAME TEXAS NA CASA DA COMÉDIA — TEATRO DE BOLSO DE LISBOA
Rua S. Francisco de Borja, 22/24
Diariamente às 21.30 (folga às terças-feiras) marcações pelo tel. 607299
Um espectáculo de FILIPE LA FÉRIA
desconto 40% p/estudantes sub. da SEC e Fundação Gulbenkian
Até 15 de Agosto

DEVIDO AO ÊXITO ALCANÇADO

"A Gruta" continua em cena

Devido ao êxito alcançado, «Os Saltitões» continuam a apresentar «A Gruta», criação teatral de José Valentim Lemos e José Gil, durante os meses de Agosto e Setembro, com a colaboração das autarquias locais, paralelamente aos ensaios da nova montagem «Senhor Ubu», de Alfred Jarry, numa tradução de Alexandre O'Neill e Luís de Lima.

Isabel de Castro, prémio da melhor actriz de 1978, será a senhora Ubu ao lado de João Lagarto, o senhor Ubu.

Crítica de teatro

CARLOS PORTO

Setúbal e Bucareste no IV Festival de Teatro na cidade sadina

O IV Festival de Setúbal manteve-se até ao final com as características que lhe assinalámos: interesse dos espectáculos, afluência do público, organização eficaz.

Um dos aspectos a sublinhar diz respeito, por um lado, à intrusão entre teatro amador e teatro profissional, graças à inclusão dos dois grupos de amadores (um de Lisboa e o outro de Setúbal) e, por outro lado, à presença do teatro estrangeiro, representado por um grupo sevilhano e por uma companhia romena.

TEATRO DE ANIMAÇÃO DE SETÚBAL: MARIVAUX

O grupo da casa apresentou, em estreia, um espectáculo com a conhecida peça de Marivaux, «O Jogo do Amor e do Acaso», em versão portuguesa, teatralmente correcta, de Alberto Gortler, e com encenação de Carlos César.

A obra de Marivaux (1688-1763) surge como um teatro de transição entre o classicismo francês, representado por Corneille, Racine e Molière, e o drama burguês de Diderot e o teatro de tendências sociais de que Beaumarchais foi a figura mais importante.

O facto de Marivaux ter escrito para uma companhia italiana, «Novo Teatro Italiano», explica certas características dos seus textos, que os aproximam da «Commedia dell'Arte». Dramaturgo do amor, Marivaux foi também o dramaturgo do duplo jogo, de que é exemplo eloquente a peça representada pelo T.A.S., peça sobre o fingimento, sobre o teatro que os homens se dão em sociedade. Esse aspecto do teatro no teatro, a finura da caracterização humana e social das personagens, os jogos dramáticos que ficaram conhecidos por «marivaudage» definidores da linha cénica do teatro de Marivaux, explicam o atractivo que este tem exercido sobre encenadores contemporâneos, como é o caso de Patrice Chéreau.

O T.A.S. contou para o êxito do seu espectáculo com um trunfo de peso: o cenário natural dos claustros e do próprio interior do Convento de Jesus em que o incrustou. Utilizando a luz exterior e interior de maneira a ralçar a presença do «décor» (incluindo o projecto sobre o relógio de sol), reduzindo os elementos «teatrais» ao mínimo (uma mesa, cadeiras, um belo pombal que permitiu um jogo interessante entre as personagens e as aves brancas), Carlos César construiu um belo espectáculo, embora muito preso ao local onde foi criado.

Pode dizer-se que os intérpretes não representam tão bem como o cenário – e como poderiam fazê-lo? O texto exige uma subtileza, uma finura na dupla representação que propõe, de que poucos foram capazes.

O espectáculo mostra por vezes um engrossamento de traço que implica uma concepção à portuguesa do humor do texto, sobretudo nas cenas em que esse humor mais fortemente ressalta (como é o caso das cenas dos criados). Esta reserva não invalida, porém, o interesse desta prova do Teatro de Animação de Setúbal perante um texto cujas dificuldades decorrem da sua aparente simplicidade.

Clara Rocha dominou o espectáculo porque conseguiu encontrar o tom justo, o rigor, a medida da personagem. Alexandre Sousa não conseguiu exprimir as «nuances» de Dorante embora o seu trabalho não traísse o que neste há de mais evidente. Maria Simões, com vestidos que a prejudicaram muito, Astrúbal Teles Pereira, mantendo um humor certeiro, Carlos Rodrigues, cujo talento nem sempre serviu da melhor maneira a personagem, João Manuel e Gil António, correctos, completam um elenco que, apesar de tudo, mereceu os apalusos do público (1).

TEATRO GIULESTI: CARAGIALE

Do autor romeno Ion Luca Caragiale (1852-1912) pouco mais se sabe em Portugal para além do facto de ser autor da farsa «A Carta Perdida», tantas vezes representada por profissionais e amadores.

Caragiale é, no entanto, autor de outras obras de teatro (para não citar os seus romances), entre as quais se citam como sendo modelos do género: «Noite de Tempestade», «Leónida perante a Reacção», «Cenas do Carnaval». Sátiras realistas, que marcaram o teatro dos finais do século XIX, as peças de Caragiale «impuseram aos actores romenos um estilo de representação que os preservou, no futuro, do burlesco e do exagero», nas palavras de um teatrólogo romeno.

Caragiale, que fazia parte de uma família de actores, foi director do Teatro Nacional de Bucareste, onde chegou a codirigir algumas peças, além de ter sido crítico dramático conceituado.

A peça que o Teatro Giulesti, uma das mais categorizadas trupes romenas, trouxe a Portugal, foi a única que escreveu no seu género e a última que nos deixou. «Napásta» (A Desgraça) é considerada, pelos historiadores, uma tragédia embora a meu ver se aproxime mais do melodrama do que da tragédia. Isto, apesar dos aspectos que podem identificá-la como tal: pequeno número de personagens, tempo e espaço circunscritos, condições de um destino implacável que caracterizam a sua intriga.

«O jogo do amor e do acaso», pelo TAS

«A Desgraça» decorre numa aldeia de camponeses pobres na segunda metade do século XIX. São quatro as suas personagens em cujos nomes há ressonâncias mitológicas: Anca, Ion, Dragomir e Ghorghe. O primeiro marido de Anca, Dumitru, foi assassinado há nove anos, em circunstâncias que não foram devidamente esclarecidas. Ion, guarda florestal, foi considerado o assassino e condenado a vinte anos de prisão. Cruelmente torturado para que confessasse um crime que não cometera, Ion enlouquecera na cadeia e é nessa situação que surge em cena. Dragomir ama Anca e convence-a a casar-se com ele, um ano depois da morte do marido. Anca aceita a proposta unicamente porque está convencida da culpabilidade de Dragomir e está disposta a todos os sacrifícios para conseguir a sua confissão. Ghorghe, professor na aldeia, também ama Anca e é ele quem vai desencadear o desfecho da tragédia ao levar a notícia de que Ion fugira da cadeia.

Ion chega a casa de Anca e esta consegue ter a certeza de que não fora ele que matara o marido. Será entre ele e o casal que o drama se desenrolará de forma implacável conduzindo ao suicídio de Ion e à autodestruição de Dragomir que acaba por confessar o seu crime.

Num cenário muito simples, onde havia a austeridade exigida pelo texto, tendo ao centro uma mesa comprida construída em madeira grossa, lugar do sacrifício, marcando muito bem através dos fatos, da iluminação, da ambiência geral, não só a gestualidade das personagens como a própria característica trágica que se quis ver na obra de Caragiale, o espectáculo romeno evolui de forma crescente até atingir o clímax final. O encenador conseguiu marcar eficazmente os tempos dramáticos, o que permitiu aos intérpretes modular as tensões propostas pelo texto.

Os actores caracterizaram os aspectos conflituais de natureza instintiva, a energia interior das personagens, contribuindo de forma decisiva para o interesse e qualidade deste espectáculo. O trabalho de Dorina Lazár (Anca) e Florin Zamfirescu (Ion) pareceu-me exprimir com mais riqueza as matizés das personagens. Dois grandes actores, tanto quanto me pareceu. Menos convincente, por menos nuançado, o trabalho de Corneliu Dumitras (Dragomir) bem como o de Gelu Nitu (Gheorghe).

Acompanhado pelo público através de auscultadores, o espectáculo romeno demonstrou o interesse de trazer a Portugal companhias de qualidade cujo trabalho permite alargar o nosso horizonte de espectadores de teatro. (2)

(1) «O Jogo do Amor e do Acaso», de Marivaux. Tradução Alberto Gortler. Encenação Carlos César. Assistente Gil António. Figurinos: Asdrubal Teles Pereira. Interpretação: Clara Rocha, Maria Simões, Asdrúbal Teles Pereira, João Manuel, Gil António, Alexandre Sousa, Carlos Rodrigues. Teatro de Animação de Setúbal. 7-1979

(2) «A Desgraça» de Ion Luca Caragiale. Encenação: Alexa Visarion. Cenário: Vittorio Holtier. Interpretação: Dorina Lazar, Corneliu Dumitras, Florin Zamfirescu, Gelu Nitu. Teatro Giulesti (Bucareste). 7-1979

DISTRIBUIDORES REUNIDOS

Muitos dos problemas dos casais de hoje!

A nevrose sensual do homem, a escravidão psicológica da mulher!

BEKIM FEHMIU
ELEONORA GIORGI

DISPOSTA A TUDO

(READY FOR ANYTHING)

LAURA DE MARCHI • BARBARA MAGNOLFI

Realização de GIORGIO STEGANI · COLORIDO

3.ª SEMANA NO ODEON

INTERDITO a menores de 18 anos

V FESTIVAL DE MÚSICA DA COSTA DO ESTORIL

ORGANIZAÇÃO DA JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL

com a colaboração da:

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA,
DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO,
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, FUNDAÇÃO GULBENKIAN
e ESTORIL SOL, S.A.R.L.

PAVILHÃO DE CONGRESSOS
4.ª-FEIRA, 1 DE AGOSTO

ESTORIL 21.30

maestro: ÁLVARO SALAZAR
piano: JOSEF PALENICEK
percussão: J. PEDRO ROPERO
GRUPO DE METAIS DE LISBOA
GRUPO DE CÂMARA DO F.M.C.E.
obras de: VARESE, JANACEK, BERTOMEU E BARCE

PAVILHÃO DE CONGRESSOS
5.ª-FEIRA, 2 DE AGOSTO

ESTORIL 21.30

oboé: BRUNO PIZZAMIGLIO
viola: ANA BELA CHAVES
piano: OLGA PRATS
obras de: TELEMANN, BACH, MILHAUD E DONIZETTI

Preço 80.000 – 50% de desconto para estudantes e sócios da J. M. P., A. P. E. EM., OJS, INATEL e Sindicatos da Indústria Hoteleira – Bilhetes à venda na Junta de Turismo de Costa do Estoril.

NOTARIADO PORTUGUÊS
CARTÓRIO NOTARIAL DE MAFRA

A CARGO DA LICENCIADA EM DIREITO — MARIA JOSÉ PIMENTEL PIQUEIRA E SILVA

CERTIFICO para efeitos de publicação que por escritura de 27 de Julho de 1979, exarada de folhas 8 v.º a fls. 9 do livro B-80, de «Escrituras Diversas», deste Cartório, foi outorgada uma escritura de «Habilitação de Herdeira», por óbito de ANTÓNIO BERNARDO ANTUNES, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa, onde residia na Avenida da Liberdade, número 198, rés-do-chão direito, falecido em 7 de Outubro de 1977. Mais certifico que na referida escritura foi declarada única herdeira do falecido sua mãe PRUDÊNCIA ANTUNES que, também, usa o nome de Prudência Bernardo Antunes, viúva, natural da freguesia e concelho de São Tomé, Ilha de São Tomé, República Popular de São Tomé e Príncipe, residente na mencionada Avenida da Liberdade, número 198, rés-do-chão direito.

É CERTIDÃO DE NARRATIVA PARCIAL que fiz extrair a qual vai conforme ao original, nada havendo na parte omitida da referida escritura que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Cartório Notarial de Mafra, vinte e sete de Julho de mil novecentos e setenta e nove.

O 2.º AJUDANTE,
Maria Luísa da Conceição Miranda

ATLETISMO

TORRENTE DE VEDETAS NA "TAÇA DA EUROPA"

Dezasseis selecções de onze países participam na 7.ª edição da final da Taça da Europa de Atletismo «Bruno Zauli», que se disputa em Turim (Itália) nos próximos dias 4 e 5.

A União Soviética, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, Polónia, França, Jugoslávia e Itália são os países concorrentes à competição masculina.

Em femininos participam a União Soviética, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, Polónia, Bulgária, Roménia e Itália.

Para se apurarem as oito selecções finalistas disputaram-se três meias-finais nos dias 30 de Junho e 1 de Julho em Ludenscheid (RFA), Malmo (Suécia), e Genebra (Suíça) para equipas masculinas e em Sófia (Bulgária), Sittard (Holanda) e Cumbran (País de Gales) para femininas, nas quais ficaram apurados os dois primeiros classificados de cada meia-final.

A Jugoslávia e a Roménia ganharam direito de concorrer por terem vencido a final «B» em Karlovac (Jugoslávia) e Antony (França).

A Itália, como país organizador, ficou automaticamente apurada para a final.

O Estádio de Turim, que foi palco dos primeiros campeonatos da Europa em 1934, será o cenário desta prova, que se realiza nos anos ímpares.

A URSS e RDA são as equipas favoritas em masculinos e femininos, apesar da crescente subida de nível da RFA e da Grã-Bretanha, em ambos os sectores.

Vários recordistas mundiais, europeus, campeões olímpicos e europeus integram as 16 selecções que, a partir de hoje, começam a chegar a Turim.

Grã-Bretanha e RFA apresentam o melhor conjunto de fundistas, onde se salienta Sebastian Coe, recordista mundial dos 800 metros (1.42,4) e milha (3.49,0) e Brendan Foster, recordista europeu dos 10 000 metros (27.30,5), Karl Fleschen nos 5000 metros (13.13,3), Frank Zimmermann nos 10 000 metros (27.42,8) e Wessinghage (3.38,9) contra Moorcroft (3.37,4) nos 1500 metros.

No sector dos concursos, as equipas do Leste europeu detêm a hegemonia técnica das respectivas especialidades. A URSS alinhará com Grigoriev (2,30) no salto em altura, enquanto a RDA apresenta como pontos fortes o lançamento do peso e do disco por intermédio dos recordistas mundiais Beyer (22,15) e Schmidt (71,16).

O italiano Pietro Mennea é o grande «out-sider» para as provas de velocidade (100 e 200 metros), enquanto nos 400 metros barreiras Arkipenko (URSS) e Harald Schmidt (RFA) são os principais candidatos à vitória.

Na competição feminina, os títulos individuais devem ser repartidos pelas representantes da URSS e RDA, com a possibilidade de a Itália conquistar um triunfo no salto em altura (por Sara Simeoni, recordista mundial com 2,01 metros) e da Grã-Bretanha poder discutir a vitória no dardo, com Teresa Sanderson, medalha de prata nos campeonatos da Europa.

Marita Koch (RDA) que, no domingo, melhorou o seu próprio recorde mundial dos 400 metros, será a grande «estrela» da prova, em compita com a «veterana» polaca Irena Szewinska.

A Taça da Europa «Bruno Zauli» teve início em 1965 e ao longo das seis edições da prova a URSS venceu três vezes em masculinos (1965, 1967 e 1973) e duas em femininos (1965 e 1967).

A RDA conquistou os restantes triunfos em homens e senhoras, averbando três vitórias em masculinos (1970 1975 e 1977)e quatro em femininos (1970, 1973, 1975 e 1977).

JUANTORENA DOENTE

O cubano Alberto Juantorena, campeão olímpico dos 400 e 800 metros, estará ausente das principais provas de atletismo até final da temporada, devido a problemas de saúde.

Juantorena tem-se debatido desde o princípio da época com vários problemas que o impedem de treinar com a regularidade e intensidade necessárias. Primeiro, contraiu uma lesão no tendão de Aquiles da perna esquerda e depois começou a sofrer de úlcera duodenal. Presentemente, sofre de uma lesão num músculo de uma perna e foi-lhe receitado repouso de 21 dias, o que o obrigará a alterar o sistema de preparação, impedindo-o de participar na Taça do Mundo e na Universíada do México.

O atleta cubano assinalou que tenciona descansar até final da temporada, para depois iniciar o trabalho de preparação para os Jogos Olímpicos de Moscovo (em 1980) que marcam o fim da sua carreira desportiva.

Juantorena tencionava defender os seus títulos de campeão do mundo durante a Taça do Mundo, que se disputa em Montreal (Canadá), em Agosto, e o dos 800 metros na Universíada do México, que se desenrola de 2 a 13 de Setembro.

Referindo-se à sua actuação nos recentes Jogos Pan-Americanos, em que obteve duas medalhas de prata, o corredor cubano declarou que a Imprensa foi injusta para com ele.

«Sempre abanei a cabeça quando corro. É um mau hábito, mas sempre que ganhei corridas ninguém se referiu a esse aspecto. Agora dizem que faço isso porque menosprezo os adversários. Isso não é verdade», sublinhou.

Juantorena referiu que não estava na plenitude da sua forma durante os Pan-Americanos e isso se ficou a dever exclusivamente às lesões.

«Tenho o compromisso de revalidar os títulos olímpicos em Moscovo e para isso vou aplicar-me com entusiasmo», concluiu.

SENA NA ENCRUZILHADA

José Sena, o portista que acaba de bater o máximo nacional dos 3000 metros obstáculos, declara hoje no nosso camarada «Mundo Desportivo»: «Gostaria de ingressar no Benfica, porque no Norte estou isolado.»

PORTUGUESES NOS EUROPEUS

Nos campeonatos europeus de juniores, vão estar presentes seis portugueses que iniciam hoje o seu estágio: Maria João Lopes (Benfica), Humberto Sequeira (Sporting), António Leitão (Sporting de Espinho), Guilherme Alves (Clube de Atletismo do Porto), Ezequiel Canário (Sporting Farense) e Américo Brito (Amora).

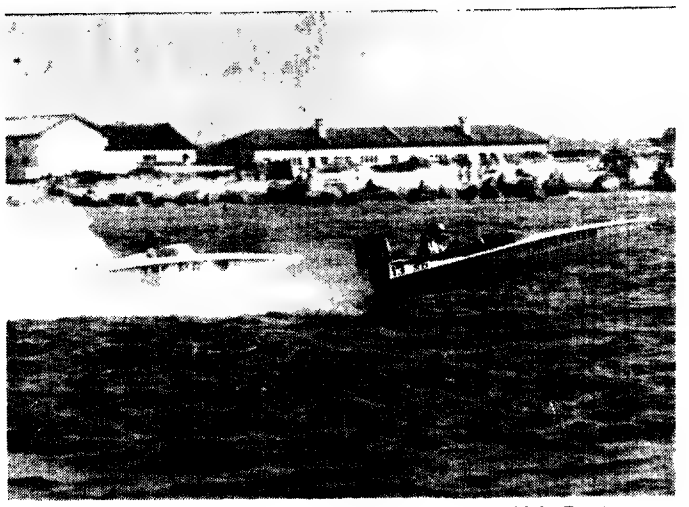
INAUGURAÇÃO DA PISTA DE VILAMOURA

Numa organização conjunta da Delegação Regional de Faro da DGD, Associação de Atletismo de Faro, Grupo Desportivo de Vilamoura, INATEL e Com. Dist. de Juízes e Cronometristas de Atletismo de Faro, vai disputar-se um torneio de atletismo para abertura à prática desportiva da pista de atletismo de Vilamoura, o qual decorrerá no próximo dia 4 (sábado) pelas 10 horas.

Conforme tem vindo a ser divulgado, o Inatel vai levar a efeito, pela quarta vez consecutiva, o seu Torneio Internacional de Atletismo que terá lugar no Estádio Primeiro de Maio (em Lisboa) no dia 23 de Setembro.

Para além da equipa representativa do Inatel, dá-se já por certa a presença de cerca de 60 atletas das seguintes Uniões filiadas no Comité Sportif International du Travail (C.S.I.T.): Dai (Dinamarca) Hapoel (Israel), Nacai (Irlanda), CGST (Bélgica), U.I.S.P. e A.I.C.S., (ambas da Itália), o que valorizará incontestavelmente o nível técnico-desportivo do referido torneio.

A equipa do Inatel será constituída por trabalhadores-atletas a serem seleccionados oportunamente por um comité para isso formado, o qual terá em atenção os resultados obtidos pelos participantes do campeonato nacional de Atletismo do Inatel e as marcas alcançades pelos seus atletas nas provas em que participaram no estrangeiro, durante a presente temporada.



José Navalho, João Fernandes, Carlos Miranda, Mário Pestana e Carlos Mendes venceram as diversas classes do IV Grande Prémio da Figueira da Foz, em motonáutica, disputado no passado fim-de-semana, numa organização do Ginásio Clube Figueirense e da Federação

MODALIDADES EM DESFILE

CICLISMO

Com a colaboração da Direcção-Geral dos Desportos e do Grupo Ciclista do Linhó, o Estoril Sol leva a efeito, no próximo domingo, o «3.º Grande Prémio Estoril Sol», prova ciclista que se disputará nos arruamentos do parque do Casino.

A corrida destina-se a jovens de ambos os sexos, dos 4 aos 19 anos, que serão agrupados por escalões etários. As inscrições, que são gratuitas, devem ser feitas no Departamento de Promoção e Publicidade do Casino Estoril ou no Grupo Ciclista do Linhó.

VOLEIBOL

Os jogos para o campeonato europeu de juniores masculinos de voleibol em Viana do Castelo constituem a primeira manifestação desportiva de âmbito internacional realizada naquela cidade.

No distrito de Viana do Castelo, o voleibol federado começou a praticar-se em 1969, em Vila Praia de Âncora, mas manteve-se em actividade durante apenas um ano.

Em 1971, a modalidade surgiu em alguns estabelecimentos de ensino. Mas, foi no ano de 1972 que o voleibol conheceu o arranque definitivo em Viana do Castelo, para o que contribuiu a constituição de uma equipa de juniores masculinos no Liceu Nacional da cidade.

Em 1973, formou-se o Sport Clube Vianense, clube que actualmente possui quatro equipas nos vários escalões etários. Presentemente, existem cinco clubes filiados na Associação de Desportos de Viana do Castelo, que movimentam nove equipas de voleibol. Existem (ainda) vários núcleos ou clubes com actividade regular (não federados) movimentando cerca de 700 atletas.

Estes núcleos ou clubes recebem o apoio material da Associação Técnica Regional, enquanto a Direcção-Geral de Desportos contribui com apoios financeiros.

BOXE

O campeão mundial dos «pesados», versão do Conselho Mundial de Box (WBC), Larry Holmes, foi ontem submetido a uma intervenção cirúrgica para ablação de um tumor benigno nas cordas vocais. Holmes foi operado pelo dr. Charles Norris, especialista da Clínica Jackson (de Filadélfia) que classificou a operação de «simples e coroada de êxito». A afecção provocara ao pugilista de 29 anos, grandes períodos de rouquidão.

O dr. Nordis pediu a Holmes para não falar nos próximos três ou quatro dias. Espera-se que tenha alta hoje, regressando a sua casa em Easton (Pensilvânia).

O «manager» do campeão, Richie Giachetti, declarou que Holmes começa a treinar-se na 2.ª feira, para a defesa do título, em 28 de Setembro, perante Ernie Shavers, de Warren (Ohio). Holmes, que defenderá pela quarta vez a coroa que arrebatou a Ken Norton (em Junho de 1978) ainda não foi derrotado em 31 combates profissionais, 22 dos quais venceu por K. O.

A Federação Portuguesa de Box reúne em assembleia geral no próximo dia 18, para eleição dos corpos gerentes e aprovação e discussão do relatório e contas. A reunião efectua-se na sede dos Organismos Desportivos, a partir das 16 horas.

NATAÇÃO

Vinte e três nadadores vão tentar atravessar o Canal da Mancha, nos próximos 10 dias. No grupo figuram os três mais jovens que, até agora, tentaram percorrer a extensão que separa as Ilhas Britânicas do resto do continente.

Marnus Hooper, Anne Shepherd e Devin Anderson, todos de 12 anos, tencionam arrebatar o título a Carl Benniston, que efectuou a travessia aos 13 anos, em 1978.

Outro que tem o título em perigo é o australiano Des Renford, apelidado «O Rei do Canal», devido aos seus 13 triunfos na travessia. Renford voltará a tentar nos próximos dias, aumentar o seu recorde e evitar assim, partilhar a coroa com Mike Read, que também se vai lançar às águas do Canal com a esperança de ganhar pela 13.ª vez.

XADREZ

João Sequeira empatou com o búlgaro Toschkow na partida da 4.ª jornada do campeonato do Mundo de juniores de xadrez, disputada em Skien, a 90 quilómetros de Oslo. Sequeira, que jogou com as pretas, soma três pontos ao fim de quatro jornadas. Ravi Kumar, da União Indiana é o «líder» do campeonato com quatro pontos. Participam no torneio 56 xadrezistas de 51 países.

PESCA

O belga Charles Faut, trabalhador da construção civil, reivindicou um recorde mundial de pesca à linha, com 400 horas. O anterior máximo, como está registado no «Livro Guinness de Recordes», pertencia a dois americanos que pescaram durante 360 horas em 1976. Quando terminou a sua maratona de 17 dias, Faut, de 43 anos, havia apanhado 137,75 quilos de peixe, principalmente trutas e algumas carpas.

Zoetemelk: acidente de viação

O campeão ciclista holandês Joop Zoetemelk ficou ferido sem gravidade, quando o automóvel que conduzia foi embater num camião. O acidente ocorreu ontem cerca das 14 horas, na estrada nacional 30, próximo de Ermenonville (Oise, França).

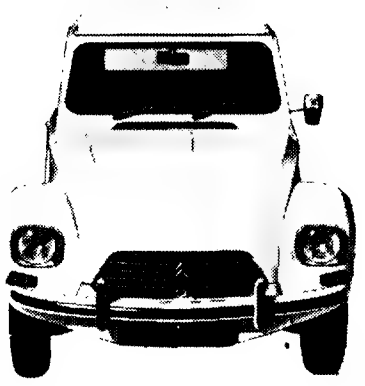
Transportado numa ambulância ao hospital de Senlis, Zoetemelk foi ali radiografado, verificando-se que os ferimentos no cotovelo eram apenas superficiais. Quanto a sua mulher, (Françoise) que o acompanhava, foi atingida nas pernas e no nariz, aguardando-se o resultado da radiografia para saber se tem ou não fractura do vómer. De qualquer modo (precisam no hospital) o casal deverá ter alta ainda hoje.

TOTOBOLA

taça internacional de futebol

aposte e habilite-se também à oferta de um automóvel

uma CITROËN ⩓ DYANE por semana a sortear nos Concursos de 1, 8, 15, 22, e 29 de Julho e 5 de Agosto



1 X 2

Jogue 8 ou mais apostas por bilhete

INFORME-SE NAS AGÊNCIAS

DC 3 — PUBLICIDADE

COLECTIVIDADES

ORIENTAL

Já tomou posse a nova direcção do Clube Oriental de Lisboa. Os novos corpos gerentes estão assim constituídos:

DIRECÇÃO: Presidente - António Joaquim da Conceição Cunha; Vice-Pres. das Actividades Administrativas - Carlos C. Casanova; Tesoureiro - Artur Ferreira; Tesoureiro Adjunto - Ricardo de Almeida Fortes; Secretário Geral - José Carlos Pinto Mateus; Secretário Adjunto - António Henriques Lourenço; Director Responsável à Sede - Augusto Nascimento Santos; Director Responsável à Subsede -Rui Vilar; Vice-Pres. das Actividades Desportivas - Armando Encarnação Alves; Directores Responsáveis ao Futebol - Moreira da Silva, Mário Cotrim, Domingos Elói, Fernando Sanches Mendes, José Manuel Martins Matos e Manuel Alberto Santos; Director Secretário ao Futebol - Arménio Duarte Carvalho; Directores ao Campo Desportivo - Manuel Costa, Alfredo Coelho da Silva e José da Guia; Director Responsável ao Andebol - Mário Morais; Director Responsável à Nautica; Henrique Manuel da C. Fernandes; Director Responsável ao Basquetebol; Mário Rui N. Bernardo; Director Responsável à Ginástica; Mário Cordeiro Morais.

DELEGADOS À FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO: Efectivo - Joaquim Fonsecaa Moita; Suplente - Alberto Anjos Rocha.

ASSEMBLEIA GERAL: Presidente - António Ferreira Moita; Vice-Presidente - Manuel Pires Paiva; 1.º Secretário - Nuno Pinheiro; 2.º Secretário - João Torga; 1.º Suplente -José Cordeiro; 2.º Suplente -Gualter Ferreira.

CONSELHO FISCAL: Presidente - Vítor Figueiredo; Secretário - Armando Lopes; Relator -João Correia; 1.º Suplente - Joaquim Cordeiro; 2.º suplente -Joaquim Gomes.

NOVO CLUBE NO ATLETISMO

Clube de Atletismo Pax-Julia é o nome de um novo clube, que deverá iniciar as suas actividades na segunda quinzena de Setembro e que tem como finalidade divulgar o atletismo na cidade de Beja, onde tem a sua sede. Esta funciona, provisoriamente, na Rua da Casa Pia n.º 15.

BIBLIOGRAFIA DESPORTIVA

SELECÇÕES DESPORTIVAS

Encontra-se já em distribuição o n.º 20 da revista mensal «Selecções Desportivas», dirigida pelo jornalista Henrique Parreirão.

Entre outros temas, avultam a figura de João Alves, Frasco, Pedroto, Jacinto João, Maradona, uma história da «Volta à França» e o «palmarés» da «Taça dos Clubes Campeões Europeus».

RÁPIDAS

ESTUDAR O FÍSICO

Oito atletas espanhóis estão a ser submetidos a controlos periódicos por investigadores para que nos Jogos Olímpicos de Moscovo, em 1980, se encontrem na melhor forma física.

Segundo os investigadores espanhóis «a incorporação da ciência no desporto abre infinitas possibilidades ao atleta, cujo ponto máximo ainda está bastante longe».

Com estes testes científicos, os investigadores espanhóis esperam descobrir nos jovens as suas melhores condições para a prática do atletismo.

As investigações decorrem no Departamento de Investigação Desportiva da Cidade Universitária de Madrid.

Futebol: recurso elvense volta à estaca zero

O Conselho Superior de Justiça reuniu-se ontem à noite para apreciação do recurso apresentado pelo «O Elvas», acerca da repetição do jogo Atlético-Almada. Aquele órgão superior do organismo federativo revogou os acórdãos do Conselho Jurisdicional e do Conselho de Disciplina, mandando baixar o processo a este Conselho para instrução do competente processo disciplinar, nos termos do Art.º 72, n.º 1 do Regulamento Disciplinar.

Logo, todo o processo voltou ao início, para ser apreciada a responsabilidade do Atlético no caso em questão, havendo possibilidade de recurso até que chegue de novo ao Conselho Superior de Justiça, para então ser dada uma decisão final. Será que atrasará mais a realização do sorteio dos Campeonatos Nacionais da 2.ª e 3.ª divisões?

ATLÉTICO PREPARA-SE

O Atlético Clube de Portugal inicia hoje à tarde, a sua preparação com vista à próxima temporada do campeonato nacional de futebol da 2.ª divisão. Um antigo futebolista do clube, Carlos Baptista, será o responsável pela equipa principal de futebol até o clube arranjar novo técnico.

VISEU EM FRENTE

O Académico de Viseu acaba de contratar o dianteiro N'habola, que estava ao serviço do Leixões.

AÇORES NOS EUA

Seguiu ontem para os Estados Unidos, a equipa de futebol do Vale Formoso, campeã micaelense da 2.ª divisão. Durante a sua digressão pelos Estados Unidos, o Vale Formoso defrontará em seis encontros, equipas de Bristol, Nova Bedford e Fall River.

CHINESES EM INGLATERRA

O presidente da Federação Inglesa de Futebol, «Sir» Harold Thompson, acaba de declarar que o futebol chinês evoluiu consideravelmente nos últimos tempos, ao longo dos quais se tornou imensamente popular na China.

«Começamos a prever uma próxima solução para o problema da adesão da China à FIFA», acrescentou «Sir» Harold Thompson.

A equipa nacional chinesa de futebol encontra-se presentemente na Grã-Bretanha, devendo estrear-se hoje com a equipa inglesa, de West Bromwich Albion, da 1.ª divisão, e defrontando seguidamente o Middlesborough, o Celtic e o Chelsea.

Recorda-se que, nos Jogos Asiáticos, de 1979, a equipa chinesa classificou-se em 3.º lugar.

LIVERPOOL FAZ DISTURBIOS

Os adeptos do Liverpool, equipa que hoje defronta o Borrusia Moenchengladbach, não seguram a impaciência com que aguardam este encontro particular, partindo ontem montras de estabelecimentos comerciais, danificando automóveis estacionados e roubando dinheiro das caixas registadoras das lojas de Bona. Muitos desses adeptos são jovens com idades entre os 15 e os 19 anos. A Polícia alemã deteve 10 dos prevaricadores.

INGLATERRA: TRANSFERE-SE «CAPITÃO» DA SELECÇÃO

Emlyn Hughes, «capitão» da selecção inglesa de futebol, concordou em ingressar no clube da Primeira Divisão Wolverhampton por 180 mil dólares (cerca de nove mil contos). Hughes (31 anos) jogou 59 vezes pela Inglaterra e a transferência irá pôr termo a uma carreira de 12 anos ao serviço do campeão inglês, o Liverpool.

«Espero jogar mais três anos e contribuir para uma boa época do Wolverhampton» – afirmou.

ARGENTINO EM FRANÇA

Juan Domingo Cabrera, do Clube Tallers de Córdova e da selecção argentina de futebol, que actuou nos recentes jogos Panamericanos, foi transferido para o Bordéus de França, por 400 mil dólares (cerca de 20 mil contos).

Cabrera (27 anos, centrocampista), receberá 30 mil dólares de «luvas» e um salário mensal de seis mil dólares durante os três anos de contrato.

JUGOSLAVO OU SUECO EM MANCHESTER

Os dirigentes do Manchester City têm os olhos postos na Jugoslávia e Suécia para encontrar substituto para o defesa central «internacional» Dave Watson, que se transferiu para o Bremen (da República Federal da Alemanha).

Segundo uma fonte próxima da direcção do clube, o City vai optar nos próximos dias entre a contratação de Dragoslav Stephanovic, «internacional» jugoslavo, de 30 anos, e Ronald Aman «internacional» sueco, de 21 anos).

O treinador Malcolm Allison observou Stephanovic, e o «manager» Tony Allison espiou Aman.

«Vamos ainda vê-los em acção mais uma vez antes de tomarmos uma decisão», declarou Book.

NEESKENS: ÓPTIMO

A melhor aquisição do Cosmos de Nova Iorque, depois do brasileiro Pelé, foi a do holandês Johan Neeskens, na opinião dos dirigentes do clube norte-americano.

Directores e jogadores do Cosmos reconhecem que a persistência de Neeskens tornou a equipa mais homogénea, deixando de ser um agrupamento desunido.

Três dos quatro golos marcados pelo Cosmos, no último desafio, (frente aos Kikcs Minnesota) saíram dos pés de Neeskens, incansável na sua acção a meio-campo e no labor que tem evidenciado a coordenar os ataques da sua equipa.

Ray Klivecka, treinador do Cosmos, sublinhou que no jogo com os rivais de Minnesota, a **equipa superou-se realizando a melhor partida da temporada.**

Não há nenhum jogador a salientar, porque todos jogaram bem, acentuou Klivecka.

A crítica desportiva, pelo contrário, referiu que onze jogadores se salientaram, nomeadamente, os brasileiros Elsi Morais e Francisco Marinho, o jugoslavo Bogie Bgicevic, o alemão Franz Beckenbauer e o norte-americano Rick Davies, **pedras** estas que constituem o **xadrez** da equipa.

Giorgio Chinaglia recuperou o primeiro lugar da lista dos melhores marcadores ao marcar dois golos. Chinaglia, principal «goleador» das últimas temporadas, já marcou 25 tentos, tendo, no total, marcado 55 golos contra 52 de Fabbiani, do Tampa. Os outros dois golos do Cosmos foram apontados pelo inglês Gennis Tueart e pelo norte-americano Davis.

ESCÓCIA-PERU

A selecção peruana aceitou um convite para disputar um encontro particular com a Escócia, no Hampden Park, a 12 de Setembro. O último jogo disputado no Hampden Park, entre as duas selecções, em 1972, foi ganho pela Escócia por 2-0, mas em contrapartida, na fase final do campeonato mundial de futebol de 1978, na Argentina, os peruanos desfeitearam os escoceses por 3-1.

O jogo servirá de teste para os escoceses, que defrontam a 17 de Outubro a Áustria (em Glasgow), a contar para o grupo 2 do campeonato europeu de futebol, que Portugal comanda com 7 pontos. O próximo encontro da selecção portuguesa efectua-se igualmente a 17 de Outubro, com a Bélgica, em Bruxelas.

Espartaquíada a despedir-se

Os Estados Unidos venceram a Estónia por 73-65, num encontro na meia-final masculina de basquetebol da 7.ª Espartaquíada dos Povos da União Soviética, disputado em Vilnius. Por seu lado, a selecção da Ucrânia derrotou a da Jugoslávia (81-77) no outro encontro da meia-final masculina.

Em andebol, a equipa feminina da República da Ucrânia venceu a competição da Espartaquíada ao derrotar a da Lituânia (23-10) no encontro da final.

Em natação, resultados das finais de ontem:

200 metros costas – femininos: 1. Carmen Bunaciu, Roménia, 2.14,52; 2. Yelena Kruglova, URSS, 2.19,2; 3. Irina Orluik, URSS, 2.20,56.

800 metros livres – femininos: 1. Michelle Ford, Austrália, 8.44,38; 2. Oksana Komissarova, URSS, 8.48,28; 3. Galina Yemelyanenko, URSS, 8.54,14.

400 metros estilos – masculinos: 1. Alexander Siderenko, URSS, 4.24,78; 2. Sergei Fesenko, URSS, 4.25,22; 3. Milosav Rolko, Checoslováquia, 4.30,88.

PROGRESSO, PROGRESSO

Ontem, o jornal «Pravda» descreve alguns dos sofisticados aparelhos colocados à disposição dos árbitros que julgam as provas da Espartaquíada. No salto em comprimento, um pequeno aparelho de raios infravermelhos acoplado à sola da sapatilha do atleta permite visualizar, instantaneamente, o resultado do salto. Um outro aparelho, colocado do mesmo modo, permite determinar a velocidade do vento que é preciso tomar em consideração na evolução dos resultados das corridas e dos saltos em comprimento.

Tais aparelhos, além de outros também concebidos por instituições soviéticas, estão a ser devidamente testados com êxito na Espartaquíada, pelo que serão utilizados nos Jogos Olímpicos de 1980. Muitos outros aparelhos de concepção estrangeira se têm revelado igualmente eficazes, como é o caso de um fabricado na RDA, que permite avaliar, com exactidão, as marcas dos atletas no lançamento do disco, martelo e dardo.

Condutores de táxis de Moscovo aprenderam línguas estrangeiras para atender os turistas às Olimpíadas

MAIS DOIS BRASILEIROS EM ALVALADE

Sporting começou sem treinador

Sem treinador, com o presidente que (segundo tudo indica) tenciona apresentar o seu pedido de demissão, mas com dois novos brasileiros na equipa, o Sporting iniciou, hoje de manhã, a sua preparação com vista à nova temporada. No primeiro dia para além das habituais inspecções médicas (que se realizaram) haverá, hoje de tarde, um treino em que os jogadores ainda não verão a bola. Esta (segundo Rodrigues Dias, actual responsável pela preparação dos «leões») fará a sua aparição apenas amanhã.

Ainda sem osa dois novos brasileiros, Artur (Cruzeiro) e Helinho (Vasco da Gama) que vêm para o Sporting emprestados por uma época, o «plantel» leonino aparceu de manhã cedo no estádio de Alvalade para se submeter aos testes do dr. Branco do Amaral, que não detectou qualquer irregularidade de ordem médica nos jogadores.

Como caras novas, apenas as já anunciadas: Eurico, Fidalgo e José Eduardo. Qualquer deles dizendo que julga não ir ter problemas em se adptarem ao novo clube.

«No fundo os meus companheiros actuais são jogadores já meus conhecidos». – disse-nos, por exemplo, Eurico que continuou: «Dou-me bem com todos e não foi difícil que, ao chegar, cá, todos me dessem as boas vindas».

Eurico, que muita gente diz estar **«arrependido por ter assinado pelo Sporting»**, fez questão em salientar que não acreditava que qualquer jogador, depois de ter assinado um contrato que julga bom, esteja arrependido antes mesmo de trabalhar no seu novo clube.

«São especulações que lamento muito. Julgo que assinei um bom contrato e não estou arrependido de o ter feito e portanto vir para o Sporting.

LANCE COM JORDÃO NÃO É PROBLEMA

Caso diferente é o de José Eduardo que na época transacta, alinhava pelo Famalicão. Como se sabe foi este jogador que, num jogo disputado em Alvalade teve um choque com Jordão de que resultou fractura de uma perna do angolano, levando a que muita gente dentro do clube o apelidasse com o **bonito** cognome de **«assassino»**. José Eduardo, no entanto, não está diminuído por esse lance infeliz.

«É um problema que está ultrapassado. É um problema que o deixou de ser. A partir de agora sou do Sporting e estou integrado no trabalho da equipa».

Tendo encontrado Jordão, com a maior naturalidade, o exfamalicense embora confesse que ainda não está ambientado ao clube, mas considerou isso normal, uma vez que era o primeiro dia de trabalho em Alvalade.

JOÃO ROCHA PODERÁ ABANDONAR

Os rumores e as notícias sobre o possível abandono da presidência do Sporting, por parte de João Rocha, vão entretanto crescendo de volume. Segundo fonte muito bem informada, sobre tudo o que se passa em Alvalade, a **«hipótese mais provável é a de João Rocha abandonar a presidência do clube».**

Embora ainda nada esteja decidido, deverá ser muito importante a reunião do Conselho leonino, a realizar na próxima 3.ª feira. Com efeito segundo julgamos saber, João Rocha deverá fazer uma exposição àquele orgão no qual por **«estar desencantado com o actual ambiente dodesporto português e por mais algumas razões»** deverá apresentar o seu pedido de demisão.

TREINADOR: QUEM SERÁ?

Enquanto todas as notícias apontam o nome de Otto Glória actual técnico do Vasco da Gama, como provável treinador, ninguém o confirma em Alvalade.

Até só conseguimos saber que os contactos com **«um treinador»** estão adiantados e que **«só um conjunto de circunstâncias impede a relação do seu nome».**

Olimpíadas: a mais pacífica invasão

Os Jogos Olímpicos de Moscovo, que se começarão a disputar dentro de um ano, trarão à União Soviética o maior fluxo de estrangeiros de que há memória desde a invasão daquele país pelas tropas hitlerianas, durante a II Guerra Mundial.

Entre 19 de Julho e 3 de Agosto do próximo ano, passarão por Moscovo cerca de 300 000 turistas estrangeiros, 12 000 atletas, 3 000 funcionários oficiais e convidados especiais, 3 500 árbitros e 7 400 jornalistas de todo o mundo.

Por outro lado, as autoridades soviéticas prevêem que mais de 300 000 turistas nacionais já estarão em Moscovo, quando chegar a esta capital a chama olímpica, procedente de Atenas, via Bulgária e Roménia.

Também mais de dois mil e quinhentos milhões de espectadores seguirão pela Televisão os jogos, para além das manifestações culturais e reportagens sobre a União Soviética que estão previstas.

É neste contexto que as autoridades soviéticas aproveitarão a oportunidade para melhorar a sua imagem perante o Mundo.

«A nossa perspectiva é que o desporto não pode ser separado da política» – disse um funcionário olímpico soviético durante uma recente entrevista.

ROTEIRO CULTURAL

Ela aí está, ensaiando em pleno Verão, promessa de «nova etapa», garantia da qualidade anterior, mesmo cenário com eléctricos e bugigangas de vendedores ambulantes cada vez mais empurrados para locais devidamente camarários – estamos a falar da nova revista do Ádóque, «Querias, mas não te dou». O elenco foi remodelado e a estreia anunciada para muito em breve. O texto é de Mario Alberto, Francisco Nicholson, Gonçalves Preto e Henrique Viana. A música de Braga Santos e Joaquim Luís Gomes. Lia Gama, que mereceu os aplausos da crítica no «Corpo – Delito na Sala de Espelhos» de José Cardoso Pires, no Teatro Aberto, ingressa na companhia do Martim Moniz. Com a entrada também de José Manuel Rosado são mais dois elementos valiosos para a equipa do Ádóque onde continuam Ermelinda Duarte, Magda Cardoso, Esmeralda Amoedo, António Feio, Manuel Luís, Carlos Bombom, Camacho Costa (também crítico de cinema), Maria Ruas e Isabel de Sousa.

O Grupo 4, no Teatro Aberto, após uma temporada marcada por dois originais portugueses, de Luís Sttau Monteiro e Cardoso Pires, prepara a sua nova peça, nada mais nada menos que «O Chá dos Generais» de Boris Vian, que foi de tudo um pouco na vida, engenheiro de máquinas, um óptimo trompetista, com o «jazz» no sangue, presença nocturna no Paris após guerra, poeta do «Desertor» (Monsieur le President...) cantado por Serge Reggiani. Se o humor mais irreverente, através da criação de situações anómalas (o combate de boxe entre o padre e o sacristão, por exemplo, para arranjar fundos para a paróquia, no «Arranca Corações») corroi, também, o militarismo, com a sua carga negativa, é motivo das palavras ácidas de Boris Vian.

Para o leitor que esteja agora a descobrir Boris Vian ou que queira reavivar a sua memória, com «O Chá dos Generais» à vista, pode ler em excelente tradução de Luísa Neto Jorge «O Outono em Pequim» (uma viagem de autocarro que o pode levar até à Exopotâmia) edição da Ulisseia, «O Arranca Corações», de uma colecção da Estampa de bonito papel azul e capa preta, de bolso, com alguns títulos que nestas férias valeria pôr no saco do seu sossego – um inevitável Edgar Alan Poe, «Os Manuscritos de Saragoça», «Alice no País das Maravilhas», «A Casa dos Mil Andares», etc. Mas regressando a Boris Vian – há ainda em tradução de Aníbal Fernandes, «A Espuma dos Dias», já em cinema, e onde se morre como «um lírio a florescer».

A encenação de «O Chá dos Generais» é de Rui Mendes e os cenários de António Vitorino.

Será, estamos certos uma lufada de ar fresco, com marcação para todo este mês, ali à Praça de Espanha.

Em música, terá de se continuar a falar inevitavelmente, no Verão Musical do Algarve, edição de 1977. Amanhã, o Grupo de Percussão de Madrid, toca no Castelo de Tavira. Para os melómanos, o programa: «Creacion», de Manuel Dimbwadyo, «Invocacion», de Manuel Eastillo, «Zyklus», de Stockhausen e «Études Chorégraphiques», de Maurice Ohana.

Mais perto, concretamente na Faculdade de Letras de Lisboa, sócios da «Era Nova», Zeca Afonso, Sérgio Godinho, Afonso Dias, Vitorino e Francisco Fanhais actuam para os estudantes estrangeiros dos Cursos de Verão. E para quem, como é evidente, queira assistir. A «Era Nova» tem pautado a sua actividade de cooperativa de animação cultural por uma estreita colaboração com as colectividades locais.

Agosto é mês esquecido no capítulo das exposições. Para quem passa férias em Lisboa, porque não chega a sair da cidade ou porque a ela vem, há sempre o refrescante e silencioso mundo dos museus – Museu Nacional de Arte Antiga, na Rua das Janelas Verdes, Museu Militar em Santa Apolónia, Museu Calouste Gulbenkian. Mas se considera que aqui a visita está sempre garantida e não quer perder o que é mais passageiro ou se encontra só por alguns dias em Lisboa, aconselhamos-lhe uma visita ao Museu Nacional do Traje onde está patente uma exposição da Alta Costura de Paris de 1910 até 1970. No mesmo Museu (a direcção para os interessados: Parque do Monteiro Mor, Largo de S. João Baptista, ao Lumiar) pode apreciar exposto o traje da criança e brinquedos.

Uma das maiores editoras do México vai traduzir para castelhano a «História de Portugal» de Oliveira Marques

Nos parques gulbenkian, merece observar um conjunto impressionante de «esculturas ao ar livre».

Se é «fan» da BD, a que o «DL» dá uma justa importância nas suas colunas, aconselhamos-lhe vivamente uma ida até à Galeria de Belém, na Avenida Brasília, junto ao Mercado do Povo, onde está patente desde 20 de Julho, e a manter-se até 19 de Agosto, uma exposição de banda desenhada portuguesa. Esta iniciativa patrocinada pela Direcção-Geral da Acção Cultural não se limita apenas à exposição. José Garcês dirige um pequeno Curso de Iniciação à Banda Desenhada. E há colóquios e cinema de animação, com exibições diárias.

Na lista dos livros mais vendidos esta semana, recolhida pela Bertrand nas suas livrarias, sobressaem as obras de ficção científica, sobre seres extraterrestres, a argúcia de Agatha Christie e a pressão da TV como um possível condutor (mas tão mal aproveitada) condutor de cultura, fazendo subir as vendas de «D. Bárbara» de Rómulo Gallegos e «Eu, Cláudio» de Robert Graves. Como nota agradável, registe-se a boa procura do «Fanny Owen» de Agustina Bessa Luís «40 Anos de Servidão» de Jorge de Sena e «Que Move as Árvores» da Fiama Hasse Pais Brandão.

Escritores e críticos literários portugueses encontram-se já no Brasil. Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, Jorge Listopad e Maria Lúcia Lepecki (brasileira) a leccionar na Faculdade de Letras de Lisboa) tomarão parte num encontro de professores de Língua Portuguesa, em Belo Horizonte. Eduardo Prado Coelho permanecerá no Brasil até ao fim do mês, já que vai orientar, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, um curso sobre «A Problemática do Neutro na Cultura Contemporânia».

Os dois volumes da «História de Portugal» de A. M. de Oliveira Marques, obra de consulta indispensável, desde o Propedêutico ao Universitário, vão ser traduzidos para Castelhano por uma das mais prestigiadas casas editoras do México, o Fundo de Cultura Económica.

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
BANCO FUNDADO EM 1864

PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS ESTRANGEIRAS	(Por UNIDADE) COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL (rand)	49$10	53$10
ALEMANHA OCID (marco)	26$25	27$35
AUSTRIA (xelim)	3$50	3$70
BÉLGICA (franco)	1$579	1$679
BRASIL (cruzeiro)	1$20	1$80
CANADA (dólar – notas de 1 e 2)	40$95	42$95
(notas de 5 a 1000)	41$45	43$45
DINAMARCA (coroa)	9$05	9$45
ESPANHA (peseta)	$710	$810
EUA (dólar – notas de 1 e 2)	47$90	49$40
(notas de 5 a 1000)	48$40	50$40
FINLÂNDIA (marco)	12$55	13$15
FRANÇA (franco)	11$30	11$90
HOLANDA (florim)	23$95	24$95
INGLATERRA (libra)	109$40	113$40
ITALIA (lira)	$053	$063
JAPAO (iene)	$202	$232
NORUEGA (coroa)	9$55	10$05
SUÉCIA (coroa)	11$45	12$05
SUIÇA (franco)	29$05	30$15
VENEZUELA (bolivar)	9$90	10$90

Observações:
1. – **No respeitante a** moedas, **estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.**
2. – **Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 2 por mil.**

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado nas regiões a norte do Tejo e pouco nublado nas restantes regiões, o vento era fraco ou moderado de nordeste e chovia nas regiões do litoral a norte do Douro.

TEMPERATURAS DO AR

V.DO CASTELO	17°
BRAGANÇA	18°
VILA REAL	17°
PORTO	17°
P. DOURADAS	13°
COIMBRA	19°
CABO CARVOEIRO	19°
PORTALEGRE	18°
LISBOA	20°
ÉVORA	19°
SINES	19°
BEJA	19°
SAGRES	19°
FARO	23°
PONTA DELGADA	21°
FUNCHAL	21°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.15	3,2 m	1.39	1,6 m
20.39	3,2 m	14.07	1,7 m
Dia 2			
9.22	3,2 m	2.45	1,7 m
21.55	3,2 m	15.21	1,7 m
Dia 3			
10.39	3,3 m	3.59	1,6 m
23.14	3,2 m	16.37	1,6 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H DE AMANHÃ

Nas regiões do norte, céu muito nublado, períodos de chuva junto ao litoral, vento fraco ou moderado de oeste. Nas regiões do sul, céu pouco nublado e vento moderado de noroeste.

AMANHÃ

NASCER ÀS 6.38

OCASO ÀS 20.47

DIA 8 DIA 14 DIA 22 DIA 30

rádio

1.º Programa

17.00: Trajectória, programa da juventude; **19.00**: Música portuguesa; **19.30**: Jornal da noite; **20.00**: Música variada, **21.00**: 3.º episódio do folhetim «Lisboa em Camisa», de Gervásio Lobato; **21.15**: Orquestras e canções; **22.00**: Conjuntos ligeiros; **22.30**: Forma e conteúdo, trissemanário das artes e das letras; **24.00**: Último jornal.

2.º Programa

17.35: Três prelúdios e fugas do 1.º caderno de «O Cravo Bem Temperado», de Bach; **18.00**: Noticiário cultural; **18.10**: «Missa Choralis», op. 43, de Johann Nepomuk David; **18.30**: Arquivo do disco; **19.00**: Música portuguesa, **19.30**: Concerto n.º 3, para violino e orquestra, de Saint-Saens; **20.00**: Solos de piano; **21.00**: 3.º e 4.º actos da ópera «O Trovador», de Verdi; **22.05**: O Quarteto Amadeus; **23.00**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho

Rádio Comercial (294m)

17.03: Contacto; **17.40**: Contacto com o Mundo; **18.10** Contacto com a ciência; **18.45**: Zona de controlo; **19.45**: Teatro trágico, **20.00**: Quando o telefone toca; **20,33**. Cartaz; **21.05**: Fado ao vivo; **21.33** Quando o telefone toca; **22.33**: Rubrica musical; **23.00**: Projecção.

Emissão Estereofónica

15.03. Hora de ponta; **19.00**. Em órbita; **21.03**: Forum

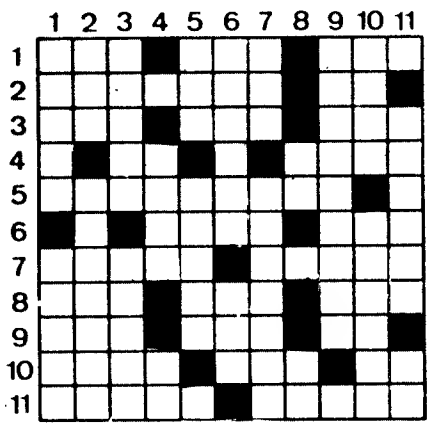
RDADIO RENASCENÇA

18.08: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia – palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos da Rádio Renascença, **20.00**. Objectivo; **20.54**. Apelos, **21.05**. Pentagrama, **21.30**: O som da noite; **22.00**: Quando o telefone toca, **22.30**. Temas vivos; **23.30** Textos e pretextos, **23.55** Fecho

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 12 398



HORIZONTAIS:

1 Animal doméstico. Em as. Pronome relativo.
2 Pompa. Despido (inv).
3 Sadias. Língua antigamente falada no N. de França. Letra grega
4 Prefixo de negação. Acolá.
5 Subrei ao cume.
6 Cidade de Itália Desgraça
7 Qualquer líquido alcoólico. Enredo.
8 Arara. Faça doação de. Pronome pessoal.
9 Quinhentos e dois em romano. Ligue (inv). Érbio (sq).
10 Invulgar. Cabelos brancos. Carta de jogar.
11 Peixe do género siluro.

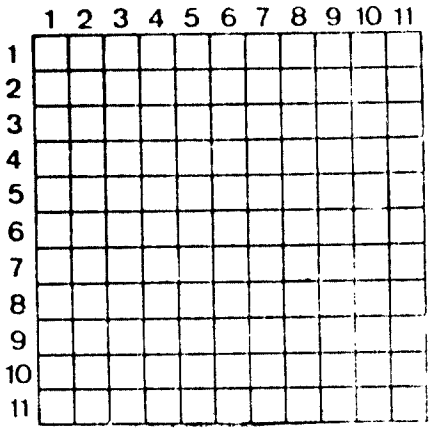
VERTICAIS:

1 Recido fino de algodão ou linho Gatuna.
2 Marisco de Cabo Verde e do Senegal. Irias para fora
3 Um gosto no meio de muitos dissabores. Cidade do Egipto.
4 Habito. Porco (inv).
5 Recusa. Ferra.
6 Arremessam. Remo para trás (inv).
7 Nome de astro. O mesmo que remelas
8 Duas vogais desiguais. Sadia.
9 Concelho do distrito da Zambézia.
10 Besunte. Veneram.
11 Afias. Solitário.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 8458



HORIZONTAIS:

1 Saidas. Clima.
2 Preparar com ópio. Rio de Portugal.
3 Rasgar Segundo.
4 Ressoas Rebentos.
5 Nome antigo da nota musical dó Ilha do Pequeno Belt.
6 Fluido aeriforme. Dera sinal.
7 Leiloados.
8 Tragédia de Shakespeare Vareedor de rua (Bras)
9 Manuscrito Nota musical Rio de Itália
10 Cobalto (Sq) Pato
11 Tostara Vento do noroeste.

VERTICAIS:

1 Estado da Europa que ocupa parte da orla ocidental da Península Ibérica. Aqui.
2 Arribaremos.
3 Versejo. Senhoras.
4 Argumento que faz calar o adversário (pl e fig). Érbio (sq) Utensílio doméstico
5 Tempo do verbo ir. Amónio (sq) Pátria
6 Sumira (fig)
7 Ouro (sq.). Pifaro
8 Fender Era Cristã.
9 Sacerdote muçulmano Cobalto (sq).
10 Despacho Letra grega. Preposição.
11 Monarca Nojo

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 397

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Amar Camada	1 Acama SONHA
2 CADA Opa UM	2 Maraus AT
3 Aro Amarara	3 Ador Asa
4 Maroto Riam	4 Ra Odalisca
Au DI Bar	5 Atiçara
Acordava	6 COMO VIVE
7 Ala Adir	7 Apa Br Im
8 Sirva Ao	8 Marrada Ola
9 Asa Oslo	9 Airadas
10 Ha Vil Ar	10 Dura Violar
11 Atua Ema Ro	11 Amam Ar Oro

Proverbio: CADA UM SONHA COMO VIVE

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8457

HORIZONTAIS.	VERTICAIS
1 Portugal	1 Partida Uai
2 Adornarias	2 Odor Tasca
3 Ro Ag Ura	3 Ro Escolar
4 Trepidar Am	4 Trapos Irei
5 Sorraia	5 Ungir Asa
6 Cs Arma	6 Ga Dramas
7 Ato, Maos	7 Ar Aarau Pé
8 Ali Au Ba	8 Ll Rimo Pes
9 Usaras Par	9 Au Ac
10 Acres Pecar	10 Sra Bras
11 Ia Iates Se	11 Amorna Re

farmácias

Lisboa

PERMANENTE (Hoje)

ZILER, R. S. Tomé, 54-56 (T. 862835); **AEROPORTO**, Av Almirante Gago Coutinho, 101-D (T 882384); **BENFILUZ**, E. de Benfica, 444-A (T. 782606); **BOA-HORA**, R. dos Quartéis, 25-27 (T. 637777); **CENTRAL**, R. S. Paulo, 108 (T 320389), **PORTUGAL**, R. Rebelo da Silva, 11-13; **PAIVAS & PARENTE**, R. St. António à Estrela, 96 (T. 665196); **MATOS VIEGAS**, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (T. 794174); **ROMANA**, R. Actor Augusto Melo, 7-A (T. 383800); **LEMOS**, R. Cidade da Beira, lote 19, loja A; **ALGARVE**, Av. de Roma, 7-B (T. 804478); **OLIVEIRA VIEGAS**, R. Viriato, 29-29-A (T. 548966); **ALMEIDA NIFO**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 64 (T. 2112070); **TAVARES DE MATOS**, R. 8, lote 308 (T 993220); **MONSERRATE**, R Guilherme Gomes Fernandes, 31-A (T. 911139).

REFORÇO

ZIONAL, R. Morais Soares, 56-C; **OLIVEIRA**, R. da Prata, 240 (T. 321415); **COSTA**, R. Lusíadas, 30-32 (T. 636704); **RAINHA SANTA**, R. Afonso Lopes Vieira, 57-B (T. 765262); **RUALTO**, R. Alto Carvalhão, 5-B (T. 651721); **S. BARTOLOMEU**, Vila Paulo Jorge, 1, Galinheiras (T. 790969); **CELTA**, R. Moura Girão, 3-B (T. 890621); **MARLUZ**, C. da Picheleira, 140-B-C (T. 880703); **ALBANO**, R. Escola Politécnica, 59 (T. 326750); **PRATES & MOTA**, R. Beneficência, 91-93 (T. 773728); **AVENIDAS**, Av. da República, 27-A (T. 533688); **SANTO ANTÓNIO**, R. Leite Vasconcelos, 72-C (T. 862333); **VAZ MARTINS**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **NOVA**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **LEITÃO RIBEIRO**, R. A do Falcão, 3-A; **MATOS**, Tv. Prioras, Vivenda Morgadinho (T. 2519939).

Outra Banda

ALMADA: Galeno, R. Capitão Leitão, 85-B (T. 2760565); **COVA DA PIEDADE: Cerqueira Afonso**, P. 5 de Outubro, 18 (T. 2750254); **LARANJEIRO: A. Araújo**, Laranjeiro de Fora; **COSTA DA CAPARICA: Carlos**, Av. do Mar, 34-A, Quinta de St. António; **SESIMBRA: Lopes**, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028); **BARREIRO: Avenida**, Av. Alfredo da Silva, 88 (T. 2073212); **AMORA: Julieta Campos**, R. Ribatejo, 2, Cruz de Pau (T. 2211131); **SEIXAL: Godinho**, L. da Igreja, 51 (T. 2218580); **MONTIJO: S. Pedro**, Av. Camões, 16 (T. 2311133); **MOITA: Silva Rocha**, P. da República, 16 (T 239029); **ALHOS VEDROS: Portugal**, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250), **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100).

Linha de Cascais

ALCABIDECHE: Carvalho. Até às 21 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**. Até às 21 horas; **CAXIAS: Nova**, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 242839). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PAÇO DE ARCOS: Godinho**, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **OEIRAS: Alcântara Guerreiro**, P. Residencial Dr. Augusto Castro, lote 10 (T. 2430691). Até às 22 horas; **NOVA OEIRAS: Leal** Até às 21 horas; **CARCAVELOS: Central** Até às 22 horas; **Vilar**. Até às 24 e das 0 às 9 horas; **S. DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av Sabóia, 29-B (T 260085). Até às 21 horas; **PAREDE: Junqueiro Mendes**. Até às 21 horas; **MURTAL: Primavera**, R. das Parreiras, 2 (T 2472278). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **AMOREIRA: Amoreira** (T 262313/267314). Até às 22 horas; **CASCAIS: Marginal**, Av. Marginal (T. 280078) Até às 21 horas; **Nova**, E Alvide, Fontainhas (T. 281044). Até às 24 e das 0 às 9 horas

Linha de Sintra

AMADORA: Carmele. R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303). Permanente; **Dias**, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T 934589). Até às 22 horas; **DAMAIA: Lemos**, R. de Goa, 21-A (T. 971121); **QUELUZ: Gil**, Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117); **CAMARATE: Nova**, R. Cidade de Lisboa, 94 (T. 2518726); **CACÉM: Garcia**, Av. dos Missionários, 2 (T. 2942181); **MEM MARTINS: Quimia**, E. Mem Martins, 285 (T. 2910012). Permanente; **AGUALVA-CACÉM: Mira Sintra**, P. N, Torre, 310. Até às 20.30; **MERCÊS: Claro Russo**. Até às 21 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194). Até às 23 horas; **SINTRA: Simões**, Estefânia (T. 2930832). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 299088).

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

CANAVARRO – Rua da Restauração, 53. Tel. 60754; **CONSTITUIÇÃO** – Rua da Constituição, 93. Tel. 490813; **FERREIRA DE CARVALHO** – Rua do Bonjardim, 354. Tel 27640; **PADRÃO** – Rua de Santo Ildefonso, 342. Tel. 52149; **RAMOS** – Praça do Exército Libertador, 91. Tel. 64935, **PARENTE** – Rua das Flores, 114. Tel. 21611; **SANIL** – Rua do Paraíso, 214. Tel. 23935; **MOURO** – Rua do Bonfim, 582-A e B.

(De dia e toda a noite)

FIGUEIREDO, LDA. – Rua de Cedofeita, 125. Tel. 21620; **SOUSA SOARES** – Rua de Santa Catarina, 141 Tel. 22145; **VITÓRIA** – Rua de S. Roque da Lameira, 756. Tel. 52225

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

VIEGAS E COELHO – Rua da Sofia, 19-21. Tel 22089.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE — 803055
Centro Comercial de Alvalade
SALA A (18 anos)
14 30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23 45 h
INTERIORS/INTIMIDADE
Filme de Woody Allen
SALA B (13 anos)
Às 15 17 19 e 21 30
OS 39 DEGRAUS
23.45,
BANANAS

ALVALADE — 897480
Av. de Roma
Hoje e amanhã
às 15.15, 18.15 e 21.30
Para Todos (6 a.)
O INVENCÍVEL HOMEM-ARANHA
c/ Nicholas Hammond
3.ª semana

APOLO — 763319
Av. Júlio Dinis, 10-A
Sessoes as 13 30, 15 30, 17 30, 19 30 e 21 30 h
O CEU PODE ESPERAR
Não acons. men. 13 anos
Hoje e todos os dias as 23 30
Nao acons. men 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

AVIS — 547163
Av. Duque D'Avila. 45
Às 15.30, 18.30 e 21.30
anos
Um filme para si que é jovem e para si que é adulto!
UM JOVEM E UM SENHOR
com Ornella Muti – Sérgio Fantoni

BERNA — 776098
Av. Marquês de Tomar
WALT DISNEY Productions apresenta
SE O MEU CARRO FALASSE
com Dean Jones/Michele Lee
David Tomlinson
Para Todos /// Technicolor
Às 14. 16.30 19 e 21.30

CALEIDOSCÓPIO — 795093
Campo Grande
As 14. 16 30, 19 e 21 30
Não acons men 13 anos
um filme de Randal Kleiser – colorido
GREASE (Brilhantina)

CASTIL — 580194
Rua Castilho
Às 15.30, 18.30 e 21 30 h n acons m/18 anos
(FILME APÓS INICIO DAS SESSOES)
Um dos maiores filmes de sempre!
A VIAGEM DOS MALDITOS
(Voyage of the Dammed)
c/Faye Dunawy/Max von Sydow/ Orson Welles

CINEBOLSO — 573407
Rua Actor Taborda, 27-B
Às 12.30 14 30, 16.45 19 00, 21.30 Int. m/18 anos
«Naquela herdade havia novos métodos de reforma agrária »
RATINHA AO SOL
24 00
nao acons. men. 18 anos
A ÚLTIMA GOLPADA
Com Clint Eastwood Jeff Bridges

CINE CAMÕES — 324194
Rua de Loreto, 15
Sessoes às 14, 16.30 e 21 30 h N. ac a m 13 a
CHAMAM-ME DÓLARES
Terence Hill, Jackie Cheas e Valerie Peny

CITY CINE — 549999
Rua Tomás Ribeiro, 34
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 n. ac m/13 anos
MORTE EM VENEZA
um filme de Luchino Visconti
c/Dirk Bogarde e Silvana Mangano
23.45
O REGRESSO DE PETER FONDA

CONDES — 322523
Av. da Liberdade, 2
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Às 21.30
O PEQUENO BANHISTA
Para todos
c/Louis de Funés

DOIS MIL — 2100055
Av. Bombeiros Voluntários, Lote 113 - Algés
15.30, 21.30
ESCOLA DE NAMORADOS
não acons. men. 18 anos

D. JOÃO V — 971794
Praça Centro Comercial – Damaia
Hoje não há espectáculos

EDEN — 320768
P. dos Restauradores, 21
Charles Bronson/Lee Remick/Donald Pleasence em
TELEFONE
Um filme de Don Siegel. Metrocolor
Não acons a men. de 13 anos

ESTÚDIO — 555134/5
Av. Afonso Henriques, 35
Às 15 30 18 30 e 21.30 – 18 a
Volta ao convívio do público um dos maiores
êxitos de sempre!
ZORBA, O GREGO
c/ Anthony Quinn, Alan Bates e Irene Papas **4.ª semana**

ESTÚDIO 444 — 779095
Av. Defensores de Chaves, 83
15,30, 18,30 e 21.30
Não acons. m. 18 anos
Uma fortuna para o finalista entre
LOUCOS SOBRE RODAS
com Joe Don Baker, Susan Sarandon
depois de Lemans a pista mais dura do mundo!

EUROPA — 661016
R. Almeida e Sousa, 35
15.15 e 21.30 h.
Não acons. men. 14 anos
REPUDIADA
Amadeo Nazzari e Ivone Sanson
18.15
«CINEMA À QUARTA-FEIRA»
«ESCÂNDALO EM FAMÍLIA»
Não acons. men. 18 anos
com Carlo Giufre e Góría Guida

IMPÉRIO — 555134
Al. Afonso Henriques, 35
Às 15 15, 18 30 e 21.30
Int. men. 18 a.
As aventuras de um jovem cujas principais inclinações são a violência, a violação e Beethoven!
LARANJA MECÂNICA
c/ Malcolm McDowell e Patrick Magge
Um filme de Stanley Kubrick
3.ª semana

LONDRES — 801313
Av. de Roma, 7-A
14 15, 16 30, 18.45 e 21 30
int men. 13 anos
8.ª semana, um filme sublime do grande realizador Robert Altman
UM CASAMENTO

MONUMENTAL — 555131
P. Duque de Saldanha 3.ª semana
Às 15.15, 18.15 e 21.30 h.
Não acons. men. 13 anos
CONTINUAM A CHAMAR-ME TRINITÁ
c/ Bud Spencer e Terence Hill

MONTECARLO — Tel. 681117
A. Pedro Alvares Cabral, 37
Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
O CÓDIGO DA MÁFIA
Um filme de Paul Wendkos
c/ Joseph Bologna, Brenda Vacarro e Raf Valone
2.ª semana

MUNDIAL — 538743
R. Martens Ferrão, 12-A
15.15 18.30 e 21.30h
O NOSSO AMOR DE ONTEM
2 «Oscars» da Academia
Barbra Streisand, Robert Redford
Não acons. men. 13 anos
5.ª semana

NIMAS — 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B
Às 14.30 16.45 19 e 21.30 h
Com Art. Carney e Lily Towdin
A ÚLTIMA INVESTIGAÇÃO
um filme de Robert Altman
Interdito a menores de 13 anos

NOVOCINE — 840678
Av. General Roçadas, 7
15.15 e 21.30h
Não acons. men. 13 anos
Um filme de amor e luta
«DELITO DE AMOR»
com Giuliano Gemma e Stefania Sandrelli

ODEON — 326283 4
R. Condes, 12 a 20
15.15, 18 15 e 21.30
int men. 18 anos
DISPOSTA A TUDO
Muitos dos problemas dos casais de hoje
2.ª semana

PATHÉ — 821933
R. Francisco Sanches, 122
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21 30
O MONTE DOS VENDAVAIS
c/ Laurence Olivier e David Niven

POLITEAMA — 326305
R. Portas de St.º Antão
Estreia, 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
não acons. men. 18 anos
CONTINUA AMETER O TEU DIABO NO MEU INFERNO
com: António Cantafora e Rose Marie

QUARTETO — 771378
R. Flores de Lima, 16
SALA 1
As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 h.
(Int. m/18 anos)
A MULHER, O CORPO E O ESPÍRITO
Real: Gilles Carle
SALA 2
Às 14.30, 16 45, 19, 21.15 e 23.30 h.
Int. m/13 anos
JONAS
Realiz. Alain Tanner
SALA 3
Às 14.30, 16 45, 19, 21.15
Não acons. m. 18 anos
O OVO DA SERPENTE
SALA 4
Às 14.30, 16.45, 19, 21 e 23 30 h
N/acon. m/13 anos
DR. ESTRANHO AMOR
Realiz. Stanley Kubrick

RESTELO — 610375
Av. Torre de Belém
Às 15.30 e 21 30 h
Interdito men 13 anos
Alain Delon no seu melhor filme de acção
A MORTE DUM CANALHA
C/Stephane Audran. Mireille Darc e M Rone
Em 5.ª semana

ROMA — 887778
Av. de Roma, Lote JRB
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Para todos m/6 anos
Louis de Funés em
O PEQUENO BANHISTA
Um festival de gargalhada!

ROXY — 548560
Av. Almirante Reis, 20
Charles Bronson/Lee Remick/Donald Pleasence em
TELEFONE
Sessões às 14,15, 16.30, 18.45 e 21 30
Um filme de Don Siegel. Metrocolor
Não acons. a men. de 13 anos

SÃO JORGE — 579144-579344
Av. da Liberdade, 175
ÀS 15,15, 18.30 e 21.30
Interdito a men. 13 anos No ciclo «Grandes Realizadores»
NOSTALGIA DO AMOR/PRIMO AMORE
Um filme de Dino Risi
com Ugo Tognazzi

SATÉLITE — 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61
Às 15, 17, 19 e 21 30
– Int. men. 18 a.
MELODIA PARA UM ASSASSINO
c/ Harvey Keithel e Tisa Farrow
2.ª semana

STAR — 804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Int men. 13 anos
15. 18 e 21.30
OS NOVOS MONSTROS
com Vittorio Gassman, Ornella Muti, Alberto Sordi e Ugo Tognazzi

TERMINAL — 371573
Estação do Rossio
Sessões 12 00 15 00 18.15, 21 30 n ac m/13 a
A NOITE DOS GENERAIS
A noite que esconde o segredo dos homens
Peter O'Toole, Omar Sharif Tom Coutenay
Atençao O filme começa a projectar logo após o início da sessao

TIVOLI — 570595
Av. da Liberdade, 188
Sessoes às 14 00, 16 30, 19 00 e 21 30
A sensação real da maior batalha aeronaval do século!
A BATALHA DE MIDWAY
com Charlton Heston/Henry Fonda/James Coburn/Glenn Ford
Não acons. a men. de 13 anos Technicolor
Atenção. este filme será apresentado na espantosa multi-dimensao de SENSURROUND

VOX — 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
15,18.15 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
O MASSACRE DOS BOLIDES
c/Ron Howard e Nancy Morgan

ZODÍACO — Tel. 578551
Rua Conde de Redondo, 5
Às 14.15, 17.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
O maior espectáculo jamais filmado!
A TORRE DO INFERNO
c/ Steve McQueen, Faye Dunaway e Paul Newman
(Atenção ao novo horario)
2.ª semana

CINE 222 — Tel 579460
Av Praia da Vitória, 37
Às 14.15, 16.30, 19, 21.30 e 23.45h
– N. ac. men. 13 a
UMA RAZÃO PARA VIVER
23.45
O TOCK DA MEDUSA

teatros

MONUMENTAL – «Um Zero à Esquerda» 21.15 (13 anos)
COMUNA – «As guérras do alecrim e manjerona», 21.30 (13 anos)

ABC – «Crazy Horse», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
MARIA VITÓRIA – «Rei Capitão, Soldado, Ladrão» 20.30 (18 anos)
VASCO SANTANA – «Quando a Banda Toca» 21.30 (13 anos)

CASA DA COMÉDIA – «Faz Tudo-Faz Tudo-Faz Tudo» 21.30 (13 anos)

Outros Espectáculos

Lisboa

CAPITOLIO «Relações Escaldantes», às 19, 21 e 23 (18 anos)
OLÍMPIA – «Corpo, uma Gabriela dos Trópicos», sessões permanentes (18 anos)
ROYAL – «Clube de Assassinos», às 21.30 (18 anos)
PARIS – «O Parteiro da Caixa», 21.30 (18 anos)
PROMOTORA – «Barafunda no Faroeste», 21.30 (13 anos)
CINEARTE – «A Pistola de Deus», 21.30 (18 anos)

outros cinemas

Linha de Cascais

ALGÉS – **Atadium** – «Selva de Asfalto», às 21.30 (13 anos)
PAÇO DE ARCOS – **Chaplin** – «As Grandes Esperanças», às 21.15 (13 anos)
OEIRAS – **Oeiras-Cine** – «Hardcoure», às 21.15 (18 anos)
PAREDE – **Royal-Cine** – «Os Escravos», às 21.15 (13 anos)
ESTORIL – **Casino** – «Cidade Violenta», às 17.00 e 21 15 (18 anos)
CASCAIS – **S. José** – «A Longa Noite de Terror», às 21.15 (18 anos)
CASCAIS – **Impala** – «As Rivais», às 21.30 (18 anos)

ESTORIL – **Palácio** – «Ashanti», 21.15 (13 anos)
CASCAIS – **Impala** – «Grease», 21.30 (13 anos)

Linha de Sintra

AMADORA – **Cine-Plaza** – «Um Amor em New York», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – **Cinestúdio** – «O Céu Pode Esperar», às 21.30 (13 anos)
SINTRA – **Carlos Manuel** – «Justine de Sade», às 21.30 (18 anos)

Outra Banda

ALMADA – **Academia** – «Funeral para um Assassino», às 21.30 (13 anos)
ALMADA – **Cinestúdio** – «Se o Meu Carro Falasse», às 21.30 (6 anos)
ALMADA – **Incrível** – «Amor e Ginástica», às 21.15 (13 anos)
LARANJEIRO – **Instrução e Recreio** – «O Homem da Máscara Dourada», às 21.15 (13 anos)

Porto

CARLOS ALBERTO – «Um Domingo na Praia» 21.30 (13 anos)

TERÇO – «Capricórnio Um» 21.30 (13 anos)

COLISEU – «Sheriff», às 21.30 (13 anos)

PASSOS MANUEL – «O Atirador», às 21 15 (13 anos)

VALE FORMOSO – «Os Dois Bombeiros» 21.30 (13 anos)

FOCO – «E Tudo o Vento Levou», às 21.15 (13 anos)

ESTÚDIO – «A Invasão dos Astro-Monstros» 21.30 (18 anos)

ÁGUIA – «Seis Gloriosos Patifes», às 21.30 (13 anos)

BATALHA – «A Passagem do Condor», às 21.30 e 23.45 (13 anos)

SALA BEBÉ – «A Segunda Dimensão», às 21.15 e 23.45 (13 anos)

CHARLOT – «Ziegfeld Folies», às 21.30 (6 anos)

JÚLIO DINIS – «O Homem da Rua», às 21.15 (13 anos)

LUMIÈRE-A – «O Homem que Veio do Espaço», às 21.30 (18 anos)

LUMIÈRE-L – «Que Se Passa Doutor», às 21.45 (13 anos)

OLÍMPIA – «Os Melhores Kung Fu de Shaolin», às 21.30 (13 anos)

RIVOLI – «Nosferatu», às 21.15 (18 anos)

SÁ DA BANDEIRA – «Sexo Oriental», às 21.30 (18 anos))

SÃO JOÃO – «Febre de Sábado à Noite», às 21.30 (13 anos)

TRINDADE – «Música no Coração», às 21.30 (6 anos)

lubrificantes
GALP
a máquina é exigente

DL

RENASCENÇA GRAFICA, S A.R.L.

• ADMINISTRAÇÃO, RUA CASTILHO 165 1.º
TELEFONES 654531 2 3

• REDACÇÃO PUBLICIDADE E SERVIÇOS TECNICOS

RUA LUZ SORIANO 44
TELEFONES 321154 S 32027 2 3 320229 372 81
PUBLICIDADE 366740

• SERVIÇO NOITE (DEPOIS DAS 7)

PORTEIRO 321154
MENSAGENS GRAVADAS 320229

• ENDEREÇO TELEGRÁFICO DIÁRIO TELEX 12161
LISBOA PORTUGAL

• DELEGAÇÃO DO PORTO
RUA DO ALMADA 107 TELEX INFS 28954

"BLOCO CONSERVADOR-MONÁRQUICO" EM ESPANHA

Depois de Suarez será Giscard

MADRID (do nosso correspondente Fernando Jauregui) – Repetindo os seus habituais ataques ao Presidente Eanes, ao major Melo Antunes e aos partidos Socialista e Comunista, os dirigentes da Aliança Democrática, Sá Carneiro, Freitas do Amaral, e Ribeiro Teles, deram ontem uma conferência de Imprensa em Madrid onde se encontram a convite da UCD.

Sá Carneiro admitiu que esta visita a Madrid tinha um carácter eleitoral: «Toda a viagem efectuada agora por um político português tem um carácter eleitoral quer seja a Manágua (em alusão a Mário Soares), quer a Madrid».

Os dirigentes da Aliança Democrática tinham acabado de almoçar com Adolfo Suarez, no Palácio Moncloa, mas mantiveram-se deliberadamente silenciosos sobre os assuntos ali tratados com o Presidente do Governo espanhol. Sá Carneiro admitiu que se estabelecera e estreitara a colaboração entre a UCD e Aliança Democrática, mas não adiantou dados concretos. Nem sequer desmentiu a possibilidade de dirigentes da UCD – talvez o próprio Adolfo Suarez – irem a comícios eleitorais a Portugal em apoio do «bloco conservador-monárquico». Aqui, em Espanha, tem-se o exemplo do apoio prestado por Mário Soares, quando era Primeiro-Ministro, à campanha eleitoral do PSOE.

Javier Ruperez, encarregado das Relações Exteriores da UCD, desmentiu que o apoio que o seu partido dá à Aliança Democrática signifique desagrado para com o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo: «Também Mário Soares, como primeiro-ministro português assistiu a comícios do PSOE e o Governo espanhol nunca considerou isso como uma prova de hostilidade» – afirmou Ruperez referindo-se ao mesmo exemplo de Sá Carneiro.

Suarez com Sá Carneiro e Freitas do Amaral, ontem em Madrid. Segundo os dirigentes do «bloco conservador-monárquico» este terá sido o primeiro de uma série de encontros europeus entre os quais se conta um com o presidente francês, Giscard d'Estaing

O dirigente do PSD repetiu mais de uma vez que não se tratava de aplicar em Portugal o modelo da UCD. «Nós queremos chegar a uma cooperação eleitoral entre partidos distintos e não formar um partido» – afirmou Sá Carneiro.

Os «leaders» da Aliança negaram-se a revelar a hora da audiência com o Rei Juan Carlos, que, segundo algumas fontes, terá sido a noite passada. A Imprensa espanhola interpretou o facto de os três dirigentes serem recebidos pelo rei como «um êxito pessoal de Sá Carneiro no seu trabalho de promoção pré-eleitoral» (a que se ficará a dever a intervenção de Pinto Balsemão, amigo de infância do monarca espanhol).

Na conferência de Imprensa não foram reveladas quais serão as próximas etapas europeias, apesar de Sá Carneiro ter dito vagamente que esperava apoio de partidos democrata-cristãos europeus e latino-americanos, citando em concreto o partido de Giscard d'Estaing. A impressão sem dúvida, é que a Aliança Democrática precisa ainda de muitos apoios europeus, para além da já consolidada «Santa Aliança Ibérica» como a classificou um jornalista espanhol.

Os dirigentes políticos portugueses foram, porém, extraordinariamente claros ao qualificar o Governo de Lurdes Pintasilgo: «É uma confirmação pura e simples de todas as nossas críticas à personalidade de Lurdes Pintasilgo. Trata-se de um Governo presidencial, distante dos partidos, com personalidades heterogéneas mas marcadas pela sua simpatia a sectores marxistas e socialistas». Sá Carneiro sublinhou que se trata de um Governo anti-PSD, já que no Gabinete de Maria de Lurdes Pintasilgo se encontram três dissidentes sociais-democratas, hoje integrados (dois deles pelo menos) na ASDI, que ocupam as pastas da Agricultura e Pescas, Trabalho e Finanças.

Freitas do Amaral, chegou a acusar o Presidente Eanes e o major Melo Antunes, de favorecerem as possibilidade de socialistas e comunistas para as eleições. Sá Carneiro frisou que o Conselho Nacional do seu partido, estudará em fins de Agosto, a retirada do apoio à reeleição de Eanes e que o PSD e o CDS apoiarão outra personalidade, ainda não designada, para as eleições para a Presidência da República.

Sá Carneiro admitiu também que apoiariam uma revisão constitucional que facilite a desnacionalização da Banca e uma nova Lei da Reforma Agrária. Sobre isso, o arquitecto Ribeiro Teles fez uma longa intervenção sobre os pontos fundamentais da Reforma Agrária segundo a Aliança Democrática. «A nossa – disse – é a única via possível para a entrada de Portugal na CEE». Sá Carneiro acrescentou no entanto, que o tema da CEE não será essencial nas próximas eleições, já que só o PCP se opõe à entrada na CEE.

À conferência de Imprensa, efectuada na sede da UCD, com um número reduzido de jornalistas, estiveram ainda presentes Adelino Amaro da Costa (CDS) e Francisco Pinto Balsemão (PSD) para além de Javier Ruperez, como representante da UCD. Os dirigentes da Aliança Democrática regressam esta noite a Lisboa.

Delegação da Ford/Europa foi a Belém

O general Ramalho Eanes recebeu ontem (durante cerca de três quartos de hora), no Palácio de Belém, uma delegação da Ford-Europa chefiada pelo presidente do respectivo Conselho de Administração, Robert Lutz, acompanhado de Edward Blanche e Patrick Byrne, em audiência a que também estiveram presentes o ministro da Indústria e Tecnologia, Álvaro Barreto, e o secretário de Estado da Indústria Transformadora, Cardoso e Cunha, que dirigiu as negociações tendentes à possibilidade daquela empresa do ramo automóvel se instalar em Portugal, chegando mesmo a deslocar-se a Londres.

Horas depois da audiência de Belém, uma nota do MIT considerava «muito positivos» os resultados da visita daquela delegação, que se encontra em Lisboa desde segunda-feira última. O documento, assinado por Álvaro Barreto, considera que estão «assim criadas condições para que a Ford possa vir a optar por Portugal para os investimentos que tem previstos fazer na Europa», na sequência das negociações iniciadas em Fevereiro pelo Governo português, através de Cardoso e Cunha.

A nota do MIT refere terem sido já ultrapassadas muitas dificuldades entre ambas as partes, embora subsista ainda «matéria importante a negociar», o que «terá de acontecer impreterivelmente até ao fim do próximo mês de Setembro». De recordar, a propósito, que o investimento que a Ford norte-americana decidiu fazer na Europa é da ordem dos 60 milhões de contos, criando directa e indirectamente vinte mil postos de trabalho num quadro que aponta para um volume de exportações de cerca de 45 milhões de contos por ano (valores de 79).

A instalação de um investimento deste tipo em Sines é admitida em círculos normalmente bem informados e meios ligados àquele complexo industrial como a melhor solução para tornar rentáveis as infra-estruturas ali montadas. A delegação da Ford-Europa, que antes de ser recebida por Eanes se encontrou com dirigentes do PS, PSD e CDS (marginalizando o PCP e a UDP), deslocou-se àquela vila do Baixo Alentejo, e parece terem ficado favoravelmente impressionados com o complexo.

TREZE DIAS EM GREVE DE FOME

Nomeado juiz para julgar Afonso Sousa

As autoridades militares cederam ontem a uma das reivindicações de Afonso de Sousa, o militante do PRP, que, detido em Caxias, que completa hoje 13 dias de greve de fome, ao nomearem um juiz para o 1.º Tribunal Militar Territorial, requisitado para isso ao 1.º Juízo Correccional do Porto. Como se sabe a segunda reivindicação de Afonso de Sousa apontava para a marcação da data de julgamento antes do início das férias judiciais, facto que, a partir deste momento, se torna impossível, na medida em que os tribunais encerraram hoje as suas portas. Os advogados de Afonso Sousa (António Meireles, Miguel Galvão Teles e Carlos Cal Brandão), segundo afirmaram esta manhã ao «DL», estão, no entanto, esperançados de que o juiz, João José da Silva Graça, embora marcando o julgamento para Outubro, possa vir a despachar a libertação condicional do seu constituinte até essa data.

Entretanto, conforme o boletim clínico elaborado por um médico militar da cadeia de Caxias, Afonso Sousa estará a atingir uma fase crítica pelo que, a prosseguir a greve de fome, poderá sofrer consequências irrecuperáveis no futuro o seu estado de saúde.

A REVELIA DO SINDICATO DOS MÉDICOS

Ordem mantém greve de três dias

Continuação da pág 1

vencimento actualizado da Função Pública para todos os lugares da carreira da Sáude Pública; aplicação da Letra E aos médicos municipais, e que seja concedida remuneração correspondente, aos cargos e funções que desempenham aos médicos dos hospitais concelhios e Centros de Saúde».

Para além destas exigências o novo Estatuto Médico reivindica «a permissão do exercício simultâneo de funções hospitalares e nos Serviços Médico-Sociais ou outro serviços extra-hospitalares, sem necessidade de autorização formal de acumulação e com dispensa dos condicionalismos que a envolvem».

Finalmente, o Estatuto prevê «o regime de Segurança Social equivalente ao da função social pública, a retroactividade a a partir de Janeiro de 1979, bem como a remuneração do trabalho extraordinário e correspondente ao grau da respectiva carreira».

Segundo foi afirmado no decorrer da reunião com a Imprensa, durante os três dias da paralisação, e mercê de um escalonamento efectuado pela Ordem (na mesa encontravam-se os drs. Jorge Saldanha, Costa e Sousa, Robert Martins, Leite Silva e Xavier de Brito) manter-se-ão em funcionamento, e com equipas reforçadas, os serviços de urgência oficiais em Lisboa, nomeadamente, nos Hospitais de Santa Maria, S. José, e D. Estefânia, nas Maternidades Dr. Alfredo da Costa e Magalhães Coutinho e nos hospitais distritais e concelhios onde normalmente já existiam. No mesmo período manter-se-ão em funcionamento os serviços de urgência privados de Lisboa, como sejam os do Hospital da Cuf o da Cruz Vermelha Portuguesa, a Clínica de S. João de Deus e o Hospital Particular de Lisboa».

Recorde-se, entretanto, que o Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos suspendeu o seu calendário de luta, que deveria ter-se iniciado no passado dia 26 de Julho, face ao envio pelo Governo do Estatuto do Médico para promulgação.

"Bufo" condenado a dois anos

Um «bufo» (no vulgo informador da PIDE) acaba de ser condenado a dois anos de prisão pelo Supremo Tribunal Militar, devido a um recurso interposto pelo promotor de Justiça.

O «bufo», de seu nome António da Silva Rolim, natural da Guarda, freguesia de São Vicente, tinha sido já julgado no Tribunal Militar de Coimbra, tendo sido então condenado apenas na suspensão de direitos políticos por cinco anos.

Posse do Governo

Continuação da pág 1

eleitoral será digno.

Mas quero sobretudo garantir que as eleições serão integralmente democráticas e que a todos os partidos políticos será assegurada a completa liberdade de exposição das suas teses e programas.

Se a dignidade das eleições depende essencialmente do comportamento dos partidos políticos e da qualidade que souberem imprimir ao debate de ideias, a sua democraticidade depende da firmeza com que se usarão todos os instrumentos legais contra aqueles que de algum modo pretendem limitar ou perturbar a livre expressão das posições políticas dos que concorrem ao sufrágio popular.

Não haverá hesitações nem transigências em defesa das regras de funcionamento da democracia.

O povo português espera que os partidos saibam expôr com clareza o modo como encaram os grandes problemas nacionais e que proponham às soluções que considerem mais convenientes para uma resposta nacional adequada.

LURDES PINTASILGO

Um discurso de esperança, pleno de sensibilidade e de vontade de cumprir uma missão difícil, caracterizou o tom escolhido pelo Primeiro-Ministro na cerimónia da tomada de posse do V Governo que decorreu ao fim da manhã no Palácio da Ajuda.

«Porque estamos aqui? Poderíamos dizer o serviço, o sacrifício, a missão. E diríamos a verdade. Mas preferimos dizer o risco e o gosto de o enfrentar, porque difícil é a tarefa e árduos são os caminhos. Preferimos dizer a solidariedade e o desejo de a viver até ao fim, porque saibrosa é a terra que cultivamos e dura a labuta quotidiana. Preferimos dizer a lucidez e a procura de uma verdade cada vez mais limpa, porque emaranhados são os problemas e contraditórias são as soluções.»

Assim definiu Maria de Lurdes Pintasilgo a razão de ser do novo Governo. O Primeiro-Ministro referiu o seu Gabinete como tendo de realizar uma «marcha de 100 dias». Nessa marcha, ao mesmo ritmo e com o mesmo fim, disse, estão os camponeses, operários, empresários, intelectuais, comerciantes, funcionários, mulheres e jovens. O V Governo quer «assumir sem hesitação o futuro imediato». Habituados a um discurso pragmático e frio, os portugueses ter-se-ão perguntado o que deseja esta mulher de 49 anos citando poetas, falando dos outros povos do planeta. «A luta que travamos é contra o tempo, 'empurrá-lo', como diz o poeta, ao encontro das cidades futuras. «Para que se desenhem caminhos novos.» Discurso de metáforas e fácil compreensão, será interessante ver como reagirá às suas palavras a classe política.

Pontes Leça adere ao CDS

FUNCHAL, 31 – O advogado madeirense Henrique Pontes Leça, um dos fundadores do PSD nesta região, declarou já a sua adesão ao CDS. Recorda-se que Pontes Leça se havia oportunamente desvinculado do PSD/PPD, conforme o «DL» oportunamente noticiou.

De acordo com a respectiva carta de desvinculação remetida por Pontes Leça a Sá Carneiro, agora tornada pública, é feita referência pouco abonatória ao último Congresso Regional do PSD da Madeira, que aquele conhecido advogado classifica de «infeliz», precipitando a decisão que tomou.

Pontes Leça lembra, a propósito, o telefonema em tempo feito a Sá Carneiro, quando este se deslocou à Madeira, através do qual lhe declarava a sua «incondicional lealdade política». E «era verdade nessa altura», acrescenta. «Mas o panorama político criado precipitou a decisão que acabo de tomar», remata noutro passo da carta.

(Hoje 28 páginas)

maravilhosas viagens em "pullmans" de turismo com guia permanente
NORTE DE PORTUGAL, VIGO E CORUNHA
GALIZA E COSTA CANTÁBRICA
MADRID
LOURDES, ANDORRA, BARCELONA E MADRID
LOURDES, ANDORRA E MADRID
ANDALUZIA E TÂNGER
AS CAPITAIS DA EUROPA CENTRAL
SUIÇA, ÁUSTRIA, HUNGRIA E ITÁLIA
FRANÇA, BÉLGICA, HOLANDA, ALEMANHA
VALE DO RENO, SUIÇA E ANDORRA
MARROCOS IMPERIAL
Partidas durante todo o Verão de
Lisboa, Porto ou Coimbra
peça nos programa detalhado:

Europeia
• A EXPERIÊNCIA AO SERVIÇO DO TURISMO •
Av. da Liberdade, 233 • 1252 LISBOA Codex • Tel 536121
Rua Rosa Araújo, 19 • 1252 LISBOA Codex • Tel 561141
Av. Tomaz Cabreira • Vivenda Sant Ana • Praia da Rocha
8500 PORTIMÃO Tel 23377
membro WATA em Portugal

MESA REDONDA

Contraponto de opiniões

NESTE SUPLEMENTO
Escolas do Magistério Primário

participam

FÁTIMA ANTUNES (estagiária; E.M. do Porto)
PEDRO FERREIRA (estagiário; E.M. do Porto)
JOSÉ BENTO (professor; E.M. do Porto)
MANUEL MATOS (professor; E.M. de Aveiro)
BERNARDINO NETO (professor; E.M. de Penafiel)

Do «25 de Abril» para cá as escolas do Magistério Primário foram o único sector do ensino em Portugal onde se processou, com suficiente profundidade, um esforço de renovação pedagógica e cultural merecedor desse nome. Viveram um clima de experimentação e de descoberta da realidade social e profissional a enfrentar pelos futuros professores primários que marcou positivamente os milhares de participantes, quer alunos quer docentes, no que ficou conhecido por «experiências pedagógicas»,. Com o primeiro governo constituciunal essas experiências foram travadas de forma drástica e, desde então para cá, sucederam-se medidas que tornam hoje quase inviáveis as propostas teóricas de uma pedagogia moderna e activa que formalmente se continua a defender no discurso do poder e nos diplomas em vigor sobre os objectivos do ensino. Alguns dos mais importantes pressupostos e consequências do labor pedagógico, nomeadamente o estímulo para a criatividade e o exercício da crítica, cedem o lugar à rotina do conhecimento livresco e à passividade diante das dificuldades que o País enfrenta no campo educativo e das suas repercussões no desenvolvimento geral dos portugueses.

O ensino primário é, nesta matéria, uma meta decisiva já por se dirigir à generalidade dos portugueses já por repercutir as suas consequências em todo o desenvolvimento futuro. Dois alunos e três professores de escolas do Magistério, neste espaço de diálogo que é a «mesa-redonda», fazem diversas acusações a partir das suas vivências escolares e procedem a uma primeira visão de conjunto da problemática actual do ensino que preside à formação dos professores primários. Tal como se disse recentemente no Encontro de Escolas do Magistério, em Coimbra, é preciso quebrar o silêncio que se vem abatendo sobre os problemas que aí se vivem, sobre a sua grave situação profissional e sobre as perspectivas pedagógicas que se desenham para a educação do País e que parecem também resultar de imposições do exterior.

ESCOLAS DO MAGISTÉRIO E ENSINO PRIMÁRIO:

SILÊNCIO, DESEMPREGO E REGRESSO À DEGRADAÇÃO PEDAGÓGICA E PROFISSIONAL?

«DL» – O «Encontro Nacional de Escolas do Magistério», recentemente efectuado em Coimbra, põe duas questões que considero de enorme importância: em primeiro lugar, as escolas do Magistério mostraram não ter desistido de uma reflexão crítica sobre a sua função e sobre a situaão do ensino primário em Portugal; em segundo lugar, foram levantados problemas e feitas afirmações que mostram ser bastante preocupante, cinco anos depois do início duma renovação pedagógica, a realidade escolar e a situação profissional dos professores primários. Este espaço de diálogo é posto à vossa disposição para um debate público desses problemas tanto mais que, como se disse em Coimbra, cresce o silêncio em torno deles. O Encontro em si, para começar...

Manuel Matos – Podemos considerá-lo um êxito. Os objectivos eram uma análise da situação actual e saber dos pontos comuns que servissem de arranque a uma tomada de posição face à situação a que se chegou.

«DL» – Que caracterizam como?

José Bento – Desde logo pelo silêncio. O Encontro, até pelo impacto que teve nos meios de comunicação, já significou o romper dum grande silêncio em torno de problemas importantes como são os da formação dos professores primários. E silêncio também em relação a uma série de projectos oficiais que se anunciam e onde os primeiros interessados, os alunos e os professores, não são tidos nem achados.

Bernardino Neto – Com o 25 de Abril é nos Magistérios primários que se faz a mais profunda discussão pedagógica em Portugal. Não é no ciclo, não é no liceu, não é na universidade que alunos e professores reflectem entre si e escrevem coisas. Quem se mexe é só o professorado dos magistérios e os professores primários.

«DL» – E porquê só aí?

Bernardino Neto – Parece contraditório, à primeira vista, que havendo gente mais preparada nas universidades nada foi questionado nesse campo, os objectivos e a função da universidade não foram discutidos. Mas foi-o nos magistérios. Aqui os problemas ultrapassam as pessoas e têm a ver com a própria função do «professor primário» da população, ligado como está a coisas muito importantes na educação do País. Isso foi sentido por nós.

«DL» – Os magistérios estão numa posição ímpar para responder a muitas das preocupações substancialmente ricas que o 25 de Abril despertou nas pessoas.

José Bento – Sim, as coisas têm que começar pela base e isso põe-se na escola primária. E foi também possível constituir equipas de professores com preocupações democráticas. Nos liceus não foi possível romper com o quadro institucional docente, como também na universidade e nenhuma discussão foi sistematizada.

Manuel Matos – Além dessas equipas de professores há que ter em conta a estrutura das escolas: 400/500 alunos, implantação em regiões diferentes, corpo docente mais homogéneo. Foi possível uma sintonia entre alunos e professores assente em temáticas novas e aliciantes que passavam pela abertura ao meio como condição de resolução de problemas reais que se punham aos estudantes. O livresco foi ultrapassado com as transformações pedagógicas de 74 a 76, o ensino começou a ser um instrumento de análise da realidade. E é importante salientar que os alunos assumiram tudo isso com grande entusiasmo e criatividade, eles foram o elemento fundamental de dinamização das escolas.

Bernardino Neto – Por outro lado, são cursos de formação profissional, onde a dinâmica é mais facil. No liceu a opção é mais fluida. Mas há mais um aspecto, que é ter-se virado o feitiço contra o feiticeiro, digamos. Antes do 25 de Abril, por razões óbvias, degradava-se a função dos magistérios porque se pretendia degradar a formação dos portugueses, logo na escola primária. Vem o 25 de Abril e esse é um óptimo campo para se trabalhar porque a receptividade se mostra muito grande. A maioria do professorado primário reconhece a sua degradação pedagógica e científica. Recolhemos essa experiência junto de muitos deles e dos pais das crianças. Como muitos de nós se lembram, a escola primária foi um massacre para grande número de pessoas.

«DL» – Aliás, em 76 vimos isso em depoimentos de alunos que apanharam as «experiências pedagógicas» a meio dos seus cursos, nos magistérios. Eles puderam comparar dois tipos de formação, dois timpos de perspectivas para o seu futuro. E tinham vontade de ficar mais tempo na escola, mesmo «perdendo» um ano lectivo...

Bernardino Neto – Nos liceus não se sentiu nada disso, uma população filtrada que não sente uma quantidade de problemas e a degradação pedagógica também aí real. Na escola primária tudo veio ao de cima, muita gente se referia ao professor em termos negativos, do tipo «parecem mulheres a

●

MESA REDONDA

O ENSINO PRIMÁRIO É UMA META DECISIVA

dias, estão aqui um bocado, não têm nada a ver connosco»...

Manuel Matos – A descoberta dessa realidade e o dinamismo nascido nas escolas beneficiou de um facto importante a nível das instâncias superiores: o ter havido uma responsabilização e a abertura de um crédito de confiança. As escolas gozarem de bastante autonomia para experimentar coisas novas e fazer propostas para melhorar uma situação que todos sabiam degradada e insustentável.

Bernardino Neto – E viu-se uma coisa nova: uma camada jovem que, em 75, apostou no ensino primário.

Pedro Ferreira – Bem, também havia o clima propício da realidade que se transforma e uma conjugação de forças possibilitando as experiências pedagógicas.

José Bento – Encontrámos nos magistérios alunos que nos liceus haviam sido dos mais conscientes, passando por lutas políticas. Eram camadas que, normalmente, nunca iriam para o ensino primário e que sentiam um certo desencanto em relação à universidade. Muitos outros saíram daquelas centenas de jovens que tiveram experiências de alfabetização e que tomaram consciência do que podia ser outro tipo de ensino primário. E as escolas do Magistério não os espartilhavam em legalismos estreitos e asfixiantes. Um conjunto de condições bastante estimulantes. Eu não diria que foram os professores primários que mais sentiram a degradação, após o 25 de Abril...

Bernardino Neto – ... o que eu disse há pouco foi que havia grande receptividade, o que permitiu, afinal, reconhecer essa degradação. Não houve grande resistência da sua parte.

Pedro Ferreira – Também é preciso olhar ao contexto em que as coisas se passaram na altura.

Fátima Antunes – Acho que o Pedro tem razão. Muitos professores tinham consciência dessa degradação, disseram-nos isso mesmo. Mas o factor exterior teve muito peso. Hoje, por exemplo, a consciência dessa degradação manifesta-se menos. Dizem assim: «vocês sabem muitas coisas, mas as criancinhas aprendem a ler é connosco...»

«DL» – Como interpretam esse tipo de resistências?

Bernardino Neto – Não é fácil ser claro nesta questão. Todos falamos da generalidade e nenhum de nós tem a experiência da generalidade, temos é casos concretos, experiências vividas. Eu não tenho dúvidas que num contexto de diálogo – e a Fátima já interfere aqui com problemas de poder, como é o caso do estágio – num contexto de diálogo o que podemos fazer é apenas isolar as situações de relativa autenticidade: quando os professores estão mesmo a sós, confrontados com a sua realidade. E aí tenho apanhado a confissão de ignorância de coisas importantes, serenamente. Portanto, receptividade ao reconhecer a degradação. Agora, quando põem o problema nestes termos «antes do 25 de Abril é que era bom, actualmente nem aprendem métodos...», então entramos num jogo de palavras que tem a ver com a formação política e partidária, com a relação de poder, com os mecanismos de defesa, etc. Antes do 25 de Abril houve de facto uma enorme degradação caracterizada também pela desinformação em relação às ciências da educação. E aí é que eu penso que os professores primários, sendo sérios, são receptivos a esta ideia. Na cadeira de «movimento e drama» nós vimos o entusiasmo de professoras de 60 anos...

Manuel Matos – Há que distinguir dois aspectos. Um problema é reconhecerem a impreparação técnico-didáctica e científica e aí reconhecem. Mas (e o Bernardino apontou bem os «mecanismos de defesa»...) é evidente que se esses aspectos científicos e técnico-didácticos se lhes apresentam ou lhes parecem como «cavalos de Tróia» de aspectos ideológicos aí, então, os professores têm, por via da sua formação, uma larga capacidade de resistência. E aí houve erros, evidentemente não conscientes.

Bernardino Neto – O que era inevitável.

Manuel Matos – Sim, a predisposição era visível e explica-se. Houve suspeição de que a renovação pedagógica servia para impingir modelos ideológicos.

«DL» – O que, afinal, ajuda a caracterizar o tipo de formação a que os professores haviam sido sujeitos.

Manuel Matos – Pois, e a direita, toda a gente interessada em não mexer com o sistema, utilizou isso. O professor primário foi posto numa situação (cultural, social) de ser assimilado pela camada dominante, embora explorado por ela, desde logo nos vencimentos. Eles foram das classes, no conjunto dos professores, mais beneficiadas com o 25 de Abril, em vencimentos, regalias, estatuto socioprofissional. Houve docentes primários que subiram sete letras.

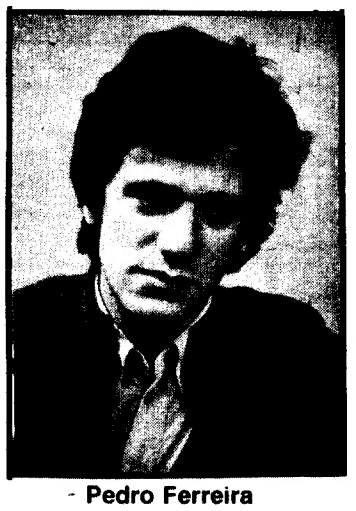
Bernardino Neto – É importante salientar esse aspecto da degradação a que o professor primário havia sido submetido: também social e financeira.

Respostas do MEIC: desemprego político e demagogia

«DL» – Saltámos do Encontro de Coimbra para uma temática que, afinal, tem a ver com a importância de encontros como esse. Podíamos falar agora da questão do desemprego, a quem deram bastante relevo no Encontro.

Fátima Antunes – Senti em Coimbra que tudo o que se passa nos magistérios é hoje importante e toda a gente o cala. Foi importante o que se disse sobre os professores desempregados. Sai-se da escola com ilusões e somos atirados para a selva, isolados, sem trabalho, sem apoios. Tudo isso é silenciado, enquanto o País precisa de nós. Silenciado como uma coisa sem interesse nenhum. Quantas linhas dedicam os jornais a isso?

Bernardino Neto – Importa escalpelizar essa questão vergonhosa do desemprego dos professores primários. Por que é que se aceita este desemprego? Isto tem a ver com muita coisa que passa pela renovação da escola primária em Portugal, com a formação dos professores, etc. Há explicações de tipo político, naturalmente. Trata-se também dum desemprego nitidamente político. Mas há explicações com autonomia fora do político e que se ligam com a prática duma escola nova, com uma pedagogia moderna. É impossível aceitar que se fale de pedagogia activa, como no discurso oficial, quando se sabe que não há pedagogia activa que resista a 30 e 40 crianças por sala ou por classe. É mentira, é pura demagogia. Tudo o que não seja menos de 25 crianças é impossível, este já é um número limite.



Pedro Ferreira

«DL» – Mas é essa a situação real, que continua a beneficiar de toda a impunidade. Fomentada afinal pelos responsáveis pelo ensino em Portugal

Bernardino Neto – Claro que sim. Baixar o número de crianças por professor é um passo indispensável. O ideal seriam 20 alunos. Mais do que isso não autoriza ninguém a vir falar de escola nova, de «pedagogia activa». Falar em dificuldades do orçamento também não colhe. Já as havia antes.

JOSÉ BENTO – Do lado do poder, o argumento nem sequer pode ser de natureza económica, de austeridade. Há um absurdo: o Estado gasta milhares e milhares de contos com a formação destes professores e depois não os emprega. Neste momento todo esse dinheiro está desbaratado.

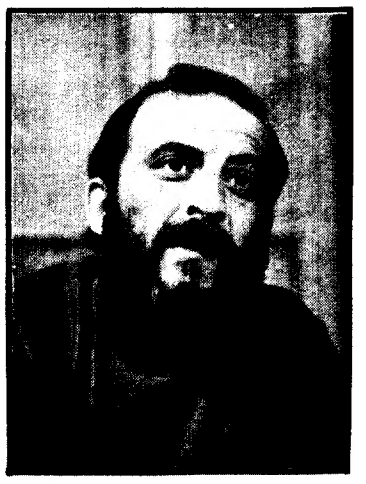
MANUEL MATOS – E a vários níveis. O professor desempregado não reproduz a sua capacidade e desvaloriza-se como profissional.

FÁTIMA ANTUNES – O mais grave é que o espectro do desemprego provoca uma situação de submissão. Já mesmo na escola. A nota que vamos arrancar no fim, para se ter emprego, assenta logo numa série de relações que são de submissão. Funciona-se assim nos estágios, onde qualquer posição crítica é um risco.

JOSÉ BENTO – Este aspecto é muito importante. Os alunos acabam por passar por cima de tudo para fugir ao desemprego. Passa-se por cima de uma verdadeira formação, ultrapassa-se a dignidade pessoal das pessoas, cria-se uma situação em que tal é possível e é grave. Fica apenas a luta pelo 14 ou pelo 15. Com menos disso é o desemprego. Daí resulta também um processo de destruição da resistência das pessoas e do seu interesse em lutar por uma pedagogia renovada.

DL – O poder sabe isso, os responsáveis pelo ensino têm obrigação de saber. Será que se assiste a uma forma de sabotar, à nascença, o processo de formação dos professores com todas as consequências futuras? Importaria que referissem dados concretos.

MANUEL MATOS – Houve extinção de escolas, fixou-se um número mínimo de alunos para que uma escola continuasse aberta, creio que 35. Revela-se aqui um processo de fazer regredir o ensino e as escolas do Magistério não ficam imunes a isso. Metodologias, práticas quotidianas, relações, tentam recolocar a formação a um nível semelhante ao que se tinha antes do «25 de Abril».

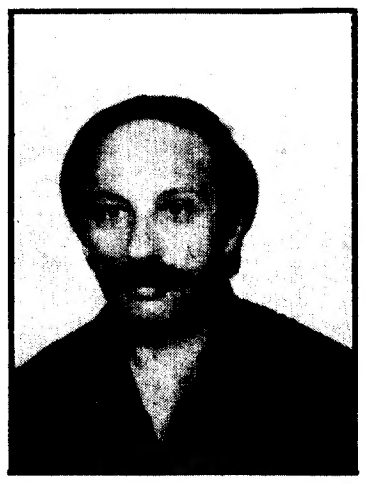


José Bento

BERNARDINO NETO – Desencadeia-se uma série de acções todas ligadas. Por exemplo: o professor tem um número excessivo de alunos e com isso justifica o não ter que pôr em causa a sua própria desinformação. Ele poderia ser receptivo a uma nova informação, mas com tantos alunos responde: não posso fazer nada, cantar, desporto, ensaiar coisas novas, só posso ensinar a ler, escrever e contar. Assim, a partir do desemprego enfrenta-se a demagogia dum programa assente numa pedagogia dita activa, a desmotivação dos professores, o boicote, afinal, subtilmente organizado pelo poder para tentar provar que nos anos mais próximos não é possível fazer grande mudança nas ecolas em Portugal. E temos nas escolas um problema que já não é pedagógico nem cultural: é um adulto a tomar conta de um monte de crianças. E abençoa-se tudo. Onde está o educador, o animador? Entretanto o MEIC manda vir especialistas da França e da Bélgica para um discurso sobre escola nova, um discurso quase radical em relação ao que vivemos aqui no concreto. Álibis para não modificar coisa nenhuma.

JOSÉ BENTO – Todavia, repare-se que tanto os actuais programas do Magistério como das escolas primárias não foram uma invenção demagógica. Foram criações que correspondiam a necessidades democráticas e reais do pós-25 de Abril. E tanto estavam certas e correspondiam ao que se preconizava por essa Europa fora que o actual poder político não foi capaz, na teoria, de os pôr em causa. Programas, objectivos, planos de curso, existência de áreas interdisicplinares, noção da ligação da teoria à prática, etc., são coisas que se mantêm. Mas o que se vê é que a prática não está de acordo com isso. E como é que o poder conseguiu obstruir tudo? Desde logo com esta realidade com que nos confrontamos: o sistema de recrutamento dos professores dos Magistérios. Aí é que as coisas começam a ser subvertidas, mantendo o poder o esquema e os objectivos, formalmente. Tudo acaba subvertido pela falta de recursos humanos para sustentar um projecto desses e pela recusa de condições de existência desses meios humanos.

MANUEL MATOS – Mas há, mesmo com a manutenção do essencial, alterações introduzidas e que são significativas.



Manuel Matos

Assim, a carga horária foi extremamente agravada em 77/78. Isso acarretou indisponibilidade dos alunos para um tipo de participação que se preconiza, sendo substituída pelo «livresco», pela necessidade de decorar. Foi mantido o contacto com as crianças, mas com uma fórmulação tal que é um convite à sua eliminação. E apesar de as disciplinas estarem agrupadas em áreas, os professores retomaram os seus lugares isolados, de alheamento em relação ao que se passa em disciplinas da mesma área. Todas estas dificuldades concretas

ıram entretanto criadas. A aior parte do corpo docente, onstituído nas escolas do Magistério pelos critérios do tempo do ministro Cardia, prefere este tipo de trabalho que lhe permite encaminhar as suas tarefas de um modo burocrático. Dão aulas, debitam matérias. Recrutar professores segundo o modelo actual (simples nota académica mais os valores do tempo de serviço) é sabotar todo um esquema de ensino que, formalmente, se preconiza. O que se vê pelas estatísticas é que aumentou o número de professores com mais de 60 anos de idade e baixou o número dos que têm menos de 40. Aumentou o poder dos professores com mais de 50 anos. Há docentes dessas idades empenhados e lúcidos, mas todos sabemos que o que é significativo é o conjunto do corpo docente. Transferem-se para os Magistérios, onde a formação que aí se realiza é tão decisiva para o ais, os esquemas que se roti-

Fátima Antunes

navam nos liceus e nas escolas técnicas. Eis o resultado.

DL – Poderia ser aqui recordado o processo escandaloso, que o próprio MEIC, após as referências na Imprensa, não pode deixar de travar, com instauração de inquérito ao director, que se viveu este ano lectivo no Magistério do Porto.

QUE TIPO DE PROFESSORES FORMA O PA

DL – As questões que acaam de levantar situam-nos oem no interior dum proolema que já têm referido mas que importaria aprofundar: o da formação dos professores primários. Falam em propostas teóricas e falam em todas as dificuldades para as viabilizar. Ponho-vos a questão de se debruçarem sobre a natureza dessas dificuldades com mais pormenor.

FÁTIMA ANTUNES – A ausência de uma opção prática e a indefinição das opções pedagógicas quando se trata de passar as coisas para a vivência escolar têm várias componentes, que vão desde o fornecer de instrumentos até ao questinoar da nossa própria prática pedagógica, que não é feito durante o estágio. Isto põe o problema do estágio, que depois podíamos tratar particularmente, dado que aí ressalta este dado fundamental: apesar dos diplomas legais, o estagiário não tem autonomia nem lhe é estimulada a criatividade, estando dependente dum «modelo», que é o do seu orientador de estágio.

BERNARDINO NETO – Pois

Bernardino Neto

é. Todos dizem que mais importante que canalizar conteúdos para os alunos é criar condições que os levem a amadurecer metodologicamente. Isto é líquido. Não foi resolvido antes, está por resolver e vai preocupar-nos no futuro. A gente quer que na escola a criancinha, mais do que papaguear definições, seja capaz de comparar, experimentar, interrogar e até sistematizar. E eu pergunto: como é possível a um professor primário desencadear essas situações se ele, enquanto aluno, não viveu uma situação deste género?

JOSÉ BENTO – É o problema dos instrumentos para que isso aconteça.

BERNARDINO NETO – Não interessa que seja tentado por um ou dois professores numa escola do Magistério. É um problema de hábitos metodológicos que caracterizam uma escola como um corpo. Quem é que faz isso? Que meios tem?

PEDRO FERREIRA – Há de facto um enorme desfasamento entre os modelos teóricos e a nossa prática escolar. Temos um problema de integração das novas condutas metodológicas que não encontram apoio.

BERNARDINO NETO – É mais que não terem apoio: é a própria escola que não funciona nesse espírito. Os erros são de base. Faltam também instrumentos, espaços novos, temos salas com carteiras e mais nada. Enfim, uma obra tradicional para um ensino tradicional, por ventura alindado em certos casos por uma ou outra experiência que alguém se lembra de fazer. É esse o novo espírito para a escola nova que se preconiza, com pedagogia activa?

JOSÉ BENTO – Estamos assim perante o problema da formação dos próprios formadores. O problema das exigências, hoje, dessa formação com vista à formação dos professores primários.

ESCOLAS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO: O GOVERNO E O BANCO MUNDIAL É QUE SABEM...

MANUEL MATOS – Aí aparece o modelo de que se ouve falar: o das Escolas Superiores de Educação, que parece que irão ter um quadro com o grau mínimo de mestrado. Diz-se que terão como objectivo a formação inicial de três graus: infantil, primário/básico e preparatório. Mas julgo que o primário tem uma especificidade tal que não comporta que a formação dos seus professores fique dependente de uma istituição que não valorize suficientemente essa especificidade. Já depois do 25 de Abril um ministro teve uma ideia luminosa... que era mandar umas dezenas de pessoas, de privilegiados, ao estrangeiro para aprenderem a formar educadores de infância. Bem, com as nossas dificuldades eu creio que só temos uma via: formar no terreno da prática e na base de pessoas emepenhadas que convivam com a realidade e os alunos. Não concebo os formadores metidos no gabinete, com a sua aula teórica, os seus assistentes, o seu séquito. Mas penso que é esse modelo que se quer instaurar cá.

DL – Há dados concretos para que tal solução de estilo tradiconal seja adoptada?

BERNARDINO NETO – Há. Ainda há pouco o director da Escola do Magistério da Guarda disse que a sua escola ia ser convertida em escola superior para formar professores dos três graus. Escolas superiores com uma tripla função, portanto. A articulação que deve haver nesses três graus não pode desprezar a especificidade do primário.

MANUEL MATOS – Tem que se atender às assimetrias profundas neste País, às diferentes experiências das crianças. Como é que um professor de formação «académica» está preparado para enfrentar realidades profundamente hostis com carências, códigos e culturas completamente díspares? Até que ponto as escolas superiores, pelo que se antevê, salvaguardarão essas diversidades? Até que ponto o futuro professor sentirá a necessidade de se empenhar com as realidades concretas? Sem responder a isto tudo não é possível modificar nada para melhor no panorama da educação.

DL – No Encontro de Coimbra afirmou-se que esse trabalho está a passar ao largo das propostas dos interessados.

MANUEL MATOS – Sim. Até agora as escolas têm sido completamente afastadas do problema.

JOSÉ BENTO – Não se contesta que o professor primário tenha formação superior, pelo contrário. Nem se contesta a formação integrada, defendida aliás por modernas correntes, um tronco comum e depois uma ramificação. O que é grave é que a menos de dois anos do anúncio da reconversão tudo permaneça no maior secretismo. As pessoas só podem pôr-se a adivinhar com o que ouvem. Uma operação que pode determinar por gerações a formação dos professores é mantida em segredo pelo Governo e ninguém discute nada.

MANUEL MATOS – O MEIC recusa-se a dar informações invocando que se trata dum projecto financiado pelo Banco Mundial e que a capacidade de decisão do Governo português está muito limitada. Daí o secretismo. Os deputados que estiveram connosco em Coimbra não sabiam mais do que nós. Quem sabe é o Banco Mundial, ele é que sabe o que «nos convém...»

ESTÁGIO: REPRODUZIR O ENSINO TRADICIONAL

DL – O problema dos estágios ficou em suspenso e liga-se a todas estas questões da formação dos professores.

FÁTIMA ANTUNES – O estágio cumpre a sua fonção de nos «enquadrar» num certo tipo de prática pedagógica, sobretudo se formos mais intervenientes e críticos. Professores

➧

PROFESSOR PRIMÁRIO: "FIGURA INQUIETANTE E GROTESCA"

«O camarada primário, essa figura inquietante e grotesca, tirada em milhares de exemplares pelo País fora e que, podemos dizê-lo, constitui a imensa legião secreta do reviralho-comunismo» (...) «de norte a sul na ofensiva repugnante contra a moral e disciplina cristãs, opunha-se ao pastor das almas, ao pároco da aldeia». (...) «O camarada primário tinha por bagagem intelectual meia dúzia de inépcias colhidas em folhetos de torpe divulgação anticatólica». (...) «Além disso, o camarada primário encontrou o aliado ideal: o COMUNISMO !!!» (...) «Este camarada primário tem de ser desalojado e emudecido».

Estas afirmações constam de um artigo publicado no «Diário da Manhã» em 1934 e assinado por João Ameal, nome que, como é sabido, o regime fascista também pretendeu guindar aos cumes da «inteligenzia» portuguesa. Tais afirmações (e o anátema contido na última frase foi implacavelmente executado...) dão bem a ideia do que o «Estado Novo» salazarista pensava de uma classe que, deixou atrás de si uma memória que a Primeira República soube dignificar e apoiar pela acção desenvolvida, sobretudo nos meios rurais, em prol dos direitos cívicos, da democracia e da cultura, quer pelo seu exemplo e empenhamento quotidianos quer pelas centenas de publicações periódicas a que deu vida por esse País fora e que o fascismo proibiu e aniquilou em pouco tempo. A aliança clerical-policial do «Estado Novo» desenterrou os métodos da Inquisição, perseguindo professores primários e tratando-os com o desprezo de que J. Ameal dá exemplo, até fazer deles uma classe submissa e degradada no seu estatuto social, ao nível dos seus vencimentos, na sua preparação pedagógica e científica. Mas se, como dizia António Ferro (secundando, aliás, o próprio Salazar) era «mais importante a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler» (sic) para que servia, afinal, preparar bem e prestigiar a classe dos professores primários? E não dizia outro personagem do regime (e inspector do ensino!...) que «a escola pode tornar-se a mais diligente e disciplinada polícia da segurança do Estado?» Foi isso mesmo que o salazarismo fez: a segurança das elites (identificadas com o Estado) à custa da ignorância da grande massa do povo, servindo-se do professor primário (em primeiro lugar, dentro de todo o sistema educativo) como «agente» inconsciente do policiamento da inteligência.

Por isso é importante que o professorado primário, a quem o 25 de Abril veio restituir já uma parte significativa da legítima dignidade de que havia sido espoliado, assuma a memória da sua classe e redescubra o papel fundamental que lhe cabe no processo educativo. Esforço este tanto mais urgente quanto é sabido que há muitos milhares de crianças à espera de professores e milhares de professores desempregados.

MESA REDONDA

ESCOLA PRIMÁRIA: UM MUNDO DE PRESSÕES

á que afirmam ter conseguido 'omesticar» uma turma du- r te o estágio. Quer dizer, os alunos deixam de «levantar a voz».

Além de se ter de «comprar» uma nota final por causa do desemprego, ainda existe (e por isso mesmo) a submissão pedagógica. Os alunos, ao fazer o relatório final escondem os problemas, uma série de problemas com que se confrontaram e que põem uns aos outros. No relatório calam-se, intimidados.

PEDRO FERREIRA – A contradição maior é sempre o desfasamento entre o discurso teórico e as vivências práticas dentro da escola do Magistério. Isso condiciona tudo. Voltamos ao teoricismo, nada de problematizar situações concretas. O aluno entra no ano de estágio e os estudos feitos de pouco lhe servem para a realidade que enfrenta. Não há condições para experimentar coisas recebidas na formação teórica. Inclusivamente, tudo se encaminha para um clima de desconfiança e o aluno cai na reprodução dos modelos habituais, em contradição com o discurso que preconiza a escola activa.

MANUEL MATOS – Estas observações da Fátima e do Pedro são tanto mais merecedoras de denúncia quanto é certo que, por outro lado, os programas preconizam que o aluno deve ter capacidade de avaliação crítica das situações, estando isso inclusivamente inscrito nos parâmetros de avaliação dos próprios alunos.

PEDRO FERREIRA – A questão da avaliação é posta num clima que vicia a preparação do novo professor, pois o que é premente é a profissionalização. E, portanto, um clima de degradação pedagógica e, até, moral.

FÁTIMA ANTUNES – O objectivo do estágio deixa de ser aprendizagem e experimentação para ser uma coisa exterior a isso: a nota final.

PEDRO FERREIRA – Mas é tudo muito subtil. Não há, formalmente, impossibilidade de experimentar, há é uma série de barreiras, ténues mas decisivas.

JOSÉ BENTO – As pessoas podem ter certo tipo de opções como pedagogos, mas o clima do estágio corta as possibilidades, pois nem sequer a classe está na mão do estagiário a maior parte do tempo. Ao estagiário resta a opção de se moldar ao «modelo» do professor-orientador.

BERNARDINO NETO – O estágio é um tempo terminal e para aí convergem todas as incompetências, todas as fragilidades, todos os buracos da formação dos professores. Ele traz ao de cima todos os falhanços, desde o desfasamento até ao problema do «modelo». E aí eu creio que não é só o «modelo» do orientador, mas também o «modelo» do professor primário que nós todos tivemos. É esse que está interiorizado nas pessoas, é «copiado» mesmo sem o orientador. Quer dizer, as escolas do Magistério não «destruíram» esse professor que ficou no estagiário desde há dez anos atraś e que agora é alimentado pelo envolvimento e por todos aqueles que o prolongam no decurso da formação profissional. Riscam-se os erros a vermelho e ninguém ensina a fazer isso. É a «sobrevivência» da nossa escola primária, está lá. No fim de tudo devemos perguntar mesmo: é correcto fazer estágio? Os estágios mostram que «este» estágio não pode exisitr. Uma coisa é certa: não poderão ser feitos numa escola qualquer, as escolas terão que ser minimamente capazes de suportar uma experiência e os animadores abertos a essas experiências.

DL – Nas conclusões do Encontro de Coimbra afirma-se que a partir do ano lectivo de 76/77 foram introduzidas alterações estruturais nas escolas do Magistério.

As conclusões responsabilizam essas alterações «pelo estado a que se chegou» e agora, ao longo deste diálogo, vocês apontaram contradições e dificuldades de toda a ordem que fazem regredir o ensino, na sua qualidade e nos seus objectivos, a um clima de degradação que em teoria o discurso oficial não aceita e afirma combater. Das vossas afirmações ressalta a ideia das coisas disfarçadas e calculadamente adiadas. Ora, sabe-se qual foi sempre a perspectiva do poder, das classes dominantes e da hierarquia católica, face à escola primária: mantê-la sob seu controlo. Isto de ensinar meninos pode ser perigoso...

MANUEL MATOS – A questão está toda aí.

BERNARDINO NETO – Essa gente também leu o Piaget. E o Piaget serve para descobrir inclusivamente que se todo o professor e educador deve ter uma formação científica e pedagógica profunda, o educador de crianças deve ter isso a um nivel ainda mais profundo. E então, cautela... A gente não viu os partidos de direita, os padres, os monsenhores, os bispos analisarem os livros do ensino primário, os programas do Magistério, que criticavam linha a linha, a socialogia, a psicologia do desenvolvimento?...

MANUEL MATOS – E se não analisavam, falavam na mesma. É uma «guerra santa»...

BERNARDINO NETO – Com razão ou sem ela, com profundidade ou sem nenhuma profundidade, eles preocupam-se com tudo o que é ensino primário. Houve quem fizesse reuniões para discutir «o que se passava» nos Magistérios. Por que razão essas mesmas pessoas e partidos não se preocuparam tanto com o que se passava no ciclo preparatório, no liceu?... Andaram todos muito preocupados com a renovação pedagógica nos Magistérios. Eles sabem porquê.

JOSÉ BENTO – Era o fantasma do professor da Primeira República, o papel do professor nas aldeias...

MANUEL MATOS – Os efeitos da acção pedagógica do professor primário são muito mais profundos do que os do professor do secundário. Porque é que, anteriormente, a maior parte dos directores das escolas do Magistério eram nomeados mediante assentimento do bispo da diocese respectiva? Foi esse um terreno onde o próprio Veiga Simão não conseguiu entrar...

AS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE QUE O MEIC (CARDIA) NÃO GOSTOU

As «experiências pedagógicas» nas escolas do Magistério Primário foram legalizadas em Outubro de 1974 pela D.-G. do Ensino Básico por se ter reconhecido que elas assentavam em realidades e necessidades prementes do processo de renovação pedagógica ao nível de um grau de ensino que ninguém com o mínimo de honestidade científica podia deixar de reconhecer que havia caído, a partir da década de 30, numa profunda degradação. A proposta que aquela D.-G. então sancionou acentuava a importância desse esforço renovador nas escolas do Magistério (aliás vivido com um entusiasmo e com uma profundidade que não teve paralelo em nenhum outro grau de ensino) nomeadamente porque os seus resultados se iriam «repercutir no ensino primário, aquele que abrange todos os portugueses». Pela primeira vez as escolas do Magistério encontravam a sua vocação: abertura à realidade exterior, reconhecimento da relação que existe entre a escola e o meio, estímulo para uma pedagogia viva e participante. O ministério de Sottomayor Cardia, em 1976, não teve capacidade para abordar uma questão dessa natureza, onde o essencial eram problemas pedagógicos e culturais carecidos de tratamento adequado com a sensatez que seria de esperar. Usou em relação às experiências pedagógicas uma linguagem injusta e depreciativa (quando eram os próprios alunos e professores a reconhecerem a necessidade de aperfeiçoamentos e correcções), acusou apressadamente os novos professores de se «sentarem à mesa do orçamento» e acabou por criar uma legislação e fazer cedências (os tais «torrões de açúcar» à direita, para usar a linguagem de um membro do seu próprio partido) que não só não aproveitaram o melhor dessas experiências como lhe inverteram o sentido no que de mais importante e substancial aí se continha. Subjacente a tudo isso, também uma estreita perspectiva partidária que não deixou de desencorajar e traumatizar muitas das pessoas (alunos e professores) que às experiências pedagógicas haviam dado o melhor do seu entusiasmo. O «DL», em 1976, referiu-se a estes problemas e publicou depoimentos. Ministérios como os de Cardia passam, mas as questões que então se punham essas, infelizmente, permanecem e regressam, como afirmam os participantes nesta «mesa-redonda».

Recordamos aqui o depoimento duma aluna do magistério do Porto ao «DL» em 1976: «Tivemos, muitos de nós, a sensação de que a nossa saída para esses contactos no exterior dentro da experiência pedagógica tiveram como consequência o surgir de dúvidas no espírito dos professores das escolas visitadas e até, em muitos casos, uma ânsia de aperfeiçoamento que consideramos muito salutar. (...) Numa escola fomos encontrar muitas crianças repetentes e uma professora preocupada por não saber como enfrentar essa realidade. Fizemos então um breve estudo do meio e das famílias dessas crianças tidas por «anormais». Foi uma novidade para quase todos nós a descoberta duma realidade caracterizada por graves carências sanitárias e alimentares. (...) A nossa presença permitiu uma troca de opiniões e um despertar de novas preocupações que nos enriqueceu mutuamente».

A descoberta da realidade, como todos (os interessados em a transformar, claro) nos lembramos neste País, causa preocupações a muita gente... Agora um dos participantes nesta «mesa-redonda» afirma: «voltámos ao livresco».

Este suplemento foi coordenado por JOSÉ GOMES BANDEIRA